

A HISTÓRIA DOS HERÓIS DA TERRA DE RONDON



A GUARDA TERRITORIAL

T E R R I T O R I A L A R D A G U A R D A T E R R I T O R I A L

TARCISO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR

A História dos Heróis da Terra de Rondon
A GUARDA TERRITORIAL

Projeto Gráfico e Diagramação
Priint Impressões Inteligenentes

Tarciso Pereira da Silva Junior
Polícia Militar do Estado de Rondônia
Copyright © 2021

Criação da Capa
Priint Impressões Inteligenentes

Todos os direitos reservados

Revisão Textual

Todos os direitos reservados. Este livro ou qualquer parte dele não pode ser reproduzido ou usado de forma alguma sem autorização expressa, por escrito, do autor, editor ou a Polícia Militar do Estado de Rondônia, exceto pelo uso de citações breves em uma resenha do livro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP-Brasil)

S586 Silva Junior, Tarciso Pereira

 A História dos Heróis da Terra de Rondon: A Guarda Territorial
 / Tarciso Pereira da Silva Junior. – Cacoal: Priint Impressões Gráficas,
 2021.

ISBN: 978-65-993798-0-2

1. História. 2. Polícia Militar. 3. Guarda Territorial. I. Título.

CDD: 981



Cacoal - Rondônia - Brasil
Telefones: (69) 9.9608-1234 (WhatsApp)
priintcacoal@gmail.com • @priinteditora
www.fb.com/PriintEditora • www.priint.com.br

Sumário

NOTA	4
PREFÁCIO	6
CAPÍTULO I	
A ORIGEM DA POLÍCIA MILITAR	9
CAPÍTULO II	
A PRESENÇA DE MILITARES NA AMAZÔNIA RONDONIENSE	20
CAPÍTULO III	
AS ORGANIZAÇÕES MILITARES PRECURSORAS DA GUARDA TERRITORIAL	29
CAPÍTULO IV	
A CRIAÇÃO DA GUARDA TERRITORIAL	44
CAPÍTULO V	
AS ATRIBUIÇÕES DOS GUARDAS TERRITORIAIS	68
CAPÍTULO VI	
A TRANSFORMAÇÃO DA GUARDA TERRITORIAL EM POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA	110
CAPÍTULO VII	
PIONEIROS DA GUARDA TERRITORIAL	143
REFERÊNCIAS	183
PALAVRAS DO EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA	185
AGRADECIMENTOS	186

Nota

Em fevereiro de 1944, os corajosos homens da recém-criada Guarda Territorial do Território Federal do Guaporé iniciaram suas missões, operando como verdadeiros bandeirantes; penetravam a Selva Amazônica com a finalidade de prestarem seus serviços aos ribeirinhos, seringueiros, garimpeiros e a todos os membros da comunidade que constituíam o território de Porto Velho a Guajará-Mirim.

Muitos soldados da Guarda Territorial tombaram em cumprimento do dever, não em lutas violentas como nos campos de batalha da Itália fascista, pois os reais inimigos dos soldados da Guarda Territorial eram muito mais perigosos do que os treinados soldados de Benito Mussolini. Eles aqui lutavam contra inimigos muito mais poderosos, muito mais difíceis de serem identificados, pois atacavam sem trégua e numa batalha sem quartel: malária, tifo, beribéri, tuberculose, entre outras doenças tropicais.

Vários desses audazes guardas tombaram sem nenhuma condição de enfrentar o inimigo, os quais não dispunham de nenhum medicamento que pudesse ser usado como arma para o tão terrível adversário. Nem médicos existiam nos locais onde os aguerridos Bandeirantes da Guarda Territorial prestavam seus serviços, muitas vezes oferecendo sua vida para salvar a da população civil.

Os editores da “Revista Vértice” publicaram, em 1972, que se encontravam nas dependências do Quartel da Guarda Territorial, à rua Major Amarante, nº 571, bairro Arigolândia, aproximadamente 105 (cento e cinco) audaciosos soldados da Guarda Territorial impossibilitados de prestarem seus serviços e apresentando na face a estampa da amargura e do sofrimento, pois eram portadores de doenças incuráveis adquiridas quando em suas missões pelo interior da Selva Amazônica, durante os policiamentos. Muitas das vezes isolados e com poucos equipamentos,

prendendo e realizando mediações na tentativa de resolver conflitos e amenizar o sofrimento das famílias menos favorecidas economicamente, dando-lhes todo o apoio moral e o cuidado que se deve dispensar aos irmãos.

Alguns desses homens ainda estão vivos para quem quiser vê-los e ouvi-los sobre como sacrificaram sua vida em benefício dos rondonienses, esses são os Guardas Territoriais, heróis anônimos da Terra de Rondon.

O livro “A História dos Heróis da Terra de Rondon: a Guarda Territorial” é apenas a primeira etapa de um audacioso projeto que pretende registrar toda a história, cultura e memória da Polícia Militar do Estado de Rondônia, constituída no interior da Floresta Amazônica a partir da criação da Guarda Territorial, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1944. São 76 anos de história, uma pesquisa que exigirá um esforço gigantesco. A primeira parte do projeto entregamos à sociedade rondoniense e à família policial-militar neste primeiro livro.



CORONEL PM ALEXANDRE LUÍS DE FREITAS ALMEIDA
EXCELENTÍSSIMO SENHOR COMANDANTE-GERAL DA PMRO
PORTO VELHO – RO, 20 DE NOVEMBRO DE 2020.

Prefácio

Escreto por um policial militar e historiador, ou posso dizer historiador e policial militar, por paixão pela história e pela defesa de uma ideia que – parafraseando Aleks Paletot, “um povo sem história não é povo, é bando” – como ele diz, “uma polícia militar sem história não é polícia militar, é bando”. No impulso do momento ou da oportunidade, este livro retrata a história de homens que não tinham opção de desistir, homens da recém-criada Guarda Territorial do Território Federal do Guaporé.

O primeiro capítulo resgata a origem da Polícia Militar, da Polícia Militar do Brasil, e traz algo curioso sobre o símbolo das “garruchas cruzadas”, uma insígnia utilizada pelas Polícias Militares do Brasil e de uso comum pelo mundo, desvendando a sua origem e o seu emprego.

O segundo capítulo inicia com a presença de militares na Amazônia rondoniense, que começa com a construção do Real Forte Príncipe da Beira, depois perpassa a importância da Guerra do Paraguai e o seu reflexo na Amazônia rondoniense (1864-1870 / século XIX). Enfatiza a presença de um grupamento de militares que fizeram um acampamento na colina adjacente à praça onde mais tarde foram erguidos os armazéns da estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e não na Vila Santo Antônio; resultando, assim, mudança do local na capital rondoniense. O capítulo encerra com Rondon, o Desbravador do Oeste Brasileiro (século XX).

No terceiro capítulo, discorre-se acerca das organizações militares precursoras da Guarda Territorial, pois é imprescindível reconhecermos que nossos precedentes são a Polícia Militar do Estado do Mato Grosso e do Amazonas; das mudanças ocorridas no decorrer da história brasileira, passando pelo Brasil Colônia, Império e a instalação da República Federativa do Brasil; incluindo a Guarda Municipal de Porto Velho

e os Contingentes Especiais Fronteiras. Todos constituem organizações antecedentes da Guarda Territorial de Rondônia.

No quarto capítulo, após a apresentação dos antecedentes da Guarda Territorial, expõe-se, de maneira detalhada, a criação do Território Federal do Guaporé após a visita do presidente Getúlio Vargas a Porto Velho. Tratando sobre a gênese da Guarda Territorial, são apresentadas duas fotos inéditas da “pedra fundamental”, e a “revolução da guarda”, fato histórico de relevância política para o território e omitido pelos historiadores locais. Apresenta-se também a nova estrutura, o Estatuto, o clube dos oficiais e, por fim, a disciplina na época.

No quinto capítulo, é demonstrada a importância dos guardas para Rondônia. Através de pesquisa ao jornal “Alto Madeira”, conhecemos as atribuições dos guardas, e não foram poucas, desde construções públicas, policiamento ostensivo e ocorrências atendidas, até atuação na área do garimpo de cassiterita do Vale do Jamari. Além dos avanços com a criação do Corpo de Bombeiros e da Banda de Música e, finalmente, o Quartel da Guarda, nosso prédio histórico que abriga hoje o 1º Batalhão da Polícia Militar de Rondônia, “Batalhão Rondon”.

O sexto capítulo talvez seja o mais importante, pois trata da extinção da Guarda Territorial e da criação da Polícia Militar do Território Federal de Rondônia, com a instalação do Comando-Geral da nova instituição, a formação dos policiais militares, a inauguração do novo quartel do Comando-Geral e a criação da Companhia PM.

Por fim, no último capítulo é apresentada a história heroica de onze bravos Guardas Territoriais, dos quais o primeiro a ser recrutado foi Aluízio, o guarda nº 01, e outros que, na função de comando ou de assessoria, tiveram contribuições importantíssimas para a construção da história de nossa instituição. O Cap. PM Tarciso ousou encarar uma empreitada de pesquisa de forma voluntária, sempre à procura de tempo para resgatar o tempo que passou sem ser registrado. Sou testemunha de seu

esforço e compromisso com a história da instituição, pela qual abriu mão de sua principal característica, a crítica corrosiva fundamentada na sua visão materialista da realidade, e apresenta nesta obra uma descrição de depoimentos, documentos e imagens.



MICHELLY DA SILVA MENDES – MAj. PM
MESTRA EM EDUCAÇÃO – UNIR
PORTO VELHO – RO, 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

Capítulo I



A ORIGEM DA POLÍCIA MILITAR

Na pré-história, os homens se agruparam para garantir a sobrevivência, foi a necessidade da segurança que representou o fato mais importante para a união de agrupamentos humanos. Dessa forma, para Marcineiro (2005, p. 22), “[...] a polícia nasceu da necessidade social de segurança e tem evoluído concomitantemente com a sociedade”.

A palavra polícia aparece pela primeira vez na Grécia Antiga, o conceito dessa palavra era o mesmo dado às instituições que governavam a cidade grega, a “*polis*”. “Polícia é vocábulo derivado do latim, ou seja, de *politia*, que, por sua vez, procede do grego, isto é, *politeia*, trazendo, originalmente, o sentido de organização política, sistema de governo e mesmo, governo” (LAZZARINI *apud* MARCINEIRO, 2005, p. 23). Esse conceito retrata bem a realidade social e histórica daquela sociedade, no entanto, foi em Roma que a atividade policial mais se assemelhou à da polícia moderna, tanto na estrutura como na função muitas vezes até de caráter judicial. A capital do Império era patrulhada e vigiada por sete *Coortes Vigilum*, cada grupo composto por mil homens que tinham como tarefa primordial garantir a ordem pública, a disciplina e a segurança aos cidadãos (MARCINEIRO, 2005).

As atividades de polícia durante o período medieval visavam ao controle social e foram exercidas pelos exércitos, a princípio sob o comando de senhores feudais e da Igreja Católica. Depois, com o declínio do feudalismo e o começo da Reforma Protestante, passou para as mãos dos monarcas absolutistas o comando dos exércitos, que tinham como missão manter o poder do rei, defender as terras e amedrontar a população para que esta não se insurgisse contra a autoridade do soberano e dos dogmas religiosos (MARCINEIRO, 2005).

Com a Revolução Francesa, os ideais liberais se propagam e a Teoria da Divisão dos Poderes, de Montesquieu, ganha força, sendo deixada de lado a ideia de “Estado-pólioia”, e surgindo o “Estado de direito” em defesa da dignidade da pessoa humana, tendo como fundamentação filosófica a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Constituição dos Estados Unidos da América (1776). O primeiro ministro da Inglaterra, *Sir Robert Peel*, em 1829, criou a Polícia Metropolitana de Londres, que seguiu por base vários princípios, alguns como, ser estável e organizada, realizar a segurança com o desejo e a cooperação da comunidade, preservação da ordem pública, entre outros princípios. Esses e os demais princípios foram copiados pela cidade de Nova York, nos Estados Unidos, quando da criação de seu corpo de Polícia Municipal em 1833 (MARCINEIRO, 2005).

A POLÍCIA MILITAR NO BRASIL

Uniformes dos Oficiais dos Comandos Superiores da Guarda Nacional do Império (1851-1854).



Fonte: Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 nov. 2019.

A presença da polícia no Brasil remonta ao Período Colonial, quando a tropa portuguesa da Divisão da Guarda Real de Polícia desembarcou em nosso território, fazendo a segurança da família real, no ano de 1808. Mas, no início da colonização do Brasil, não existia nenhuma força pública que exercesse a função da polícia; no entanto, da necessidade de manutenção do sistema escravocrata, surgiu uma função que se fez presente em todos os locais do país onde se explorou a mão de obra do escravo africano, o “Capitão do mato”. Ele representava os interesses dos senhores donos de terras e de escravos, consequentemente simbolizava de forma indireta toda a repressão do Estado português.

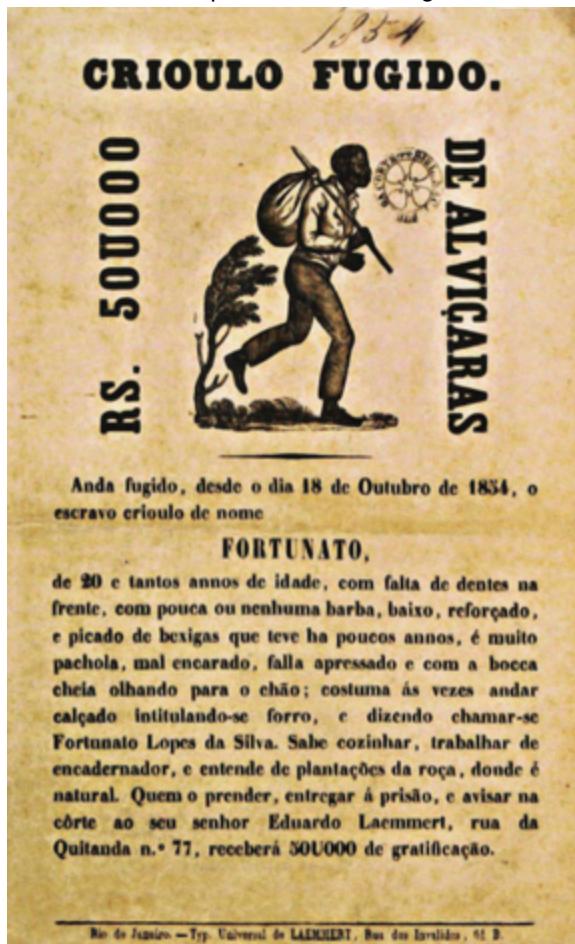
Para Silva (1990), o escravo fujão se tornava um grande problema social e fator desestabilizador da economia, pois eles formavam quilombos, constituíam grupos armados, faziam assaltos nas estradas, queimavam canaviais, raptavam mulheres, libertavam escravos das senzalas, envenenavam fontes de água pública, ameaçavam a economia e o próprio sistema escravocrata.

Capitão do mato com escravo fugitivo recapturado.



Fonte: Disponível em: <https://jornalorebate.com.br/colaboradores-do-rebate/14099-sindrome-do-capitao-do-mato> Acesso em: 06 jan. 2020.

Cartaz de procura de escravo fugitivo.



Fonte: Laemmert, Rio de Janeiro, (1854).

Era comum cartaz de “procura-se” com o retrato dos escravos fugitivos, considerados criminosos de alta periculosidade. A Coroa portuguesa decretou diversas leis que foram divulgadas pelo Conselho Ultramarino, para reprimir e punir escravos fugitivos, as punições variavam de marcas na testa com ferro em brasas até amputações de orelhas. É nesse contexto que a função de Capitão do mato se tornou uma das mais

importantes profissões no Brasil Colonial, executando as atividades que mais tarde seriam feitas pela Guarda Nacional. Em sua maioria, o Capitão do mato era negro ou mulato alforriado, por esse motivo conhecia bem a mente de escravo fujão. Segundo Silva (1990):

No Brasil, que na época era uma sociedade literalmente estratificada em classes, com toda a sua produção dependente do trabalho escravo, constitui-se em 1831 a Guarda Nacional, composta por proprietários de terras e de escravos, e por quem tivesse, [...] “renda mínima” necessária que distinguisse do mundo “da desordem”. O modelo europeu de organização se esboça na Guarda Nacional e consolida-se depois nas polícias e corporações que a substituíram. (SILVA, 1990, p.138)

No período da Independência, em 1822, a segurança da população brasileira era comparada ou igualada à segurança do Brasil, na época não se tinha uma ideia clara nem de como fazer a organização da Segurança Pública. A nossa primeira Constituição, de 1824, nada tratava sobre Segurança Pública, somente em 1828 a Lei Imperial de 1º de outubro tratou sobre o assunto. No seu artigo 66, Das câmaras municipais, título III, Posturas policiais, delegou às Câmaras Municipais o exercício de poder de polícia, além de poder fazer deliberações sobre as ações.

Em 1831, durante o Período Regencial, os governos provinciais foram obrigados a extinguir todos os corpos milicianos, o governo regencial temia que províncias rebeldes utilizassem dessa força contra o governo central, então foram trocados por Corpos de Guardas Municipais voluntários que se “[...] constituíram no embrião das Policias Militares em quase todos os Estados da Federação [...]” (MARCINEIRO, 2005, p. 28). Nesse momento, durante a regência do Padre Diogo Antônio Feijó, foi determinado que a nova polícia brasileira devesse ser constituída pela hierarquia e disciplina, afim de realizar a segurança interna do país.

O Acto Addicional, como ficou conhecida em 1834 a Lei Imperial nº 16, um tipo de emenda à Constituição do Império, deu poder às Assembleias Legislativas Provinciais para legislar sobre a polícia. A respeito dessa lei, fala Marcineiro (2005) sobre a origem da polícia:

[...] foram criadas nas províncias as Forças Policiais, com a função de atender os interesses da monarquia, evitar aglomeração de escravos, e atender os anseios da classe dominante, [...], constituírem em braço armado do poder público para execução das posturas municipais [...] (MARCINEIRO, 2005, p. 29)

Com o tempo, os governos provinciais, através do Conselho da Província, foram autorizados a organizarem, nas capitais das províncias, Guardas Municipais permanentes, com objetivo de combater as agitações típicas daquela época. Em 1840, foi criada a Lei de nº 105, do dia 15 de novembro, que no seu 1º § definiu o conceito de Polícia da mesma forma que fora definido no Acto Addicional de 1834, abrangendo a Polícia Administrativa e Municipal, deixando de fora a Polícia Judiciária, cuja atividade no momento era desempenhada por magistrados, mais comumente por Juízes de Paz.

No Brasil Império houve, de norte a sul do País, vários movimentos armados em rebeldia ao Governo Regencial, e a Polícia Militar agiu em parceria com o Exército Brasileiro no campo de Defesa Interna e da Segurança Nacional. Em 1889, com a Proclamação da República, o país passou por profundas mudanças em sua sociedade. O Decreto nº 01, que instituiu a República, responsabilizou os governos estaduais pela manutenção da ordem, segurança pública e pela defesa e garantia da liberdade e dos direitos; deu autoridade também para que os governos dos estados formassem Guardas Cívicas para o policiamento em suas regiões.

A Constituição de 1891 foi omissa no que se refere à organização da Segurança Pública no Brasil, só por volta da década de 1920 as Polícias

Militares, sempre em apoio às tarefas do Exército Brasileiro na repressão aos levantes, passam aos poucos a adotar como seu o regulamento daquela Força Armada. Na época da “República Velha”, alguns estados firmam acordos com o Governo Federal e a União para que as então chamadas Forças Públicas fossem consideradas força reserva do Exército Brasileiro. Para Marcineiro (2005, p. 30), “[...] a missão constitucional das Forças Públicas, durante o período da República Velha, variou entre Segurança Pública e a defesa interna e territorial”.

O início da década de 1930 ainda sofria com os reflexos negativos da crise de 1929, o governo provisório de Vargas vivia momentos de conflito, a população se manifestava exigindo eleições democráticas e uma nova constituição. Em São Paulo, no ano de 1932, houve a Revolução Constitucionalista. Com o fim da revolução e a vitória das tropas oficiais do estado, o Governo Federal sentiu uma preocupação em relação ao poder que as Forças Públicas Estaduais davam aos governadores, que poderiam usá-las para confrontar o governo central. Conforme Marcineiro (2005, p. 31), somente com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, de 16 de julho de 1934, “[...] em seu art. 167 definia que as Forças Públicas eram consideradas reservas do Exército. É a primeira referência constitucional (a nível federal) sobre as Polícias Militares enquanto organizações”.

O período após a Segunda Guerra Mundial, com o fim do Estado Novo e a Constituição Federal de 1946, manteve a competência da União para legislar e continuou a classificar as Forças Públicas como força reserva do Exército Brasileiro, no entanto, passaram a ser denominadas Polícias Militares. Na década de 1960, o Brasil volta a ter um governo ditatorial, o que originou vários movimentos de guerrilheiros marxistas, esse período se caracterizou pela centralização de controle sobre as Polícias Militares, limitando o poder dos governos estaduais sobre elas.

De acordo com Marcineiro (2005, p. 32), “[...] a partir de 1964 as Polícias Militares passaram a ser comandadas por Oficiais do Exército, que repassaram às corporações os valores adquiridos naquela Força Armada”. Na Constituição de 1967, as Polícias Militares dos Estados passaram a ser consideradas forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro. Com o fim da ditadura em 1985 e o início do processo de democratização com a realização da Constituição Federal de 1988, houve mudanças significativas na Segurança Pública e em especial nas Polícias Militares.

BUCANEIRAS HISTÓRICAS

O símbolo das garruchas cruzadas, como é conhecido no Brasil, são, na verdade, pistolas históricas de fabricação norte-americana que remontam à época da Guerra Civil (1861-1865). O modelo de pistolas da qual a insígnia é ícone trata-se da primeira pistola de uso militar fabricada por um arsenal dos Estados Unidos, onde hoje fica o Estado de Virgínia Ocidental. As pistolas de marca *Harper's Ferry*, modelo ano 1806, calibre .54, eram fabricadas sempre em dupla, idênticas, com ambas tendo o mesmo número de série, concebidas para o uso de oficiais montados a cavalo (LIMA, 2017).

A insígnia das Polícias Militares do Brasil é de uso comum pelo mundo, por apropriação do símbolo usado pelo Exército norte-americano, que mantém uma fração de polícia militar em seus desdobramentos de infantaria, com o objetivo de manter a ordem e promover a segurança das tropas. Quando está na zona de combate, essa unidade de polícia militar acumula outras atribuições, tais como patrulhas motorizadas ou a pé, operações de força de resposta, controle de danos de área, reconhecimento de rotas, operações de busca e escoltas de comboio e pessoal. São as tropas também utilizadas no controle da população civil de territórios ocupados (LIMA, 2017).

Imagens de duas pistolas Harper's Ferry 1806 cruzadas.



Fonte: <http://www.apapr.org.br/2012/09/07/historia-pistolas-harpers-ferry/> Acesso em: 02 dez. 2019.

O funcionamento das pistolas era de um disparo apenas, chamado de pederneira, ou seja, o acionamento era feito com um cão externo, o qual tinha uma pedra de sílex na ponta, que – ao gerar atrito numa peça metálica chamada fuzil – provocava a faísca e aí, sim, detonava a pólvora. Considerada “*the most graceful and handsome of all United States martial flintlock pistols*” [A mais elegante e formosa de todas as pistolas pederneiras de uso militar dos Estados Unidos] (BROWN JÚNIOR, 2009).

O símbolo foi adotado em 1923, por ordem do Chefe do Estado Maior, à época, o General John J. Pershing, como a quarta insígnia histórica do Corpo de Polícia Militar do Exército. Anteriormente, já haviam sido escolhidos dois cassetetes cruzados, duas maças cruzadas (cassetetes da Era Medieval) e duas pistolas automáticas *Colt .45 M1911* cruzadas. Nos três casos anteriores, o uso das imagens foi abolido porque trazia confusão com elementos que não denotavam bem a natureza da missão da polícia militar (BROWN, 2001).

Brasão do 1º Batalhão de Polícia do Exército Brasileiro.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_do_Ex%C3%A9rcito Acesso em:
09 set. 2019.

As pistolas, garruchas ou bucanearias, como chamadas em Rondônia, são a insignia das PMs no Brasil e compõem, como emblema interno, o brasão do primeiro e histórico batalhão de Polícia do Exército da força terrestre militar brasileira, que incorporou uma fração de idêntica função policial das tropas que lutaram na Itália (1944-1945), na Segunda Guerra Mundial. E realmente, no mesmo brasão do 1º BPE, pode-se ver como emblema interno o brasão da Força Expedicionária Brasileira (“a cobra fumando charuto”). É uma réplica das “garruchas cruzadas” (pistolas Harper's Ferry 1806), que são ofertadas, em um costume peculiar dos membros amigos de unidade de polícia militar do exército norte-americano, como homenagem a combatentes que prestaram bons serviços, foram promovidos ou foram transferidos para a reserva (LIMA, 2017).

Pelotão da Polícia do Exército da FEB, que foi recrutada entre membros da Guarda Civil de São Paulo e que, por ser muito rigorosa, ficou conhecida como “nossa Gestapo” (1944).



Fonte: <http://www.portalfeb.com.br/lancamento-policia-do-exercito-sua-historia-e-seus-valores/> Acesso em 10 dez. 2019.

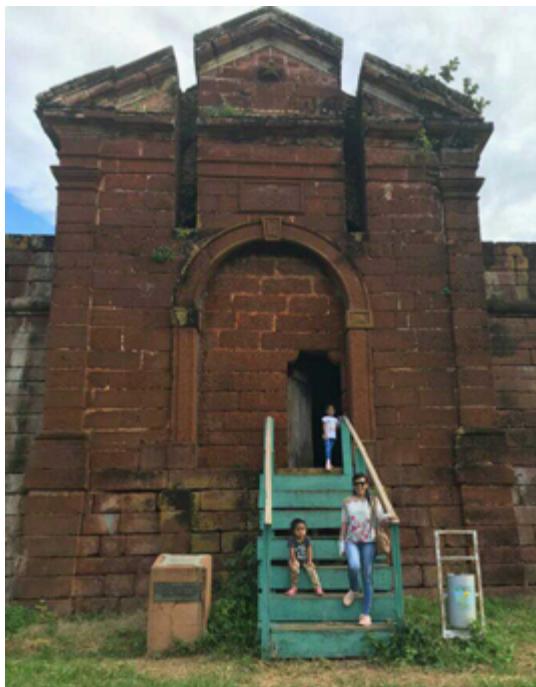
A Polícia do Exército do Brasil foi criada por decreto, para compor a Força Expedicionária Brasileira em 1944. Não foi eventualidade essa força policial ter permanecido presente em todas as operações, os progressos e o estacionamento das tropas brasileiras nos campos da Itália fascista. Seu desempenho destacado foi determinante para o cumprimento das missões impostas a nossa FEB.

Capítulo II



A PRESENÇA DE MILITARES NA AMAZÔNIA RONDONIENSE

Forte Príncipe da Beira, em fevereiro de 2019.



Fonte: Arquivo particular do Cap. PM Tarciso.

REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA (SÉCULO XVIII)

A presença de militares no território que formaria o Estado de Rondônia remonta ao Período Colonial, com a construção do Real Forte Príncipe da Beira, na então Capitania de Mato Grosso, na Região do Vale do Guaporé (atual município de Costa Marques) a partir de 1776.

O militarismo foi a melhor opção para engrossar o contingente de trabalhadores, operários e escravos, e sua composição obedeceu a um critério dentro de uma hierarquia militar que segue até os dias atuais, compondo a chamada nobreza da terra, e formou a elite colonial do Guaporé rondoniense (BARROSO, 2015). Somente o sistema militar foi capaz de manter o ritmo dos trabalhos nos canteiros de obras e a disciplina e a ordem naquela nova sociedade, composta por brancos militares, índios e escravos negros, que se formava na periferia do Brasil Colônia. Segundo Barroso:

Os militares que vieram sentar praça no Real Forte e ajudar na construção, todos receberam um aditivo em seus salários, esse abono variava conforme o cargo e patente de cada militar, uma espécie de gratificação, os portugueses chamavam esse aditivo de “graças”, sendo todos os militares da Companhia de Linha de Fronteira. Esses militares faziam parte das tropas pagas, também chamadas de Regulares ou de Primeira Linha que recebiam soldo, fardamento, alimentação para si, como farinha e azeite. (BARROSO, 2015, p. 81)

Em carta encaminhada pelo comandante do Forte Príncipe – José de Melo Lastro Vilhena e Silva, em 29 de abril de 1776 – a Domingo Sambucete, relatando o quantitativo dos primeiros trabalhadores e Oficiais do Forte Príncipe com seus respectivos cargos e obrigações:

Capitão de Engenharia – encarregado pelos feitores em suas obrigações; **Furriel Tenente de Dragões** – encarregado pela distribuição dos trabalhos, locar pessoas e vigiar as tarefas, conforme a portaria que lhe fosse dada; **Sargento de Artilharia** – encarregado pela medição da obra, vigiar trabalhadores, fazer contagem no final do expediente, prestava serviço de escrívão para os militares do Forte e não poderia deixar faltar comida no regimento real; e o **Feitor de Obra** (Crioulo) – encarregado pelos negros do Rei (BARROSO, 2015).

Os primeiros militares que chegaram à construção do Forte Príncipe tornaram-se, com o tempo, senhores de escravos que lhes serviram de escravos de “ganho”, sendo considerados como militares/patrões, empregavam seus escravos em qualquer tipo de trabalho na construção do Forte.

O Real Forte Príncipe da Beira teve sua obra concluída em 1783. Localizado em posição estratégica na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso, teve importante papel na segurança do território brasileiro, garantindo à Coroa portuguesa o livre acesso de suas navegações pelo Rio Guaporé, além de evitar o contrabando realizado pelos espanhóis. Dessa forma, assegurou e preservou riquezas minerais e vegetais, como ouro e drogas do sertão.

O abandono do Real Forte Príncipe da Beira passou a ser sentido por volta de 1815 com o esgotamento das minas de ouro do Mato Grosso e, com o surgimento da República em 1889, os últimos militares que resguardavam a fortaleza foram retirados. Segundo Barroso (2015), num período aproximado de 50 anos, o Forte ficou totalmente esquecido na região, até ser reconhecido pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, em 1911, numa de suas missões pela Amazônia rondoniense.

O forte foi ocupado pelo Exército Brasileiro em 1930, que o conserva até os dias atuais, tentando conscientizar a população rondoniense sobre a sua importância histórica como símbolo de poder da Coroa portuguesa no Brasil. Em agosto de 1950, foi tombado pelo Instituto de

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob o número de registro 395.

A GUERRA DO PARAGUAI E O SEU REFLEXO NA AMAZÔNIA RONDONIENSE (SÉCULO XIX/1864-1870)

A capital do Estado de Rondônia, segundo Borzacov (2007), tem uma dívida de honra com os militares que aqui defenderam nossa Pátria contra as ameaças paraguaias, sofrendo certamente as maiores dificuldades e privações; e, sem saber, foram os primeiros habitantes, fixaram no mapa o melhor local para se erguer uma cidade e, finalmente, construíram o ancoradouro que lhe daria o nome de Porto Velho.

O espaço original no qual surgiu a cidade de Porto Velho foi ocupado, pela primeira vez, no período de 1866 a 1870, durante a Guerra do Brasil contra o Paraguai, por um destacamento de soldados do regimento militar do Jamari. Os militares fizeram uma clareira na floresta, construíram um cais e numa elevação no barranco do rio assentaram o seu acampamento (atualmente ficam o Mirante Dois e a residência do comandante da Brigada Militar). Ao se retirarem os soldados, o local passou a ser conhecido como Porto Velho dos Militares. (LIMA, 2012, p. 13)

Em 1866, o Império Brasileiro, visando impedir possíveis investidas paraguaias em terras brasileiras, determinou que um grupamento de militares, que deve ter vindo de Belém, assentasse o seu acampamento na colina adjacente à praça onde mais tarde foram erguidos os armazéns da estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

A força militar preferiu acampar ali e não na Vila de Santo Antônio, já existente naquela época. O primeiro motivo que deve ter influído

na decisão do comandante do destacamento foram as péssimas condições de higiene e saúde da Vila, com esgotos a céu aberto e em que se abatia gado nas ruas, onde ficavam jogados ossos e sangue dos animais. A malária, a febre amarela e o beribéri dominavam o local, pelo que a permanência da tropa nessas condições poderia ocasionar grande número de baias, antes mesmo da esperada invasão das forças bolivianas caso selassem aliança com os paraguaios. O outro motivo foi de ordem tática, a escolha do monte foi a sua situação privilegiada para uma perfeita vigilância do Rio Madeira, além de ficarem os soldados livres de um ataque surpresa na Vila de Santo Antônio, de onde soaria o alarme (BORZACOV, 2007).

Necessariamente, esse acampamento possuía um Porto para se comunicar constantemente com a Vila. Estava próximo a uma eminent guerreira nas águas do Madeira, quando o Império enviou à Bolívia o embaixador Simões Netto, para realizar um Tratado Internacional no qual fez grandes concessões, o que afastou os bolivianos do Paraguai. Conhecido por selar a paz entre o Brasil e a Bolívia, o Tratado de *Ayacucho* foi assinado em 23 de março de 1867 e é conhecido por diversos nomes, principalmente Tratado da Amizade ou Tratado Muñoz-Netto. Pelo tratado, a Bolívia cederia ao Brasil a região onde hoje se encontra o Estado do Acre e o Brasil comprometeu-se a construir uma ferrovia ligando o Rio Mamoré ao Rio Madeira para escoar a borracha boliviana pelo Oceano Atlântico.

Assegurada a paz com a Bolívia, não havia mais a necessidade de permanecer uma tropa nas cachoeiras do Rio Madeira, então ela foi embora e seu porto foi abandonado e coberto pela mata. A guerra com o Paraguai acabou e nosso Porto Militar ficou conhecido como Porto Velho dos Militares.

Mais tarde, quando os norte-americanos de Farquhar vieram construir a Ferrovia Madeira-Mamoré, eles reconheceram que as margens do Rio Madeira, em Santo Antônio, não tinham condições de abrigar um porto seguro, livre de correntezas fortes e pedrais, perigosos para a navegação de grandes barcos. Lembraram-se então do humilde Porto

Militar, agora velho e quase apagado do mapa, mas que era muito profundo e remansoso, ideal para ser estação inicial de uma grande ferrovia, necessitada de segurança para carregar os navios oceânicos de suficiente capacidade de carga para transportar as montanhas de pelas de borracha da Bolívia. A partir daí, ocorreu o renascimento do Velho Porto Militar; ou, melhor, o nascimento da futura e gloriosa cidade de Porto Velho (BORZACOV, 2007).

Oficiais brasileiros que lutaram na Guerra contra o Paraguai.



Fonte: <https://www.google.com.br/oficiais+brasileiros+na+guerra+do+paraguai&Acesso em: 20 nov. 2018.>

RONDON, O DESBRAVADOR DO OESTE BRASILEIRO (SÉCULO XX)

Expedição Rondon-Roosevelt (1914).



Fonte: Museu do Índio: <http://www.jesocarneiro.com.br/amazonia/jornalista-do-eua-escreve-biografia-do-marechal-rondon-livro-sera-lancado-em-abril.html>
Acesso em: 20 jun. 2019.

Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como Marechal Rondon, de família humilde e descendente dos índios bororó e terena, nasceu no município de Mimoso, na antiga Província de Mato Grosso, em 05 de maio de 1865. No ano de 1873, foi para Cuiabá e, em 1881, o jovem incorpora-se ao 3º Regimento de Artilharia a Cavalo. Ingressa na Escola Militar, no Rio de Janeiro, onde obtém o bacharelado em Ciências Físicas e Naturais. A princípio serviu como ajudante da primeira comissão construtora das linhas telegráficas do Estado do Mato Grosso, que ligaram esse estado à rede geral brasileira, tendo como engenheiro-chefe o Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, passando a chefiá-la após a partida deste para o Paraná, onde se consagrou como Herói da Lapa.

Rondon chefiou as demais comissões, que se encarregaram de estender às principais cidades, vilas e fronteiras a rede telegráfica terrestre

de Mato Grosso, inclusive a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Ao concluir os trabalhos dessa última, em 1916, havia dotado Mato Grosso de 55 estações. Concomitantemente, executou explorações e levantamentos que ascenderam a 50.000 quilômetros, aí incluídos os de vários cursos d'água da área a que Roquette Pinto, acertadamente, emprestou a denominação de “Rondônia”. Nesses trabalhos, Rondon teve de enfrentar o sério “problema indígena” (MENEZES, 1981).

Sobre o rastro dos trabalhadores das linhas telegráficas, chegaram homens e mulheres que, de forma contínua, foram povoando o entorno das estações telegráficas, a saber: Vilhena, Jamari (Candeias), Presidente Pena (Ji-Paraná), Jaru, Presidente Hermes (Presidente Médici), Ariquemes, Jaci-Paraná, Guajará-Mirim e Santo Antônio. Essas estações tornaram-se embriões dos futuros municípios do Estado de Rondônia. Bem merecida e justa foi, pois, a escolha do Marechal Rondon para Patrono das Comunicações.

Em 1910, passou a dirigir o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), descobriu e pacificou várias tribos, num total de 30.000 mil indígenas. Rondon era ardoroso defensor da causa indígena. Em 1967, o SPI transformou-se em FUNAI. Na pacificação, usou de processos humanitários, subordinados ao lema: “*Morrer, se preciso for; matar nunca!*”. Em São Paulo, em 1911, fez sentir sua atuação, promovendo a pacificação dos caingangues, para poder prosseguir o avanço dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (MENEZES, 1981).

O Coronel Theodoro Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos, de regresso à Pátria, falando do Brasil, a propósito da viagem de estudos empreendida na Amazônia em companhia de Rondon, em 1914, assim se expressou: “Tudo ali é belo, majestoso, exuberante; mas não foi a natureza física que nos encantou, foi também a grandeza moral do meu companheiro Rondon, homem modelo, no saber e nas virtudes”. Como justa homenagem, seu nome foi atribuído – pela Lei 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, assinada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira

– ao antigo Território Federal do Guaporé, que passou à denominação de Território Federal de Rondônia. Em 1958, Rondon falece no Rio de Janeiro, no dia 19 de janeiro (MENEZES, 1981).

Capítulo III



AS ORGANIZAÇÕES MILITARES PRECURSORAS DA GUARDA TERRITORIAL

A participação das instituições antecessoras da Guarda Territorial de Rondônia, na região onde hoje se situa o seu atual território, inicia-se ao sul no contexto da expansão das fronteiras da América Portuguesa para oeste, pelos súditos do Rei de Portugal quando procuravam o “El Dorado”, e demarcaram novos limites por causa da exploração de ouro e do estabelecimento do Tratado de Madri, e ao norte com a formação das primeiras milícias, a fim de combaterem os revoltosos Cabanos.

O Território Federal do Guaporé (Rondônia) foi-se constituindo a partir do desmembramento de terras do Estado do Amazonas e terras do Estado do Mato Grosso, formando-se, assim, a nova Unidade da Federação. Na região que hoje pertence a Rondônia, havia – na época da criação do Território Federal – somente dois Municípios: Guajará-Mirim, criado em 1929, pertencente ao Estado do Mato Grosso; e o Município de Porto Velho, criado em 1914, que pertencia ao Estado do Amazonas. Ainda, ficou para Rondônia parte das terras que pertenciam

ao Município de Humaitá/AM e o Município de Lábrea/AM, sendo essas terras desmembradas depois.

É de imprescindível importância conhecermos os precedentes que fundamentaram a criação da Polícia Militar do Mato Grosso e Amazonas, as mudanças ocorridas no decorrer da história brasileira, passando pelo Brasil Colônia, pelo Império e pela instalação da República Federativa do Brasil, incluídos a Guarda Municipal de Porto Velho e os Contingentes Especiais Fronteiras, que constituem organizações precedentes da Guarda Territorial de Rondônia.

A ORIGEM DA POLÍCIA MILITAR DO MATO GROSSO – PMMT

De acordo com Monteiro (1985), há registros da concepção e do aparelhamento de uma Companhia de Ordenanças de Homens Pardos, em 1753, ainda quando a Capitania de Mato Grosso havia sido desmembrada recentemente da Capitania de São Paulo. No entanto, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso considera que sua origem foi no período das províncias. Através do decreto nº 30, de 05 de setembro de 1835, foi instituído o corpo policial que recebeu a denominação de “Homens do Mato”, sendo o presidente da província, na ocasião, o Coronel Antônio Pedro de Alencastro.

O nome explica a razão da fundamental função da polícia à época, a de recaptura de escravos fujões, aniquilamento de quilombos pelas táticas utilizadas em suas ações, as quais muito se aproximavam de táticas de guerrilha. Segundo Cotta (2006), as ações basicamente se resumiam nas emboscadas, em que se atiravam de surpresa sobre os fugitivos, usando a seu favor os acidentes topográficos, pois conheciam os terrenos, florestas e rios e sabiam extrair alimentação da natureza.

A partir da criação (1835) do “Corpo de Polícia Homens do Mato”, conforme Monteiro (1985), essa organização recebeu várias denominações ao longo do tempo: “Corpo Municipal Permanente” em 1844,

“Guarda Provisória de Segurança” em 1848, “Companhia de Pedestres”, “Seção de Companhia de Força Policial” em 1858, “Companhia Policial” em 1879. Embora a Constituição Estadual do Mato Grosso, promulgada em 1891, tenha regulado a criação das “Forças Policiais”, comenta Monteiro que:

[...] em nosso Estado, num mesmo regulamento ela denominou-se “Força Pública”, “Corpo de Polícia”, “Corpo Militar”, e “Força Policial”. Porém, “o Governo Federal já tinha publicado o seguinte Decreto nº 07 de 20-11-1.889, isto é, o artigo 2º, §8º, do mesmo dizia: “Criar (nos Estados) a Força Policial” [...]. Então evidente está que a denominação decretada era “Força Policial” e somente esta. (1985, p. 32)

Na visão de Monteiro (1985, p. 32), esse desleixo demonstra “[...] o pouco caso dos governos da época para com a Polícia”. Outras designações, ainda conforme Monteiro (1985), estariam por vir, “Força Pública” (1917), “Força Policial” (1940) e, finalmente, após a Segunda Guerra Mundial, por força da Lei nº 337, de 25 de julho de 1947, a denominação que continua na atualidade: “Polícia Militar”.

As modificações não se limitaram somente às designações, foram seguidas também por diversas outras, dentre elas: fatos políticos regionais e nacionais, movimentos populares (como a Rusga), “revoluções” mato-grossenses, guerras da Tríplice Aliança contra o Paraguai de Solano Lopes e as duas Grandes Guerras Mundiais, cruzando vários regimes de governo, fases políticas e, ainda, por último, a divisão do Estado de Mato Grosso, em 11 de outubro de 1977.

Dos trabalhos sobre a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso na área da História, destaca-se em primeiro lugar um instigante levantamento organizado em 1948, pelo então Major Temístocles Aristeu de Carvalho, após determinação do Comandante-Geral da Polícia

Militar, Coronel João Luiz Pereira Neto, em Boletim do Comando Geral (BCG)¹, quando “o Major Temístocles Aristeu de Carvalho fica encarregado de organizar o resumo histórico desta Corporação, em detalhes, fontes de consultas, tradição oral e informação do Historiador Estevão de Mendonça”.

A ordem recebida de organizar a pesquisa sobre a História da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso foi concluída em sete meses, constando inclusão na publicação em BCG nº 98, de 30 de abril de 1948: “[...] O Major Temístocles Aristeu de Carvalho, em parte de hoje, encaminhando o rascunho do Histórico desta PM, por ele organizado a ordem deste Comando Geral. - Publique-se”. Desse modo, do que se consta, foi o Major Temístocles quem primeiro pesquisou e registrou a História da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Uma segunda pesquisa, 37 anos mais tarde, em 1985, foi preparada pelo Tenente-Coronel Ubaldo Monteiro, Oficial reformado da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, denominada “A Polícia de Mato Grosso (História – Evolução) – 1835/1985”, com um total de 237 páginas. Considerado como o primeiro e único trabalho conciso sobre a memória histórica da Polícia Militar em Mato Grosso, sendo utilizado por nós para fundamentar as origens da PMRO. E juntamente com o trabalho denominado “A Polícia Militar Mato-Grossense – sinopse histórica”, também escrito por Ubaldo Monteiro da Silva, têm sido fontes de consulta quase que obrigatorias para quem pesquisa a história da Polícia Militar em Mato Grosso.

Segundo Balieiro (2009), Doutor em História Social (USP), discutiu em seu artigo científico denominado “Dos Homens do Mato aos Homens e Mulheres da Cidade: Por uma Escrita dentro da Nova História sobre a trajetória da Polícia Militar em Mato Grosso”, ainda na área acadêmica, mais recentemente temos conhecimento da tese de doutorado de Naldson Ramos da Costa, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o

1. Registrado em 04 de outubro de 1947, constante do Boletim do Comando Geral da PMMT (BCG) nº 226.

título “Violência policial, Segurança Pública e práticas civilizatórias no Mato Grosso”. Essa pesquisa se propôs a entender os motivos que induziram, no Estado de Mato Grosso, a conservação “[...] das diversas formas de violência policial nas práticas de controle social e da criminalidade” (COSTA, 2000, p. 5, *apud* BALIEIRO, 2009, p. 3), e as questões conexas aos direitos humanos numa sociedade democrática. A conclusão do autor é de que as heranças do autoritarismo e do positivismo do direito acabaram influenciando as “organizações policiais”. Para Costa (2000, p. 5, *apud* BALIEIRO, 2009, p. 3), “[...] as Organizações Policiais são parte de uma estrutura de dominação política e representam o aparato repressivo legal do estado”.

Ainda conforme Balieiro (2009), das monografias de especialização pesquisadas, destaca-se a pesquisa de Pedro Sidney de Souza (2008), denominada “A legitimidade da atividade do policiamento ostensivo nas Polícias Militares com ênfase nos seus fundamentos axiológicos”, em que discute, descreve e esclarece alguns acontecimentos da história da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Nas discussões do objeto de estudos, o autor oferece propriedades da atividade do policiamento ostensivo fundada em pressupostos axiológicos e argumenta que esses possuem indizíveis valores que admitem a atividade do policiamento ostensivo, e finaliza seu estudo sugerindo máxima intensidade aos valores doutrinários da atividade policial.

Discutida a historiografia sobre a PMMT, tratemos da área desmembrada do Estado do Mato Grosso para criação do Território Federal do Guaporé (Rondônia). Nela havia dois municípios: Guajará-Mirim e Alto Madeira, este chamado antes “Santo Antônio do Rio Madeira”, porém, regrediu a povoado, em razão do desenvolvimento de Porto Velho.

Esses municípios possuíam tropas da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso, à época, Força Pública, já em 1911 havia uma Companhia isolada em Santo Antônio do Rio Madeira, a qual se reportava ao Batalhão de Infantaria da Força Pública sediado em Cuiabá – MT. Tal Companhia, em seguida, foi comprimida a um Destacamento, sendo, nas

décadas seguintes (1920 e 1930), na maior parte desse período, a única força armada em atividade na região. Mesmo com vários problemas, por exemplo, a distância e o isolamento, conseguiu manter-se à altura do encargo que lhe fora conferido numa área crítica e de fronteira. Em Guajará-Mirim, o Destacamento da Força Pública do Mato Grosso ocupou como sede as instalações do Exército Brasileiro que fora estabelecido ali (MONTEIRO, 1985).

Segundo Gravi e Ascenço (2012), ao analisarem as folhas de alterações do então Aspirante a Oficial da PM do Estado do Mato Grosso, MANOEL ALÍPIO DA SILVA, bem como seus manuscritos, verificou-se que em 1927, em Santo Antônio do Rio Madeira, havia o 3º Pelotão de Fuzileiros da 3ª Companhia, transferido em 1929 para Guajará-Mirim, em face da decadência daquela localidade e prosperidade desta, ficando apenas o Destacamento da Força Pública em Santo Antônio do Rio Madeira. No início da década de 1940, ainda existia um Destacamento da Polícia Militar do Mato Grosso em Abunã.

Nas outras localidades às margens do Guaporé, a Segurança Pública era efetivada por integrantes da instituição policial que estivesse atuando em Vila Bela ou em Cuiabá, destacados para missões ou operações específicas (MONTEIRO, 1985).

A ORIGEM DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS – PMAM

Na Amazônia, com a designação de Guarda Policial, foi criada a Força Militar Estadual em 04 de abril de 1837, através das “Instrueçoes Geraes”, expedidas pelo então Presidente da Província do Grão-Pará, o General Soares de Andrea, nas quais autorizou a criação, em qualquer vila da Região Amazônica, de uma Guarda Policial cuja missão principal seria combater os rebeldes Cabanos (Revolta da Cabanagem entre 1835 e 1840). Seu primeiro efetivo era composto por 1.339 homens, e o primeiro Comandante foi o Tenente Coronel de Artilharia Albino dos Santos

Pereira, nomeado sob a Portaria de 05 de julho de 1837, permanecendo a denominação por quase todo o período do Império.

Em 1887, através da Lei nº 761, de 16 de junho, dá-se nova denominação e reorganização ao Corpo Policial do Amazonas. Em 13 de janeiro de 1890, já em vigor a República Federativa do Brasil (07 de setembro de 1889), por meio do Decreto nº 02 é dissolvido o Corpo Policial e criado um Batalhão Militar de Segurança. Posteriormente foi designado Regimento Militar do Estado e Batalhão Militar. Em 1935, pela Lei nº 55 de 31 de dezembro, foi restabelecida como Força Policial do Estado e, finalmente, Polícia Militar do Amazonas em 14 de novembro de 1938.

No âmbito federal, foi instituído o Decreto-Lei nº 667 de 02 de julho de 1969, o qual reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, cuja competência consiste na manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados (art. 3º); para atuação de forma preventiva, através de Policiamento Ostensivo Fardado, e repressiva como força de dissuasão (alínea “a” e “b” do art. 3º), e atender à convocação do Governo Federal, em caso de Guerra Externa (alínea “d” do art. 3º).

Para o provimento do cargo de Comandante, define-se que seja através de ato dos Governadores de Estado e de Territórios e do Distrito Federal, após ser o nome indicado aprovado pelo Ministro de Estado do Exército, observada a formação profissional do Oficial para o exercício de Comando. O Comando das Polícias Militares poderia, também, ser exercido por General de Brigada da Ativa do Exército ou por Oficial Superior Combatente da Ativa, preferentemente do posto de Coronel ou Tenente-Coronel, proposto ao Ministro do Exército pelos Governadores de Estado e de Territórios e do Distrito Federal (Redação dada pelo Decreto-lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983, que alterou os artigos 3º, 4º, 6º e 7º do Decreto-lei nº 667/69).

O Cargo de Comandante-Geral passou a ser ocupado por Oficial da Ativa do último Posto da própria PMAM somente em 1983, em

solenidade na Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia), cujo 1º Comandante-Geral foi o Coronel QOPM Hélcio Rodrigues Mota. Ainda em 1983, através do Decreto nº 7.029 de 24 de fevereiro, incluiu-se o dia 08 (oito) de novembro no calendário das datas festivas da Polícia Militar do Amazonas, como data festiva do retorno da campanha de Canudos.

Destacamos a brilhante participação do Batalhão Militar do Amazonas na Guerra de Canudos (1896-1897), guerra no Sertão da Bahia que mobilizou aproximadamente 12.000 (doze mil) soldados provenientes de 17 (dezessete) Estados da Federação, distribuídos em 4 expedições militares. Sendo que na 4ª expedição, sob o Comando do General Artur Oscar Andrade Guimarães, integrou-se à Tropa Nacional o então 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública do Estado do Amazonas, atual 1º Batalhão da Polícia Militar (1º BPM), denominado na época de Batalhão Amazonas. Liderada pelo Ten. Cel. Cândido José Mariano, a tropa amazonense foi constituída por 24 Oficiais e 249 Praças, saindo de Manaus no dia 04 de agosto de 1897, na embarcação a vapor Botelho, seguindo para Belém, de onde partiu no navio de Guerra Carlos Gomes, passando pelos estados do Maranhão e de Pernambuco, desembarcando em Salvador no dia 24 de agosto de 1897. De forma conjunta com as Polícias de São Paulo/SP e do Pará/PA, os guerreiros do Batalhão Amazonas participaram de vários combates, entre os dias 24 de setembro e 1º de outubro de 1897.

Os amazonenses foram importantes também ao longo da batalha na conquista do ponto estratégico “Uauá”, estrada que conduzia ao Sítio de Canudos, arraial rebelde que estava sob o controle do fanático “Antônio Conselheiro”, cercando o Vilarejo até a batalha final, que foi a derrota do reduto dos rebeldes instalados nas igrejas velha e nova. Durante o conflito, houve terrível combate corpo a corpo, tombando 47 amazonenses por mortes, 15 extraviados e desertores, 8 gravemente feridos e 15 com ferimentos leves, quando – no dia 08 de novembro de 1897 – os amazonenses regressaram a Manaus-AM vitoriosos e cumpridores da missão que lhes fora determinada pela República em nome da unidade nacional. Destacamos também que em 1902 foram conferidas as honras ao

Posto de Tenente-Coronel do Regimento Militar ao então Engenheiro Dr. Cândido José Mariano.

Batalhão Amazonas em Canudos em 1897, ao centro, Cândido José Mariano (de cavanhaque).



Fonte: Blog do Coronel Roberto PMAM, foto de Flávio de Barros.

Conserva-se a data de 08 de novembro em comemoração ao retorno vitorioso da campanha de Canudos, celebrada todos os anos, inclusive foi instituída a medalha Cândido Mariano (Decreto n° 7.031 de 24 de fevereiro de 1983) aos Policiais Militares que se sobressaem no cumprimento do dever, com coragem e bravura, no combate à criminalidade com risco da própria vida. Nessa data, a proeza heroica dos policiais da campanha de Canudos é recordada todas as vezes, quando se entoa a Canção da PMAM, que, em uma de suas estrofes, assim rememora o inigualável feito histórico: “[...] em Canudos com sangue balizados, na luta com jagunços foram heroicos [...]”. Em consideração ao ato de bravura e devotamento à pátria, a Corporação, ao retornar da Bahia-BA, em 08 de novembro de 1897, recebeu uma bandeira brasileira bordada com ouro e prata, oferecida por uma mulher baiana. Do mesmo modo foi agraciada com uma coroa de louros em prata, dada pelo povo do Pará-PA,

principalmente em tributo aos mortos do Batalhão Amazonas nos Sertões baianos.

A Polícia Militar amazonense também teve papel importante na Revolução Acreana, atuando contra a invasão boliviana, quando ocuparam o Rio Acre e seus afluentes. E, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, contra os países do Eixo, contribuiu na Batalha da Produção, ajudou na construção de hospedarias para imigrantes, policiou e organizou o transporte dos chamados “Soldados da Borracha” e, por fim, trabalhou nos serviços do Porto de Manaus.

A GUARDA MUNICIPAL DE PORTO VELHO E A POLÍCIA DA EFMM

O Diário Oficial de 03 de fevereiro de 1915 publicou o ato do Governo do Estado do Amazonas nomeando, em 1º fevereiro de 1915, o 1º Tenente da Força Pública do estado, Aristides Leite, Delegado da recém-criada Delegacia de Polícia de Porto Velho, em 1º de fevereiro de 1915 (MENEZES, 1980).

Segundo Cantanhede (1950), pelo decreto nº 05, de 15 de maio de 1915, o Sr. Major Fernando Guapindaia de Souza Brejense (1º Superintendente Municipal de Porto Velho) criava, com o efetivo de quinze (15) praças, a Guarda Municipal, que teve sua organização definida pela Lei nº 15, de 20 de julho de 1916, do Conselho Municipal. Para Menezes:

Antes da criação dos Territórios Federais, em Porto Velho o policiamento era feito, quando situações anormais ocorriam, por um destacamento vindo às pressas de Manaus. Normalmente, porém, por dois Guardas Municipais, da Avenida Divisória até a margem do rio por um Guarda da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Com uma população muito pequena e um povo muito ordeiro, dificilmente ocorria algum fato de maior gravidade que as costumeiras

ocorrências com os notívagos que se excediam no uso de bebidas alcoólicas e se tomavam de ciúmes das mereitrizes. (MENEZES, 1980, p. 214)

A Ferrovia Madeira-Mamoré tinha sua própria Polícia, em concordância com Menezes (1980), que nos traz a informação que da Av. Divisória até a margem do Rio Madeira, ou seja, a área pertencente à administração estrangeira da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), era policiada por um Guarda. Já Franco (2008) nos informa que antes da criação da Cidade de Porto Velho, os administradores estrangeiros instituíram sua própria Polícia para salvaguardar seus interesses.

Desde o início da instalação dos galpões na área que formaria a cidade de Porto Velho, em 1907, a direção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré não permitia interferências na área que considerava sua, mesmo que fossem autoridades à procura de criminosos. No dia 24 de fevereiro de 1910, o Policial Militar Henrique de Torres Bandeira foi designado pelo delegado de Polícia de Vila Nova, em Mato Grosso, para assumir a direção do policiamento da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a pedido dos administradores (FRANCO, 2008).

A direção da ferrovia construiu um alambrado demarcando seu território, onde sua própria Polícia agia segundo procedimentos próprios. Ela mantinha os trabalhadores sob forte vigilância, a fim de evitar fugas. A Polícia da EFMM exercia sobre os trabalhadores um controle rígido quanto a bebidas e mulheres. Esse controle só era burlado quando os trabalhadores dirigiam-se para a localidade da Vila de Santo Antônio do Rio Madeira à procura de diversão (FRANCO, 2008).

Conforme Silva (1991), a administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré gozava de isenção de impostos estaduais e municipais, além de ser detentora de grandes porções de terras destinadas ao uso da ferrovia. Guapindaia Brejense não era homem dado a assuntos diplomáticos, baixou decretos regulando o código de postura da cidade, até mesmo proibiu a cobrança de imposto de desembarque, efetuado pela

ferrovia, o que foi motivo de severas trocas de insultos entre os ferroviários e o Superintendente municipal.

A gestão do Major EB Guapindaia foi marcada por vários conflitos com os administradores estrangeiros da EFMM. O auge foi quando houve ameaça de luta armada e sequestro de um funcionário do município. Segundo Silva (1991), na época em que foi construído o Cemitério dos Inocentes, não havia capela, então uma professora local saiu recolhendo doações para a sua construção. A professora foi mal recebida por ferroviários e portugueses prejudicados em seus interesses pelo Major Guapindaia. Um deles fora preso e colocado a ferros anteriormente, provocando a maior animosidade dos lusos contra o Major Guapindaia. Quando a professora foi desacatada pelos ferroviários, o Chefe de Polícia mandou prender mais quatro e também os espancou com chicote de “umbigo de boi”. Para Franco (2008), esse episódio desencadeou baderanas durante toda a noite de 19 de novembro de 1915.

Sobre o caso citado, Silva (1991) escreve:

Foi o suficiente para dar-se início a um levante armado com entrincheiramento na “Casa Seis”, galpão que ficava ao lado de onde hoje ficam os serviços postais telegráficos. O delegado, ao invés de tomar as devidas providências, fugiu da cidade, restando ao Major Guapindaia, entrincheirar-se em sua casa, que ficava onde se construiu a Praça Rondon. Os revoltosos, extremamente, conseguiram aprisionar o contínuo do superintendente e a única saída de Guapindaia foi negociar a troca do servidor pelos portugueses. (SILVA, 1991, p. 48)

Devido às constantes perturbações da ordem, como a relatada, conforme Cantanhede (1950), os conflitos ora por influências dos colonos lusos, ora apoiados pelos representantes locais da Madeira-Mamoré,

e ainda por instigação de maus brasileiros, o Governo do Amazonas viu-se na necessidade de mandar para Porto Velho um destacamento de Força Policial, ficando desse modo anulada a atuação da Guarda Municipal, resultando em sua dissolução pelo Decreto nº 07, de 16 de outubro de 1916, do Superintendente.

OS CONTINGENTES ESPECIAIS DE FRONTEIRA

O primeiro corpo militar das Forças Armadas brasileiras a se instalar em Porto Velho foi o Exército; em 1932, chegava aqui o primeiro grupo de militares que foram desagregados do 27º Batalhão de Caçadores de Manaus para constituírem os Comandos dos Contingentes de Fronteira. O Aviso Ministerial nº 518, de 23 de setembro de 1932, publicado no Boletim do Exército nº 139, de 25 de setembro de 1932, criou os Contingentes Especiais de Fronteira, estacionados em Porto Velho, Guajará-Mirim e Forte Príncipe da Beira, sob a inspeção do Cap. de Artilharia EB Aluízio Ferreira (MENEZES, 1980).

O Contingente Especial de Fronteira em Porto Velho, sob o Comando do 2º Ten. Raimundo Ferreira, foi instalado num velho armazém da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, onde havia funcionado, antes de 1931, o Comissariado da Companhia Madeira-Mamoré Railway. A formação dos Contingentes de Fronteiras foi uma odisseia idêntica à da Guerra do Paraguai. “No recrutamento do seu efetivo, entraram índios, gente nascida na fronteira da Bolívia com o Brasil e os desiludidos com a situação dos seringais que vinham para as cidades em busca de emprego” (MENEZES, 1980, p. 212).

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, os Contingentes Especiais de Fronteira surgiram da necessidade de garantir a unidade do país em decorrência da emergência gerada pela Revolução Paulista ou, como também ficou conhecida, “Revolução Constitucionalista”, em 1932.

3ª Companhia de Fronteira em Porto Velho – RO, Rua José do Bonifácio, n° 585, Bairro Centro (1942).



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

Na data reservada a comemorar o Dia do Soldado, em 25 de agosto de 1935, foi inaugurado o novo quartel da agora designada por Companhia de Fronteira, estacionada em Porto Velho. O edifício foi construído obedecendo à planta do Engenheiro da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Dr. Francisco Alves Erse, erguido no alto da Rua José Bonifácio, em amplo terreno, ocupando a quadra nº 46 (atual 17º BIS) do Patrimônio Municipal. Sua construção, custeada pelo Governo Federal, foi administrada pelo Cap. EB Aluízio Ferreira, ao tempo, Inspetor dos Contingentes Especiais da Fronteira Madeira-Guaporé (CANTANHÉ-DE, 1950).

Foi o Sr. Cap. EB Aluízio Ferreira quem, pela primeira vez, hastiou o Pavilhão Brasileiro no mastro do portão principal dessa Casa do Soldado, como uma das comemorações, naquela data, consagrada a Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias). A cerimônia da inauguração do novo quartel teve início às nove horas da manhã, presentes as principais autoridades, grande número de famílias, de alunos das escolas públicas e dos Institutos Salesianos. As suas dependências, no ato da inauguração, constavam de sala para Comando, Reserva, Arrecadação, Corpo da Guarda e Alojamento para os praças; como auxiliares do Sr. Cap. EB

Aluízio Ferreira, encontravam-se os Srs. Tenentes Sotero Tapajós Bentes e Ernesto Montenegro Filho (CANTANHEDE, 1950).

3^a Companhia de Fronteira em Porto Velho – RO, Rua José do Bonifácio, n° 585, Bairro Centro (1942).



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

Canhão do Real Forte Príncipe da Beira



Capítulo IV



A CRIAÇÃO DA GUARDA TERRITORIAL

Presidente Getúlio Vargas em Porto Velho, em 11 de outubro de 1940.



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

A GÊNESE DA GUARDA TERRITORIAL

No período da Segunda Guerra Mundial, o então Presidente Getúlio Vargas, de forma estratégica, criou – em 13 de setembro de 1943 – o território Federal do Guaporé, com o desmembramento de terras do Estado do Amazonas na porção que compreendia o município de Porto Velho e do Mato Grosso na parte da cidade de Guajará-Mirim, estabelecendo dessa forma órgãos governamentais e administração federal.

Para garantir a segurança do poder instituído, foi criada – através do Decreto nº 01 de 11 de fevereiro de 1944 – a Guarda Territorial, por iniciativa do Governador Aluízio Ferreira; a corporação era composta por Comando, Chefes de Guardas e Guardas, comandada preferencialmente por um Oficial do Exército Brasileiro. Com a missão de manter a ordem e servir de mão de obra no cumprimento de trabalhos públicos de todo tipo, apesar de caráter civil, a Guarda Territorial foi aos poucos sendo militarizada, o embrião da Polícia Militar de Rondônia chegou a possuir Corpo de Bombeiros (FRANCO, 2008).

O primeiro comandante nomeado da Guarda Territorial, no dia 16 de março de 1944, foi o Capitão de Infantaria Milton Carvalho de Queiroz, substituindo o 2º Tenente Antonio Ribeiro Madeira Campos, Chefe da Secretaria da GT, que até aquele dia respondera interinamente pelo Comando.

O Tenente Madeira Campos foi o responsável por organizar a Guarda Territorial. Seria auxiliado pelo Sargento Acary, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que chegou a vir para Porto Velho, porém, não conseguiu se adaptar. Então, Madeira Campos convidou seu vizinho, Esron Penha de Menezes, funcionário da EFMM. O Cap. Esron comenta em entrevista na edição de número 15 (maio/julho/2001) do “Jornal do SINPFETRO” (Sindicato dos Policiais Civis do ex-Território Federal de Rondônia), citado por Franco (2008):

Quando aceitei o convite feito por Madeira Campos, condicionei que ele conseguisse minha liberação junto à direção da Madeira Mamoré. Ele não contou conversa, foi lá e falou com o diretor da Ferrovia, o Araújo Lima, e retornou para me dizer que estava tudo conversado. Tudo isso aconteceu no horário destinado ao almoço do dia 10 de fevereiro de 1944. À tarde, em vez de eu ir para a Madeira Mamoré, fui ajudar o Madeira Campos a criar a Guarda Territorial do Guaporé. Naquele dia o meu expediente começou às duas horas da tarde e foi até altas horas da noite. (FRANCO, 2008, p. 1)

O primeiro contingente da Guarda Territorial foi composto por quarenta homens, alistados no dia 11 de fevereiro de 1944, dentre os quais Aluízio (De Coca), Mariano (pai do Coronel PM Ferro), Joaquim Alves de Moraes (que chegou a ser prefeito de Guajará-Mirim), José Inácio de Souza, Valdemar Almeida Rebello, Máximo Hilarião e outros. O Território Federal do Guaporé computava apenas dois municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim. O contingente atendia às duas cidades, em Guajará-Mirim se destacou como comandante o Capitão Alípio, sendo os Guardas recrutados lá mesmo. Joaquim Moraes e Zé Inácio eram lotados em Guajará-Mirim, mas todos nomeados em Porto Velho (FRANCO, 2008).

Ainda segundo Franco (2008), os primeiros Oficiais da Guarda Territorial foram Madeira Campos, Eson, Davis, Tenente Zack, Alípio, Zé Cristino, Sebastião Araújo Lima e Guilherme Cavalcante. Esses foram os primeiros Oficiais, posteriormente aumentou-se o quadro, então vieram os demais Oficiais.

O trabalho não era limitado à Segurança Pública, além do policiamento, os Guardas Territoriais eram encarregados de várias atividades

necessárias para a manutenção do Território Federal do Guaporé. Desde limpeza das ruas da cidade, igarapés, oficinas da EFMM, fossas, corte de lenha para abastecimento da usina de eletricidade, dos trens da Madeira-Mamoré, dos navios que por aqui ancoravam, também faziam embarque e desembarque de mercadorias e produtos no cais do porto, na cooperativa dos seringalistas e abriam estradas.

A principal influência da criação da Guarda para a constituição da cidade de Porto Velho foi o surgimento do bairro Arigolândia, em decorrência dos trabalhadores que foram chamados de arigós, soldados da borracha, que vinham de várias cidades do país, mas principalmente do Nordeste. Dentre esses trabalhadores, muitos foram recrutados para a Guarda Territorial e receberam casas pré-fabricadas, próximas ao quartel na Rua Major Amarantes. Havia critérios específicos para a seleção dos Guardas em Porto Velho logo que chegavam os navios trazendo os arigós, o Cap. Madeira Campos, o doutor Rubens Campos e Esron Penha de Menezes escolhiam os homens que serviam para trabalhar na Guarda Territorial: tinha que ser casado, ser forte e ter os dentes saudáveis. Como vantagens, eram oferecidos aos recrutados, além do ordenado mensal, direito ao fardamento e alimentação. O primeiro uniforme da GT era um macacão de mescla azul e um capacete igual ao que é utilizado em safaris na África. Depois foi sendo modificado, durante os governos de Araújo Lima e de Petrônio Barcelos, quando então passou para o predominante cáqui. A Guarda representou um instrumento usado pelo governo para o desenvolvimento do Território do Guaporé, principalmente Porto Velho (FRANCO, 2008).

Conforme Menezes (1981), foi no dia 10 de fevereiro de 1944 que se iniciou a arregimentação de homens, inicialmente foram convocados o 2º Tenente QAO Antônio Ribeiro Madeira Campos, que era lotado na 3ª Cia. de Fronteira, o 2º Sargento PM Acary Tostes Pereira, da Polícia Militar do Distrito Federal, Esron Penha de Menezes, funcionário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de onde foi fornecida para a Comissão uma máquina de escrever:

O primeiro recrutamento que se fez constou de 40 homens, neles incluídos: Aluízio Ferreira Lopes, Waldemar de Almeida Rebello, Eduardo Ribeiro da Silva, Pedro Umbelino, Manoel Pereira Campos, Máximo Hilarião de Souza, Joaquim Alves de Moraes, Dario Nascimento, José Inácio de Souza, entre outros.

Como titulares, assim eram chamados os assistentes, foram convocados: Manoel Alípio da Silva, aspirante da PM de Mato Grosso; Estanislau Zack, 2º tenente QAD de Engenharia, da 2ª Rodoviária Independente; José Teives de Alencar Dias Pinto, 2º tenente R/2 do CPOR de Manaus, e José Cristino da Silva, da Madeira Mamoré. (MENEZES, 1981, p. 42)

O Decreto nº 01 de 11 de fevereiro de 1944 previa que a Guarda Territorial fosse uma Corporação Civil, em padrões militares, inclusive regida pelos Regulamentos do Exército Brasileiro, também com soldos nivelados aos dos Oficiais, Graduados e Praças daquela Força Armada, e seu efetivo seria constituído de 600 Guardas, 40 Chefes de Guarda, equivalentes a Sargentos, e um grupo de Comando composto de um Comandante-Geral, de acordo com o art. 8º do Decreto 01/1944, de preferência Oficial do Exército, cargo que foi exercido, segundo Menezes (1981):

[...] pelo Capitão de infantaria Milton Carvalho de Queiroz, um chefe de secretaria, cargo que foi desempenhado pelo 2º tenente QAO Antonio Ribeiro Madeira Campos; um cargo de adjunto que foi preenchido pelo 2º sargento PM-DF Acary Tostes Pereira, que apenas passou alguns dias e, logo que viajou, foi exercido até 2 de maio de 1944 pelo

funcionário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, civil Esron Penha de Menezes, reservista do Exército; um tesoureiro-almoxarife que foi ocupado por Hélio Mengarelli, civil, reservista do Exército. Os cinco cargos de assistentes foram ocupados por Manoel Alípio da Silva, aspirante da PM/MT; Estanislau Zack, 2º tenente QAO; José Teives de Alencar Dias Pinto, 2º tenente R/2; bacharel em Direito José Cristino da Silva, civil, reservista do Exército, vindo da Estrada de Ferro, e Sebastião de Araújo Lima, oficial da Marinha Mercante, tendo atuado no esforço de Guerra no Atlântico Norte e um cargo de datilógrafo que foi ocupado por Guilherme Cavalcante de Sá Gouvêa, reservista do Exército, egresso do Departamento dos Correios e Telégrafos. (MENEZES, 1981, p. 42)

Ao noticiar o transcurso de mais um aniversário de tão útil instituição, assim se referiu o jornal “Alto Madeira”, em sua edição de 13 de fevereiro de 1949:

Temos a grata satisfação de registrar, a 15 de fevereiro, mais um aniversário da fundação da Guarda Territorial, corporação de elite cujo acervo de trabalho constitui um padrão de honra para o Território do Guaporé. Integrada por elementos laboriosos e disciplinados, a G.T. tem contribuído, de maneira efetiva, em todos os setores da administração territorial, onde quer que seja solicitada a sua colaboração. (CANTANHEDE, p. 145, 1950)

No início da Guarda Territorial, não existiu uma organização propriamente dita. Cada elemento operava onde fosse mais imprescindível.

Os assistentes comandavam grupos formados de 40 Guardas, que executavam várias atividades.

Da direita para a esquerda: Ten. Valentim; Ten. Jeferson Brasil;
Cap. Guilherme Gouveia; Ten. Campos; Cap. Sebastião Araújo Lima;
Cap. Ângelo; Ten. Jessé; Ten. Lessa e Ten. Loyola. Lançamento da pedra
fundamental do quartel da Guarda Territorial do Guaporé
(atual Quartel do 1º BPM).



Fonte: Arquivo particular do Maj. PM RR José Carlos.

Segundo Menezes (1981, p. 43), “o grosso do recrutamento se fazia a bordo dos navios que aportavam com levas e mais levas de Nordestinos que o popular apelidou de Arigós, destinados à produção de borracha”. Nos primeiros anos da Guarda Territorial, os crimes no Território Federal do Guaporé eram reduzidos somente a algumas alterações aos finais de semana. Dessa forma, apenas aos sábados e domingos eram distribuídas patrulhas para reprimir os alcoolizados que extrapolavam nas festas do Militão, do Botafogo do Araripe, do Bola Sete e do Barbalha, quando enciumados decidiam disputar as mulheres na base da violência (MENEZES, 1981). Ainda no início, quando o grupo de Comando era somente composto por três pessoas:

O comandante Capitão Milton se reservava aos contatos com as altas autoridades, o Tenente Madeira Campos fazia o recrutamento dos novos elementos, distribuía o pessoal pelos diferentes comandos e serviços, fiscalizava os trabalhos e substituía o comandante; o adjunto, no caso Esron Penha de Menezes, era encarregado do armazém reembolsável, secretário, chefe da casa de ordens e dos outros eventuais serviços que determinava o comando, além de comandar o grupo que tirava lenha, fazia ensaios de agricultura e fiscalizava juntamente com o tenente Madeira Campos os serviços de limpeza da cidade. (MENEZES, 1981, p. 43)

A Guarda Territorial, ao longo de sua história, participou efetivamente de grandes realizações do governo do Território, dentro de um clima de total paz e profissionalismo, mesmo quando a conjuntura não era favorável, como na morte do Presidente Getúlio Vargas, nas eleições de 1946, 1950, 1954, 1958, 1962 e 1964, e na retirada dos garimpeiros de Campo Novo. Sendo inclusive alvo de elogio por parte de Governadores, como no pleito eleitoral de 1954, segundo publicado no Jornal “Alto Madeira” de 04 de dezembro daquele ano:

O Governador do Território, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, item IX, do Decreto-Lei Federal nº 5.839 de 21 de setembro de 1943, resolve: Elogiar a Guarda Territorial, pela maneira brilhante como se desincumbiu de sua missão na época do pleito eleitoral, cooperando de maneira eficiente, com a Divisão de Segurança e Guarda para a manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais. (ALTO MADEIRA, 1954, p. 4)

Nunca a Guarda Territorial atingiu o efetivo de 600 homens previsto no Decreto nº 01 de 11 de fevereiro de 1944. O maior efetivo foi de 582, alcançado no desfile de 7 de Setembro de 1946. Isso em razão de, dois meses antes, o Governador Joaquim Vicente Rondon ter proibido as baixas. Na ocasião foram formadas três companhias de 145 homens cada, 60 músicos e fanfarra de 30 titulares. A Guarda de Honra foi comandada pelo Capitão Alonso, da 3^a Companhia de Fronteira; e, em seu Estado Maior, encontravam-se ombro a ombro os Oficiais do Exército Brasileiro com os titulares da Guarda Territorial montados em cavalos. Esron Penha de Menezes, naquela ocasião, comandou a Guarda Territorial (MENEZES, 1981).

Missa de lançamento da pedra fundamental da Guarda Territorial (1948).



Fonte: Arquivo particular do Sr. Aldenir Courinos.

Chamada pela população por G.T., a Guarda Territorial executava a construção e conservação de edifícios públicos, estradas, caminhos, vigilância, manutenção da ordem e vários outros serviços públicos com relação a saneamento, transporte, colonização, povoamento e incrementos inerentes ao funcionamento administrativo e operacional do território.

Ainda em 1944, o Governador Aluízio Ferreira baixou também o Decreto nº 02, de 25 de fevereiro, instituindo alguns órgãos, dentre eles a Secretaria-Geral, cujo titular assumiria, cumulativamente, as funções de

Chefe de Segurança Pública. A chefia de polícia do ex-Território Federal do Guaporé foi inicialmente exercida cumulativamente pelo Secretário-Geral, bacharel Jesus Burlamaqui Hosana, coadjuvado pelo delegado auxiliar, Coronel Joaquim Césario da Silva, o qual tornou-se, mais tarde, o primeiro titular da recém-criada Divisão de Segurança e Guarda (DSG). Através do Decreto nº 03, de 25 de fevereiro de 1944, o Governador criou os cargos de Delegado Auxiliar, Delegado de Polícia, Subdelegado de Polícia e Escrivão de Polícia. Foram delegados de polícia: Joaquim Césario da Silva, Joaquim Rodrigues Valente, João Moreira Lima, Francisco Pio Machado, Raul Andrade, Manoel Bluhn e Emídio Alves Feitosa, dentre outros (FRANCO, 2008).

O Decreto nº 09, de 25 de março de 1944, também assinado pelo Governador Aluísio Ferreira, consolidou a atividade de Polícia e Segurança Pública no novo território, definindo e regulamentando cada cargo e função. Mais tarde, o Presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto-lei nº 7.772, de 23 de julho de 1945, organizou administrativamente a nova unidade da República, criando então a Divisão de Segurança e Guarda (DSG), tendo o Governador Joaquim Vicente Rondon, pelo Decreto nº 28, de 25 de agosto de 1946, regulamentado essa Divisão, a qual tornou-se precursora da Secretaria da Segurança Pública, pasta que ficaria conhecida pela sigla SSP, hoje SESDEC, Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania. A DSG compreendia apenas o Diretor (Chefe de polícia), o Delegado de polícia, escrivães, detetives, agentes, além de outros membros de escalões inferiores (FRANCO, 2008).

A REVOLUÇÃO DA GUARDA TERRITORIAL

A Guarda Territorial, desde seu surgimento, foi uma instituição respeitada pela sociedade do Território Federal do Guaporé, responsável pela demissão do Governador Joaquim Vicente Rondon, um dos episódios mais interessantes da história de Rondônia e pouco explorado pelos historiadores locais. O Cap. Esron Penha de Menezes, ao ser entrevistado por Gravi e Ascenço (2012, p. 81), afirma que:

O fato mais marcante da minha administração na Guarda, foi a tal da chamada Revolução da Guarda. Daqui da Farquhar pra lá era tudo mato, um aracazal danado, e tinha lá uma cerca, onde era o nosso quartel, nessa cerca. Eu era subcomandante e fiscal, chegou um comandante aqui da polícia do Mato Grosso, um velho doente, essa coisa, e esse velho fez uns exames, foi pra Bolívia e se operou. O Governador, que era o Rondon, disse pode ir, o governo paga. Quando ele chegou aqui com a conta, o Rondon disse, não quem vai pagar é as economias administrativas da Guarda. E nós tirávamos lenha, [...], tirávamos lenha e nós vendíamos lenha pra casa de família, naquele tempo não tinha gás, era fogão a lenha, vendíamos lenha pra Madeira-Mamoré, vendíamos lenha pros navios, que aportavam aqui. Então, uma parte daquele dinheiro era revertido para as economias da Guarda. Daquela economia retirava uma parte pra fazer uma poupança e outra parte a gente pagava os guardas. Então, quando bateu na minha mão eu disse, eu não posso acreditar nisso. Economia é da Guarda eu não posso utilizar isso. Aí ele foi lá com o governador, disse, o fiscal não autorizou, não vão pagar. Então vamos fazer o seguinte, vamos demitir o fiscal e chamar o Capitão Alípio. Pra vir assumir a fiscalização. Telefonaram, Capitão Alípio pegou um avião e veio. Quando chegou aqui nós já estávamos amotinados, aí o Alípio chegou, nós estávamos amotinados e com o comandante preso, aí o Alípio olhou a situação e disse vou aderir a vocês e ficar do lado de vocês. Ficou todo mundo. (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 81)

Com o Comandante da Guarda Territorial, Cap. Francisco Fernandes dos Santos, preso, a revolta ganha ainda mais impulso quando um telefonema do Governo do Território para o Comandante da 3^a Companhia do Exército Brasileiro deu-lhe a ordem para “tomar” a Guarda. Sendo os revoltosos avisados por um Sargento amigo dos Guardas, houve tempo para eles se armarem e prepararem o quartel para uma possível retaliação do Governo com as tropas do Exército.

Os Guardas, além de armados, também estavam bem articulados, conforme Gravi e Ascenço (2012): por água eles tinham o apoio do Cap. Sebastião de Araújo Lima, Chefe da navegação; pelo ar, apoio do Chefe do Aeroclube, o Guarda Doriam, todos informados e preparados para defender o quartel. O Secretário-Geral, Joaquim Cesário da Silva, foi negociar o fim da revolta, porém, exigiu a soltura imediata do Comandante da Guarda e determinou que o Assistente Eron Penha de Menezes assumisse o Comando. No entanto, a ordem não foi atendida, ficando o Cap. Francisco Fernandes dos Santos preso pelos revoltosos por dois dias, foi solto apenas em 31 de outubro de 1947 quando anunciada a demissão do Governador Joaquim Vicente Rondon, sendo nomeado um novo Comandante da Guarda, o Cap. Sebastião de Araújo Lima.

Sebastião foi nomeado, manteve o camarada preso, quando foi no segundo dia à noite, veio a demissão. Saiu todo mundo pra rua gritando. Foi bem aqui nessa rua, ali tinha um partido político. Chegando lá no partido esse comandante Sebastião soltou ele, ele era o comandante já. Chegou, aí começou a criar caso, puxou um revolver, Sebastião tomou o revolver dele, deu uma porção de bufete (sic), pôs no chão. Aí o Rondon saiu, pegou o Jonas, que tinha sido da guarda, pegou uma porção daqueles foguetes e tacou na cabeça dele. (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 81)

Já no seu nascedouro, a Guarda Territorial mostrou a força da união de seus homens e deu aos governantes de Rondônia o preâmbulo das revoltas da década de 1990 e da primeira década dos anos 2000, guiados por senso de justiça e em defesa dos direitos e reconhecimento da instituição que mais se doou ao Território.

NOVA ESTRUTURA DA GUARDA TERRITORIAL

A Guarda Territorial sofreu grandes mudanças em sua estrutura pois, como seus integrantes tinham caráter civil, não podiam mais ficar sujeitos somente ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, dada a natureza das atividades que deveriam prestar, o serviço feito permanentemente à noite, sem pagamento de hora extra, e a sua organização muito parecida com a das Polícias Militares. Havia a necessidade de estabelecer de imediato – em face do caráter provisório, até a futura aprovação pelo Ministério da Justiça e enquanto não fosse padronizado o regulamento definitivo da Guarda Territorial – uma estrutura compatível com os objetivos que lhe caberiam como órgão auxiliar da administração.

Através do Decreto nº 33, de 1º de fevereiro de 1947, estabeleceu-se a subordinação da Guarda Territorial diretamente ao Governador, destinada às mesmas missões descritas no Decreto nº 01, modificando apenas o serviço de vigilância, no qual devia cooperar com a Divisão de Segurança e Guarda (DSG), criada pelo Decreto nº 28, de 25 de agosto de 1946. Estipulou, também, o Decreto nº 33, pelo qual todos os membros da Guarda Territorial ficariam sujeitos disciplinarmente, no que se semelhasse ao regulamento disciplinar, ao Exército.

Devido à premência de montar a nova estrutura física do novo Território, no início a Guarda Territorial dedicou-se com mais ênfase a outras missões instituídas pelo Decreto nº 01, as quais não se assemelhavam às atividades de Polícia Militar; contudo, jamais deixaram totalmente

de executá-las. Nesse contexto, montavam patrulhas noturnas, as quais nos fins de semanas eram mistas, constituídas com equipes do Exército. Para vigiar a cidade, existia, inclusive, uma fração de tropa com designação de Pelotão de Polícia; com o passar do tempo, foram ocorrendo designações de Guarda Territorial para ocupar funções nas Delegacias e nas Subdelegacias, realizando, portanto, além do policiamento ostensivo, as atribuições de Polícia Judiciária (GRAVI; ASCENÇO, 2012).

Oficiais da Guarda Territorial na década de 1950.



Fonte: Acervo da PMRO.

Com o Decreto nº 46, de 19 de novembro de 1947, o governador subordinou a Guarda Territorial à Divisão de Segurança e Guarda e, pelo Decreto nº 331, de 26 de outubro de 1957, criou o Corpo de Bombeiros do Território, corporação que ficou diretamente subordinada à Guarda Territorial, com jurisdição em todo o Território, destinada a exercer atividades preventivas e de combate ao fogo, bem como em outras catástrofes públicas.

ESTATUTO DA CAIXA BENEFICENTE DOS TITULARES DA GUARDA TERRITORIAL DO GUAPORÉ

Foi registrado o Estatuto da Caixa Beneficente dos Guardas Territoriais no Jornal “Alto Madeira”, de 07 de novembro de 1953, em Atos Oficiais:

Capítulo I - Das finalidades

Art. 1º _ *A Caixa beneficente dos Titulares da Guarda Territorial do Guaporé (CBTGTG), com sede em Porto Velho, Capital do Território Federal do Guaporé, tem por fim o amparo de seus associados, nas diferentes modalidades.*

Capítulo II - Da organização

Art. 2º _ *A CBTGTG, será administrada por uma Diretoria, com amplos poderes deliberativos.*

Art. 3º _ *A Caixa só aceitará em seu Quadro Social, os Titulados da Guarda Territorial do Guaporé, e os que tendo sido Titulados, por qualquer emergência, venham a dela se retirar.*

Art. 4º _ *A caixa terá a seguinte Diretoria:*

1 – Presidente

1 – Vice-Presidente

1 – Secretário

1 – Tesoureiro

3 – Conselheiros

§ 1º _ *A Diretoria será eleita pelo período de um (01) ano e empossada no primeiro dia útil do mês de janeiro.*

§ 2º _ *As reuniões de Assembleia para eleição e posse da Diretoria serão presididas pelo Comandante da Guarda Territorial do Guaporé.*

Art. 5º _ *Ao Presidente compete:*

a) Zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto;

- b) Aceitar e executar as decisões do Conselho;
- c) Representar e fazer representar a Caixa aonde se fixar mister sem ônus para a mesma;
- d) Solicitar do Comandante da Guarda Territorial e outras autoridades, todas as medidas em benefício da Caixa, dos associados e suas famílias;
- e) Propor ao Conselho medidas que as tornem necessárias à boa administração;
- f) Presidir as reuniões da Diretoria e Assembleia que se realizarem;
- g) Fiscalizar os serviços da Secretaria e Tesouraria;
- h) Autorizar ao Tesoureiro os pagamentos necessários;
- i) Visar contas de pagamentos e documentos de recebimentos, rubricar livros e documentos referentes à administração da caixa.

Art. 6º _ Ao Vice-Presidente compete:

Substituir o Presidente em seus impedimentos.

Art. 7º _ Ao Secretário compete:

- a) Superintender todos os serviços da Secretaria;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral, lavrar as atas e os termos necessários.

Art. 8º _ Ao tesoureiro compete:

- a) Arrecadar as importâncias provenientes de joia, mensalidade e outras contribuições, fazendo o lançamento em livro apropriado e depositando em estabelecimento bancário designado pelo Conselho;
- b) Realizar os pagamentos que forem autorizados;
- c) Zelar pelos fundos e bens que constituam o patrimônio da Caixa;
- d) Apresentar mensalmente um balancete do movimento realizado pela Tesouraria e no fim do exercício um balancete geral.

Art. 9 _ Aos Conselheiros compete:

- a) Fiscalizar todos os assuntos concernentes à caixa, fundo financeiro bem como as atividades da mesma;
- b) Decidir sobre os casos em que não seja necessário convocação da Assembleia Geral.

Capítulo III - Dos sócios

Art. 10 _ O Quadro social será composto somente de sócios contribuintes.

§ 1º _ Todo sócio é obrigado ao pagamento da joia de CEM CRUZEIROS (Cr\$ 100,00), e a mensalidade de CINQUENTA CRUZEIROS (Cr\$ 50,00).

§2º _ Todo cidadão ao ser nomeado para a Guarda Territorial, como TITULADO, será inscrito como sócio da CBTGTG, sendo-lhe facultado o direito de solicitar sua eliminação.

§ 3º _ Todo TITULADO da Guarda Territorial, ao ser dispensado por qualquer motivo, poderá continuar como sócio, bastando oficializar à Diretoria pedindo a sua continuação.

§ 4º _ Todo associado nas condições do parágrafo anterior, fica obrigado ao recolhimento das mensalidades até o 10º dia útil de cada mês, independentemente de qualquer aviso.

Capítulo IV - Dos auxílios e benefícios

Art. 11 _ A caixa distribuirá os seguintes benefícios aos seus associados:

- a) Pelo falecimento de esposa _____ Cr\$ 1.000,00
- b) Pelo falecimento de filhos _____ Cr\$ 500,00
- c) Pelo falecimento do associado _____ Cr\$ 1.000,00
- d) Maternidade _____ Cr\$ 500,00

Art. 12 _ Distribuirá ainda os seguintes auxílios:

a) Doenças no associado, forçando-o a retirar-se da região, mediante apresentação do atestado médico - Cr\$ 1.000,00.

Art. 13 _ Todos os benefícios e auxílios serão pagos imediatamente.

Art. 14 _ No caso de falecimento do associado, os demais contribuirão com uma quota de emergência de CEM

CRUZEIROS (Cr\$ 100,00), que será paga à esposa, se for solteiro, à família, independente do benefício constante da letra “C” do artigo 11 e auxílio da letra “C” do artigo 12.

Art. 15 _ *A caixa ao atingir o seu primeiro ano de funcionamento, concederá empréstimos aos seus associados nas seguintes bases:*

§ 1º _ EMPRÉSTIMO A PRAZO

a) O empréstimo a prazo será no máximo de TRÊS MIL CRUZEIROS e mínimo de SEISCENTOS CRUZEIROS no prazo máximo de SEIS meses e no mínimo DOIS meses.

b) No empréstimo a prazo o sócio pagará juros de meio por cento (1/2%) ao mês, que será descontado no ato de recebimento do empréstimo.

§ 2º _ EMPRÉSTIMO RÁPIDO

a) O empréstimo rápido será concedido e recebido dentro do mês e será de UM MIL CRUZEIROS o máximo e de CEM CRUZEIROS o mínimo;

b) Neste empréstimo o sócio pagará os juros de UM POR CENTO (1%) sobre o capital que será cobrado no ato do recebimento do mesmo.

§ 3º _ Os empréstimos só serão concedidos a averbação em Boletim Interno da Guarda Territorial ou solicitação de desconto ao Serviço de Administração Geral do Território, para os TITULADOS em comissão.

Art. 16 _ *O associado só poderá contrair empréstimo ao atingir UM ANO de contribuição.*

Art. 17 _ *O sócio EX-TITULADO da G.T. só poderá contrair empréstimo, com o aval de dois sócios TITULADOS que percebam vencimentos pela G.T. e que não estejam comprometidos por empréstimo ou aval.*

Art. 18 _ *A caixa terá um fundo de reserva nunca inferior à UM TERÇO (1/3) das importâncias arrecadadas.*

CAPÍTULO V - Das penalidades

Art. 19 _ O sócio será eliminado:

- a) Por falta de pagamento consecutivo durante TRÊS meses;
- b) Se for demitido por abandono de emprego.

Disposições Gerais

Art. 20 _ O sócio que venha a ser demitido da G.T. sem ser por solicitação, gozará dos direitos de receber OITENTA POR CENTO (80%) das mensalidades que tenha contribuído, sendo-lhe descontadas as importâncias referentes a auxílios e benefícios que tenha recebido.

Art. 21 _ Ao sócio que venha a ser demitido por solicitação fica-lhe assegurado o direito de receber CINQUENTA POR CENTO (50%) das mensalidades que tiver contribuído, nas condições do artigo anterior.

Art. 22 _ O sócio que for demitido por abandono de emprego não terá direito a nenhuma restituição.

Art. 23 _ O sócio que for demitido por ex-ofício ou solicitação que esteja em débito com a Caixa, será descontado de uma só vez de seus vencimentos e contribuições.

Art. 24 _ Todos os sócios estão em igualdade de direitos, podendo ser eleitos para qualquer cargo da Diretoria da Caixa.

Art. 25 _ O sócio eleito para a Diretoria, que por motivo de força maior tenha que se afastar da sede por mais de TRINTA DIAS (30) será substituído por eleição, exceção feita ao Presidente, que tem substituto legal.

Art. 26 _ O sócio poderá retirar-se da Caixa quando quiser sem direito a qualquer restituição de contribuições.

§ 1º _ Uma vez solicitada demissão da Caixa, o ex-associado poderá a ela reingressar, quando lhe convier, mediante requerimento e pagamento de nova joia.

§ 2º _ No caso de reversão nos termos do parágrafo anterior, o associado passará a gozar dos direitos constantes do artigo 16º, decorridos DOZE meses a contar daquela data.

Art. 27 _ Todos os cargos da Caixa serão exercidos gratuitamente e sem direito a recusa.

Art. 28 _ É considerado maioria a metade e mais UM dos associados da Caixa presentes na sede.

Art. 29 _ Ao ser extinta a Caixa, o valor de seu patrimônio será dividido equitativamente entre os seus associados, tomando-se por base as importâncias que cada um tenha contribuído, deduzidos dos benefícios e auxílios recebidos.

Art. 30 _ O presente ESTATUTO só poderá ser modificado a requerimento de DOIS TERÇOS (2/3) dos membros da Caixa. (*ALTO MADEIRA*, 1953, p. 3)

CLUBE DOS OFICIAIS DA GUARDA TERRITORIAL DO GUAPORÉ

Registrado no Jornal “Alto Madeira”, de 14 de maio de 1955 (p. 4):

Na data de 21 de abril de 1955, resolveram os Oficiais da Guarda Territorial, célula que eram do grande organismo policial, cultuar a memória do herói mártir de nossa independência, Tiradentes. Assim é que, nesse dia, na mais perfeita união de pontos de vista, foi fundado o Clube dos Oficiais do Guaporé, com sede em Porto Velho.

Das ideias mais felizes, sem dúvida, foi a idéia, cuja semente, plantada em solo superabundante lançou imediatamente, e podemos afirmar sem exagero que na Guarda Territorial a árvore floresceu. A sociedade de oficiais procurou no início, difundir no círculo dos membros, a cultura social, visando com isso elevar o nível cultural do pessoal da Guarda Territorial, o que lhe proporcionou um lugar de destaque na vanguarda do escalão que marchou na direção do objetivo comum: o bem estar da coletividade.

Dissemos que a ideia foi feliz, e, para corroborar esta assertiva, foram recebidas as mais sinceras provas da acolhida que teve essa iniciativa, expressas em mensagens das altas autoridades e das Entidades de classe, as quais se propuseram a colaborar com a organização. Nas palavras Wanderley Lessa de Oliveira (2º Secretário), “todavia o nosso objetivo só será atingido com luta, abnegação, estoicismo. Vamos pois para a luta sem esmorecimentos porque vencer sem luta é triunfar sem glória”. (ALTO MADEIRA, 1955, p. 4)

Teve grande repercussão a iniciativa do Clube dos Oficiais da Guarda Territorial em 06 de maio de 1955. A fim de arrecadar doações para a construção da sede social do clube dos Oficiais da Guarda Territorial do Guaporé, recém organizado em Porto Velho, a Diretoria do Clube, por deliberação unânime dos seus associados, resolveu criar o concurso de Miss Guaporé entre as jovens de Porto Velho e Guajará, com idade mínima de 15 anos, a vencedora do concurso teve um baile em sua honra, recebeu um valioso brinde, ofertado pelo Clube. A iniciativa teve grande aceitação nos vários setores de atividade da Capital, tendo os interessados se dirigido à própria Guarda Territorial e aos Oficiais para esclarecimento (ALTO MADEIRA, 1955).

Os Oficiais da Guarda Territorial do Guaporé, a exemplo das Polícias Militares de todos os Estados do Brasil, organizaram nesta Capital o Clube dos Oficiais da Guarda Territorial, que se destina ao estudo dos assuntos relacionados com os problemas regionais, e que manterá dentro do círculo dos seus associados os altos objetivos da cultura física e social. Para gerir os destinos do clube, foi instituída a seguinte Diretoria: Presidente, Capitão Osvaldo Távora Buarque; 1º Vice-Presidente, Capitão Guilherme Cavalcante Sá Gouvêa; 2º Vice-Presidente, Capitão Ângelo Dias Pinto; 1º Secretário, Capitão Esron Penha de Menezes; 2º Secretário, Tenente Wanderley L. de Oliveira; 1º Tesoureiro, Aspirante Armando Menezes Veiga; 2º Tesoureiro, Subten. Aguinaldo F. da Silva; Orador. Tenente Antonio J. de Souza Brasil; Diretor de Esportes,

Tenente Nélio L. Guimarães; Comissão Fiscal, Capitão Sebastião de Araújo Lima, Tenente Ramiro C. R. de Carvalho e Tenente Valentim Armenteiro Diger Gonçalves.

A DISCIPLINA NA GUARDA TERRITORIAL

Observa-se, analisando os registros, que na parte disciplinar a Guarda Territorial era bastante rigorosa nas decisões de punições. Inicialmente houve punições pecuniárias e, posteriormente, foi aplicado o Regulamento Disciplinar do Exército. Verifica-se, através dos Boletins Internos, que as exclusões eram frequentes, desde que o elemento apresentasse a mínima incapacidade profissional ou moral para permanecer nos quadros da Guarda Territorial (ASCENÇO; GRAVI, 2012).

Foi registrado no Jornal “Alto Madeira”, em 20 de julho de 1947, no Serviço de Administração Geral, o Edital pelo qual ficou o Assistente da Guarda Territorial – Classe I, Alberto Gaspar de Carvalho, citado a comparecer ao serviço, na Guarda Territorial, dentro de (08) dias, a contar de 07 de julho de 1947, sob pena de ser demitido por abandono do cargo, na forma prevista pelo inciso I do art. 238, do Estatuto dos Funcionários Públícos da União, sem prejuízo da sanção penal cabível na espécie, tendo em vista que vem faltando ao serviço por mais de trinta (30) dias consecutivos. Assinado por Jacyra Rebelo de Figueiredo, Oficial Administrativo Classe K, e visto por Moacyr de Miranda, diretor do Serviço de Administração Geral.

Ainda no jornal “Alto Madeira”, agora de 13 de novembro de 1949, foi registrada a seguinte manchete: “Expurgo de Maus elementos da Guarda Territorial, nocivos a Disciplina”. O Delegado de Polícia Távora Buarque foi o encarregado do inquérito instaurado para apurar um furto praticado por J.M.S., este iniciou relações com o seringueiro Francisco Rufino, homem trabalhador que conseguiu juntar certa quantia em dinheiro do trabalho no seringal do Rio Jamari, de propriedade do Sr. Albino Henriques. Em uma festa regrada a bebida alcoólica, Rufino bebeu demais e perdeu o controle, então o J.M.S., como era Guarda Territorial,

resolveu guardar do bolso de Rufino a quantia de 11 mil cruzeiros. A vítima, logo que passou os efeitos da bebedeira, sentiu falta do dinheiro e logo chamou a polícia. Diligências, inquérito na GT e um ofício do Comandante da GT, Ten. Madeira Campos, que apresentou o Guarda Territorial J.M.S. ao Chefe de Polícia, comunicando a sua expulsão daquela corporação, por ser nocivo à disciplina. O dinheiro furtado foi recuperado e restituído ao dono.

As prisões dos Guardas Territoriais eram cumpridas dentro do QCG da GT, em um prédio medindo oito por seis metros ao fundo no lado direito, nas proximidades da margem do Rio Madeira. Segundo Gonçalves (2019)²:

Referente à disciplina dos guardas territoriais, antes quando o meu pai às vezes contava, existia assim... muitos pernambucanos meios doídos daquela época. A maior parte analfabeto, tinha os caras valentes, metido a cana, esses negócios. Dava um problemazinho pra eles. Para eles lá. Depois que eu já entrei em 1970, ainda tinha muito guardas territoriais. Mas já estava no fim da extinção, tá bem mais tranquilo. Agora, referente à cadeia lá embaixo, depois dessa época que eu entrei que começou a ser recrutado gente. Eu sei que aí funcionava, chamava... lá o Pé de Jambo, “vai ser recolhido no Pé de Jambo”, era essa cadeia que tinha lá.
(GONÇALVES, 2019, p. 8)

2. Entrevista concedida por GONÇALVES, José Carlos Bentes. (Maj PM RR). Entrevista 01. [out. 2019]. Entrevistador: Cap PM Tarciso Pereira da Silva Júnior. Porto Velho, 2019. 01 arquivo .mp3 (39 min.).

Recorte do jornal “Alto Madeira” de 13 de novembro de 1949.



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/hereroteca-digital/> Acesso em: 10 jan. 2020.

Capítulo V



AS ATRIBUIÇÕES DOS GUARDAS TERRITORIAIS

Guardas Territoriais irmãos gêmeos, Antônio Jorge (Mão Branca) e José Jorge (década de 1960).



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

Guardas Territoriais desbravando a Floresta Amazônica (1947).



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 jan. 2020.

Guardas Territoriais coletando e transportando lenha para o abastecimento da EFMM e Usina de Luz de Guajará-Mirim (1947).



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 jan. 2020.

A HISTÓRIA DOS HERÓIS DA TERRA DE RONDON: A GUARDA TERRITORIAL

Guardas Territoriais abastecendo com lenha a Locomotiva 02 de Guaporé-Mirim (1947).



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 jan. 2020.

Guarda Territorial dirigindo o serviço de armazenagem na empresa de Navegação do Guaporé (1947).



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 05 jan. 2020.

Guardas Territoriais construindo o prédio da Usina de Luz de Guajará-Mirim (1947).



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 05 jan. 2020.

Comandante e a Tropa da Guarda Territorial lotada em Guajará-Mirim (1947).



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 05 jan. 2020.

Os Guardas Territoriais eram encarregados de vários serviços no Território, desde vigilância e manutenção da ordem, à limpeza das ruas da cidade, limpeza de igarapés, limpeza nas oficinas da EFMM, construção e conservação de edifícios, estradas e caminhos, embarque e desembarque de mercadorias e produtos no cais do porto, na cooperativa dos seringalistas, nos ensaios de agricultura, corte de lenha para abastecimento da usina de eletricidade, dos trens da Madeira-Mamoré e, também, de todos os trabalhos de utilidade pública relacionados com saneamento, transporte, povoamento, colonização e incrementos da produção do Território, dirigidos pelos Chefes de Guardas.

Os Guardas e Chefes de guardas foram recrutados e escolhidos entre os elementos que possuíssem a necessária aptidão para a execução dos trabalhos especificados, devendo os Chefes de Guardas possuírem capacidade de direção e, de preferência, serem reservistas e casados. O alistamento era realizado para servir por dois anos, no mínimo; permanecendo na corporação enquanto prestassem bons serviços; poderiam ser excluídos a qualquer tempo. O Decreto previa inicialmente um número de 600 (seiscientos) guardas dirigidos por 40 (quarenta) chefes de guardas, instituídos em grupamentos e, distribuídos pelos postos instalados no Território, com efetivo variável a critério do Governador. (GRAVI; ASCENÇO 2012. p. 29)

Complementando a afirmativa de que os Guardas Territoriais desempenharam diversas atribuições, Franco (2008) acrescenta que os Guardas Territoriais José Cristino da Silva, Morvan Freire Brasil, Osvaldo Távora Buarque e Manoel Pereira Campos foram os pioneiros na abertura das estradas de rodagens para o Acre e Manaus. Os Guardas Territoriais ainda trabalharam na abertura dos campos de aviação

de Porto Velho, denominado Caiari, como também no Belmont; no de Guajará-Mirim; no de Conceição, perto do Forte Príncipe da Beira; no de Abunã e no de Calama.

Em seguida destacamos nove citações sobre as atribuições exercidas pelos Guardas Territoriais, publicadas sempre na página 3, reservada aos “Atos do Governo”, do Jornal “Alto Madeira”, nas décadas de 1940 e 1950:

Jornal “Alto Madeira” de 07 de abril de 1946, em “Atos Oficiais do Governo”, publicou a Portaria nº 10 de 1º de abril de 1946.

O Governador do Território, resolve designar Francisco Antônio Teixeira Campos, Assistente da Guarda Territorial, para ter exercício no Departamento de Obras, até ulterior deliberação. (ALTO MADEIRA, 1946, p. 3)

Jornal “Alto Madeira” de 19 de abril de 1946, em “Atos Oficiais do Governo”, publicou a Portaria nº 11 de 19 de abril de 1946.

O Governador do Território, resolve designar Francisco Antônio Teixeira Campos, Assistente da Guarda Territorial, para exercer a função de Chefe da Seção de Equipamentos e Viaturas, do Departamento de Obras. (ALTO MADEIRA, 1946, p. 3)

Jornal “Alto Madeira” de 02 de maio de 1946 noticiou, “Sobre a Comissão destinada a construir a nova praça Aluízio Ferreira”.

Presidente de Honra Ten Cel Joaquim Vicente Rondon. Presidente Dr. Jesus B. Hosannah. Membros diretores: Pelo comércio: João F. Raposo. Pelo funcionalismo Moacyr Miranda e Carlos Mendonça.

Pelos seringalistas: Raimundo Cântuária e Albino Henriques. Pelos ferroviários: Dr. Araújo Lima e Benedito Pio Correia Lima. Pelos militares: Cap. Ênio Pinheiro e 2º Ten Veiga Lima. Pela Guarda Territorial: Major Milton Queiroz e Cap. Madeira Campos. Pelos operários: José Alves de Lira e Álvaro F. Sales. (ALTO MADEIRA, 1946, p. 03)

Jornal “Alto Madeira” de 05 de setembro de 1953, em “Atos Oficiais do Governo”.

O Governador do Território resolve:

Dispensar

O Ajudante da Guarda Territorial Classe “H” Raimundo Nonato de Oliveira, da incumbência que foi designado pela Portaria nº 107-SP, de 15.5.52, para dirigir o Patronato Agrícola de Maravilha.

Pôr à disposição

Da Divisão de Produção, terras e Colonização, para dirigir o Patronato Agrícola de Maravilha (PAM), o Assistente da Guarda Territorial classe J, Pedro Ribeiro Jasset.

Da Divisão de Produção, terras e Colonização, para dirigir o Patronato Agrícola de Maravilha (PAM), o Guarda Territorial Referencia 17, João Couto Cavalcante.

[...] Divisão de Saúde. Portarias de 29 de agosto de 1953. O Diretor da Divisão de Saúde, no uso de suas atribuições;

Resignar

O Guarda Referencia 18, Elias Tiago de Almeida, para compor a equipe de dedetização que vai trabalhar, este ciclo, na cidade de Guajará Mirim

O Guarda Chefe Referencia 23, Dáriô Félix Correa, para compor a equipe de dedetização que vai trabalhar, este ciclo, na cidade de Guajará Mirim. (ALTO MADEIRA, 1955, p. 3)

Jornal “Alto Madeira” de 12 de fevereiro de 1955, em “Atos Oficiais do Governo”.

Designar o Assistente Classe “I” – Raimundo Nonato de Oliveira, para, em substituição a Aguinaldo Evangelista da Silva, integrar a Comissão Encarregada do recebimento de encomendas e outros volumes transportados pelos aviões da F.A.B.

O Chefe de Guardas Referência “21” – Arthur Vitor da Silva, para integrar a Comissão de recebimento de material transportado pelos aviões da F.A.B. em substituição ao Chefe de Guardas – Anísio Ribeiro. (ALTO MADEIRA, 1955, p. 3)

Jornal “Alto Madeira” de 28 de julho de 1955, em “Atos Oficiais do Governo”.

O Governo do Território, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 4º, item IX, do Decreto Lei Federal nº 5839, de 21 de setembro de 1943, resolve:

Nomear, de acordo com o artigo 12, item IV, da Lei nº 1711, 28 de outubro de 1952:

Morvan Freire Brasil, ocupante do cargo de Assistente da Guarda Territorial Classe “J” do Quadro de Funcionários, para exercer, interinamente o cargo de Delegado de Polícia da Capital Padrão “L”, do mesmo Quadro. (ALTO MADEIRA, 1955, p. 3)

Jornal “Alto Madeira” de 06 de agosto de 1955, em “Atos Oficiais do Governo”.

Conceder exoneração, a pedido, do cargo em comissão, de Gabinete Padrão “L” José Cirilo da Silva, do Quadro de Funcionários.

Nomear, de acordo com o artigo 12, item III, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952:

Morvan Freire Brasil, Assistente da Guarda Territorial Classe “J”, para exercer, o cargo, em comissão, de Oficial de Gabinete Padrão “L”, do Quadro de Funcionários, em virtude de exoneração de José Cirilo da Silva. (ALTO MADEIRA, 1955, p. 3)

Jornal “Alto Madeira” de 1º de outubro de 1955, em “Atos Oficiais do Governo”.

O Governo do Território, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, item IX, do Decreto Lei Federal nº 5839, de 21 de setembro de 1943, resolve:

Nomear, de acordo com o artigo 12, item III, da Lei nº 1711, 28 de outubro de 1952:

O assistente da Guarda Territorial Classe “I”, Valentim Armenteiro Diger Gonçalves para responder pela Delegacia de Polícia da Capital, até ulterior deliberação; [...] (ALTO MADEIRA, 1955, p. 3)

Jornal Alto Madeira de 26 de novembro de 1955, em “Atos Oficiais do Governo”.

O Governo do Território, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, item IX, do Decreto Lei Federal nº 5839, de 21 de setembro de 1943, resolve:

Exonerar o Assistente da Guarda Territorial Classe “J”, Antônio Jeferson de Souza Brasil, do cargo, em comissão, de Administrador do Hospital São José, Padrão “K”, do Quadro de Funcionários do Território, por haver sido nomeado para outro cargo.

Nomear, de acordo com o artigo 12, item III, da Lei nº 1711, 28 de outubro de 1952:

Antônio Jeferson de Souza Brasil, Assistente da Guarda Territorial Classe “J”, para exercer, o cargo, em comissão de Delegado de Polícia da Capital Padrão “L”, do Quadro de Funcionários. (ALTO MADEIRA, 1955, p. 3)

POLICIAMENTO OSTENSIVO E OCORRÊNCIAS ATENDIDAS

Ainda na época em que Rondônia era dividida em apenas dois municípios, a Guarda Territorial cuidava da segurança nas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, mas mantinha o policiamento nas localidades de Serejipa, Calama, São Carlos, Jaci-Paraná, Abunã, Fortaleza do Abunã, Vila Murtinho, Conceição, Costa Marques, Pedras Negras, Ilhas das Flores, Pau d’Óleo e Cabixi (FRANCO, 2008).

Apesar da tranquilidade no Território Federal do Guaporé e depois no Território Federal de Rondônia, houve diversas ocorrências que quebraram a rotina dos serviços tranquilos dos Guardas Territoriais. Podemos confirmar essa afirmativa através de notícias de primeira página do Jornal “Alto Madeira”:

“Morto a tiros um presidiário”, “foi intimar a mulher e esta reagiu surrando o policial” (Publicado em 13 de abril de 1950.)

No dia cinco do corrente mês, em Guajará-Mirim, quando o preso homicida Clóvis Sampaio de Almeida,

visivelmente embriagado, trazia para o xadrez uma garrafa de “Cocal”, o sentinel da xadrez, Guarda Manoel Graciliano da Silva, procurou tomar a garrafa de cachaça do preso que insurgiu-se contra o Guarda e tomou o seu fuzil, disparando contra o mesmo dois tiros. Ainda de posse do fuzil, o preso embriagado, tentou dar mais tiros, no que foi obstado pelo Guarda, que sacando seu revólver atingiu o preso com dois impactos. O preso Clóvis Sampaio de Almeida foi recolhido no Hospital de Guajará-Mirim, em estado grave, tendo falecido no dia cinco do corrente mês.

Foi instaurado inquérito a respeito, muito embora esteja provado que o guarda agiu estritamente no cumprimento do dever e legítima defesa. Foi comunicado o fato pelo Delegado de Polícia de Guajará-Mirim.

Mulher “Valiente”

No dia dez do corrente mês, Diva Freires, boliviana, ao ser intimada pelo Guarda João Antônio da Silva a comparecer à Delegacia de Polícia da Capital, negou-se a atender a ordem e sacando de uma “Mauzer” tentou detoná-la contra o referido Guarda, que a custo conseguiu dominá-la. O Guarda João Antônio da Silva recebeu diversos ferimentos na cabeça, produzidos pela “Mauzer” manejada pela boliviana. A desordeira foi presa em flagrante pelo Guarda Francisco Martins que a conduziu à Delegacia de Polícia com testemunhas, sendo lavrado o competente auto de prisão em flagrante.

Diva Freires, que se encontra em estado de gravidez, após as formalidades da Lei, por seu advogado, requereu livramento sob fiança, o que foi deferido pelo Senhor Delegado de Polícia da Capital que arbitrou

em Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), sendo imediatamente, ainda de ordem do Senhor Delegado, posta em liberdade. (ALTO MADEIRA, 1950, p. 6)

“Policial fica ferido e assassino morto em tiroteio” (Publicado em 07 de março de 1976.)

Erenilson Ferreira Galvão, um dos mais jovens agentes do serviço de investigações e capturas da Delegacia de Polícia da Capital, foi gravemente ferido e o criminoso Antônio Eurípedes de Figueiredo foi morto na noite de anteontem, sexta-feira, quando policial e o referido assassino trocaram tiros nas matas do bairro “São José”, próximo a Usina de Asfalto da prefeitura, onde o marginal, juntamente com seu comparsa “Manoelzinho”, estavam escondidos desde que cometiveram o chamado “crime da colônia”.

Denunciados pela mulher Maria Nazaré da Silva como o matador do Guarda livros Sebastião Lucas Andrade, na tarde de terça-feira na Colônia dos Japoneses, o marreteiro Antônio Eurípedes de Figueiredo e seu comparsa “Manoelzinho” estavam sendo procurados pelas autoridades policiais, e ao serem localizados abriram fogo contra a polícia ferindo gravemente um dos componentes da patrulha que era composta de cerca de quinze policiais entre agentes do SIC e elementos da Guarda Territorial.

Pediam alimentos

Nas primeiras horas da tarde de sexta-feira, o Delegado José Anastácio Ferreira recebeu comunicação de que no bairro “São José”, nas proximidades da Usina de Asfalto da Prefeitura, dois homens pareciam

estar escondidos no mato e só saiam dali para pedir alimentos nos casebres das proximidades, voltando a se esconder sempre que ouviam a aproximação de algum carro.

Ao exibir as fotografias de Antônio Eurípedes de Figueiredo e do elemento identificado apenas como “Manoelzinho”, o Delegado obteve resposta afirmativa de que se tratava dos dois elementos procurados pela polícia.

Cerco e tiroteio

Eram aproximadamente 17 horas quando o Delegado José Anastácio reuniu cerca de 15 homens, entre agentes e componentes da Guarda Territorial, orientou-os sobre a missão que tinham a cumprir e partiu para realizar o cerco do local indicado, onde tudo esteve calmo até por volta das 20 horas. Porém, coube ao jovem agente do SIC Erenilson Ferreira Galvão avistar em meio da mata o vulto de um homem e logo deu alarme gritando “ali está o criminoso”.

Isto foi o bastante para que o assassino Antônio Eurípedes de Figueiredo procurasse lugar mais seguro enquanto abria fogo contra os elementos da polícia, fazendo uso de dois revólveres calibre 38 que conduzia. Possuidor de boa pontaria, conforme já informara a sua amante Maria Nazaré, o criminoso logo atingiu o agente Erenilson Ferreira Galvão, que tombou aos gritos de “estou ferido”, tendo a bala se alojado nas proximidades de seu fígado. Daí para a frente houve grande troca de tiros entre os policiais e o criminoso, a qual só acabou quando este último foi morto por mais de cinco tiros que o atingiram em várias partes do corpo.

“Manoelzinho” fugiu

Embora a informação desse conta que o bandido “Manoelzinho” se encontrava em companhia de Antônio Eurípedes de Figueiredo, a polícia não conseguiu localizá-lo, supondo que ele havia saído do local antes da chegada da polícia, talvez a procura de alimentos.

As informações conseguidas junto as autoridades policiais, dizem que ainda é considerado grave o estado de saúde do agente Erenilson, enquanto o cadáver do criminoso foi transladado para o necrotério do Hospital São José e dado a sepultura na tarde de ontem.

Contrabando

Ainda na polícia, ontem, outras versões davam conta que a mulher Maria Nazaré, seu amante Antônio Eurípedes, o guarda livros Sebastião Lucas e o motorista “Manoelzinho”, estariam envolvidos em negócios de contrabando de cocaína, sendo este o motivo do crime, e não questões de ciúmes como se acreditou inicialmente.

O Senhor Antônio Plácido de Oliveira³ (penúltimo CMT da GT) recorda que, na década de 1970, pistoleiros atuavam na região de Ariquemes. Eram contratados para matar os posseiros, também na Capital Guardas foram vítimas de criminosos. Plácido chegou a comandar operações policiais em que muitos bandidos foram presos.

Certa vez, em diligência numa patrulha com mais quatro policiais, tivemos que fazer cerco e prender 09 (nove) pistoleiros que atacaram e expulsaram posseiros

³. OLIVEIRA, Antônio Plácido de. Questionário aberto respondido em 02 de março de 2020.

na fazenda Nova Vida, logo depois de Ariquemes. Depois de uma noite de interrogatórios, já cansado e com sono, resolvi levar os prisioneiros para Porto Velho. Nesse evento, nossa viatura era um Pick-up cabine dupla e não cabiam os prisioneiros; então requisitei dois veículos da fazenda e trouxemos para a capital os ditos prisioneiros e as armas e munições apreendidas. Dentre diversas outras ocorrências, certa noite fui despertado e informado que um dos nossos policiais acabara de ser assassinado, próximo de um bar existente na época, no lado esquerdo da BR no sentido do campus UNIR, na subida da ladeira onde hoje existe uma passarela. Saímos em busca do criminoso. Depois de muita busca, ele foi localizado e preso no amanhecer do dia. (OLIVEIRA, 2020, p. 4)

Ainda na década de 1970, o Ten. PM Mendes⁴ comenta sobre a prisão de bandidos perigosos que apareceram em Rondônia, como o Curicá e o Zé Antônio. Faziam parte de uma quadrilha de fora do estado. Alguns deles vieram do Estado do Mato Grosso, eles eram especializados em roubo e latrocínio a caminhoneiro, logo foram recapturados. “Teve um tal de Zé Antônio que veio do Mato Grosso fugido, aí ele matou, era uma quadrilha que matava caminhoneiro. Até aqui no... na frente do Mota aqui, estava indo pra Guaporé, o caminhoneiro os caras mataram” (MENDES, 2020, p. 5).

O GARIMPO DE CASSITERITA DO VALE DO JAMARI

Na década de 1950, com as primeiras descobertas de minérios e pedras preciosas no Território Federal do Guaporé, a notícia atrai milhares de aventureiros à procura de fortuna e do sonho de se tornarem

4. Entrevista concedida por MENDES, Onofre Marques. (Ex-policial militar). Entrevista 02. [fev. 2020]. Entrevistador: Cap PM Tarciso Pereira da Silva Júnior. Porto Velho, 2020. 01 arquivo .mp3 (45 min.).

ricos. A onda migratória, composta em sua maioria por homens solteiros oriundos de diversos estados, causa sérios problemas na área da Segurança Pública com o aumento da criminalidade principalmente da área de garimpo. Os crimes foram potencializados nas décadas seguintes, como podemos confirmar através de matéria publicada em 07 de setembro de 1967 pelo jornal “Alto Madeira”:

CRIME DE MORTE EM CAMPO NOVO DA MINERAÇÃO JUCÁ.

Como já vimos esperando de há muito, pela situação insustentável nas regiões de garimpo da CIVA e Jucá, anteontem à noite estourou um entrevero entre garimpeiros e força da Guarda Territorial que por hora (sic) vamos deixar de comentar por falta de detalhes, informando apenas que na escaramuça foi morto a tiros no local São Domingos o guarda de nome Luiz dos Santos Mariano, conhecido por “Boquinha”, escapando outro guarda que não conseguimos saber o seu nome e um garimpeiro de nome Flávio Faustino Costa, cearense, solteiro de 37 anos de idade que foi atingido no pescoço por um balaço encontrando-se hospitalizado no Hospital São José, sob cuidados médicos.

Diligências

Ontem por volta das 11h30 horas em táxi aéreo, seguiu para a região rebelada o delegado da Capital Edgar Brasil, acompanhado de reforços e do médico legista para fazer levantamento cadavérico do guarda Luiz dos Santos Mariano “Boquinha” mas que não puderam aterrissar, pois o campo estava interditado com tambores.

A situação naquela zona sublevada por falta de cumprimento de determinações superiores é grave,

prevendo-se novas cenas de sangue caso o Governo não intervenha com energia e brevidade para solução do litígio na área. (ALTO MADEIRA, 1967, p. 1)

A Guarda Territorial na década de 1960 era a única instituição que representava os interesses do Território Federal de Rondônia presente nas áreas de garimpo. Muitas das vezes essa presença era constituída apenas por um Guarda Territorial sem apoio logístico e praticamente isolado da sede do Comando, com a incumbência de manter a ordem e a lei em uma área de conflito sem a mínima infraestrutura, com milhares de pessoas à procura de riquezas.

Segundo Gonçalves (2019):

Tinha vários também, garimpo. Muita morte de guardas territoriais em garimpo. Campo Novo, esses negócios de cassiterita, tinha muita morte. De Guarda Territorial. Geralmente o cara ficava um ou dois, pra mais de 10 mil pessoas num garimpo desse e era todo mundo armado, né! Garimpeiro todo mundo armado, tudo. Só escapou os caras por lá os que era... gente muito fina e... tentava levar na conversa, porque reagir era difícil. Era morte certa. Nesse período então tinha umas áreas de garimpo, já Campo Novo. E que é a parte ali de... chama Vale do Jamari. Aquela área todinha ali já tinha o garimpo de cassiterita. (GONÇALVES, 2019, p. 5)

O Garimpo de Cassiterita foi fechado pelo Governo em 1971, passando a ser mecanizado. Então foi preciso retirar os garimpeiros da área, e a Guarda Territorial participou diretamente da retirada dos garimpeiros e da logística de apoio até a volta deles para seus estados de

origem. A maior parte dos garimpeiros foi alojada dentro do quartel da Guarda Territorial.

Os garimpeiros, os que não tinham pra onde ir, ficaram alojados, dormindo em rede no Quartel da Guarda Territorial, mas preso não, só ficaram aguardando por um apoio, esperando que o governo do Território pagasse suas passagens de volta para suas origens. E assim foi fazendo. Foi mandando todo mundo embora... E a Guarda Territorial abrigou esse povo todo. Alimentação, segurança, tudo. Ficaram dentro do... do quartel da Guarda. Dentro do quartel, mas naquele alojamento grande, onde é hoje o Primeiro Batalhão. Aquele lá de baixo se você olhar, ele é composto de vários trilhos, né? Que segura a estrutura dele é trilho. Aquilo ali ficou igual navio. Trilhos lá do tempo da Estrada de Ferro, eu acho. Para fazer a estrutura dele ali, estão lá ainda. Estão lá, que onde eles armavam as redes, tudo ali dentro. Parecia um navio de tanto... tanta gente. Tinha gente de todo tipo. É, só que na época... a gente era bem respeitado também. Não aprontava não. Aí com a gente ali não aprontava não. Aprontava, tinha que mandar embora daí pra rua. (GONÇALVES, 2019, p. 13)

A retirada dos garimpeiros da Vale do Jamari para Porto Velho causou um problema social, mudando o status de cidade “pacata” para a insegurança trazida pelo aumento do número significativo de habitantes sem ocupação de trabalho, pois muitos garimpeiros não voltaram para seus estados. A maioria das ocorrências policiais em Porto Velho, a partir de 1971, foram registradas no local conhecido como “Zona”, ponto crítico onde o policiamento motorizado era realizado pela “Patrulha da Cidade”, conforme Gonçalves (2019):

O problema maior era na zona devido os garimpeiros. É onde havia muita morte, na zona. Na Joaquim Nabuco, com Afonso Pena, naquela área todinha ali. Da Bemol até na Joaquim Nabuco. Até naquela quadra toda ali era... a maior parte era zona, era ali. Era a zona de puteiro. Os garimpeiros ficavam ali. Era ZDM mesmo, só bebia, aí tinha as confusões. Então era o ponto crítico da cidade, nesse local. Na época chamava Quilômetro 1. (GONÇALVES, 2019, p. 5)

O grande problema de Segurança Pública enfrentado pelo Governo do Território Federal de Rondônia nas décadas de 1960 e 1970 foram, com certeza, as atividades de garimpagem, um ciclo econômico que trouxe riqueza às mineradoras e ao Governo Federal, mas com consequências dramáticas, aumentando a violência no Território. Homicídios, roubos, furtos e rixas passaram a serem rotineiros, e a Guarda Territorial foi a organização responsável pelo controle da criminalidade. Eram várias minerações e diversas empresas mineradoras envolvidas nas atividades do garimpo, concentradas na extração de cassiterita em Ariquemes, na região conhecida como Campo Novo, esse foi um dos períodos mais tumultuados em Rondônia.

Segundo Gonçalves (2019), do Quartel da Guarda Territorial, os garimpeiros alojados foram levados no caminhão de Choque da GT para o aeroporto, portando passageiros com destino a suas cidades de origem. Tinham que ir embora, quem não quisesse, tinha que sair de dentro do quartel, mas a maior parte foi embora.

A situação dos garimpos estava longe de se encerrar na década de 1970, pois na década seguinte iniciou a corrida pelo ouro do Madeira, e uma nova onda migratória causa uma verdadeira explosão demográfica no recém-criado Estado de Rondônia. A população da Capital multiplica-se nos anos 80, quando diversos crimes relacionam-se diretamente às

atividades de exploração do ouro no Rio Madeira. Os garimpos, considerados locais críticos, antes policiados pelos Guardas Territoriais, passaram a ser policiados pela recém-criada Polícia Militar.

AVANÇOS NA GUARDA TERRITORIAL

De acordo com Franco (2008), em entrevista ao Capitão Eson Penha de Menezes, este afirmou que diversos governadores, de alguma forma, contribuíram para a melhoria da Segurança Pública de Rondônia. Começando por Joaquim Vicente Rondon, pois reformulou o quadro da Guarda Territorial, emprestando-lhe as características de Polícia Militar, determinando ainda que suas atividades fossem exercidas exclusivamente no âmbito policial.

Frederico Trotta foi outro governador que promoveu melhorias na segurança, organizando o serviço de identificação e de registro de estrangeiros. Ele mandou construir refeitório, no quartel da Guarda Territorial, para fornecimento gratuito de refeições aos Oficiais, Graduados, Praças e ao pessoal da Polícia Civil quando estava de serviço.

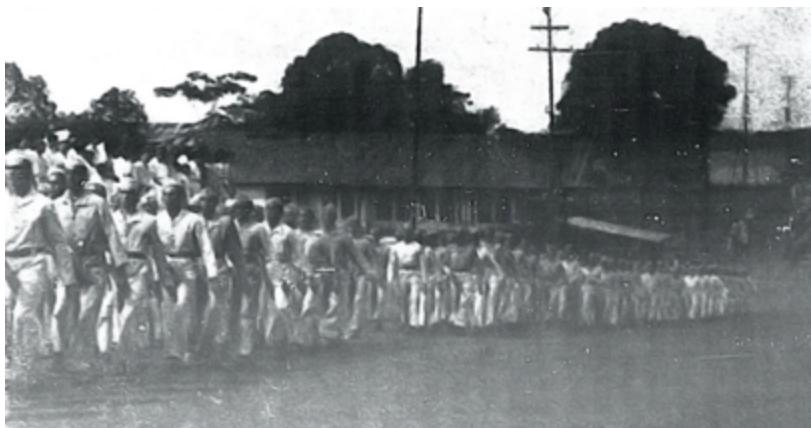
Petrônio Barcelos, que foi governador de Rondônia por 11 meses e 16 dias, também reformulou o quadro da Guarda Territorial e, preocupado com a onda de incêndios que assolava a Capital, mandou dois assistentes fazerem curso no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, à época no Rio de Janeiro.

Na gestão do Governador Abelardo de Alvarenga Mafra, em 1955, foi aberta a estrada de acesso à Colônia Penal Agrícola de Porto Velho, para onde muitos presos foram transferidos. Os apenados foram autorizados a levar suas famílias, passando a habitar em moradias provisórias. Para o sustento, cultivavam vários plantios e ainda vendiam carvão vegetal por conta própria. A renda era revertida em benefício próprio.

O Governador João Carlos dos Santos Mader, o 19º do Território, construiu, durante sua gestão, delegacias de polícia, reestruturou a Guarda Territorial, implantou o Corpo de Bombeiros e dinamizou os

serviços policiais de repressão e de trânsito. Flávio Assunção Cardoso também construiu delegacias de polícia. João Carlos Marques Henriques Neto reaparelhou a Guarda Territorial e o Corpo de Bombeiros.

Desfile da Guarda Territorial na Av. Sete de Setembro, década de 1950.



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

Formatura no pátio da Guarda Territorial em 29 de julho de 1952.



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

CORPO DE BOMBEIROS DA GUARDA TERRITORIAL

Em 1952, foram realizadas as primeiras iniciativas do Governo do Território Federal do Guaporé de instituir o Corpo de Bombeiros. A primeira manifestação aconteceu exatamente nesse ano quando o Governador Petrônio Barcelos, no final do seu governo, designou os assistentes da GT Eson Penha de Menezes e Adonizete Martins Dantas para cursarem, no Distrito Federal (na época a cidade do Rio de Janeiro), o curso de Bombeiro Técnico e Bombeiro Administrativo. O curso era destinado a Oficiais, sendo os dois designados como Capitão Eson e 2º Tenente Adonizete, os quais concluíram o curso e retornaram para o Território (GRAVI; ASCENÇO, 2012).

As dificuldades existentes naquela época eram muitas, no entanto, a visão estratégica de administrar do Governador Jaime Araújo dos Santos vislumbrava a necessidade premente de existir um Corpo de Bombeiros e normas para a prevenção de sinistros; assim, baixou o Decreto Territorial nº 331, de 26 de outubro de 1957, criando o CORPO DE BOMBEIROS DO TERRITÓRIO, subordinando-o diretamente à Guarda Territorial e com jurisdição em todo o território. Sua destinação era exercer as atividades preventivas e de combate ao fogo, atendimentos de sinistros nas suas origens e consequências, bem como, outras catástrofes públicas quando fosse solicitado o seu serviço. (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 26)

No início o Corpo de Bombeiros do Território era constituído por um Assistente da GT como Comandante, quinze subordinados também da GT, todos designados pelo Comandante da GT. Em Guajará-Mirim ficou criado um núcleo do Corpo de Bombeiros composto de cinco homens, comandados por um Assistente, também designados

pelo Comandante da GT. Segundo Gravi e Ascenço (2012), a primeira designação de Guardas Territoriais para a composição do Corpo de Bombeiros do Território ocorreu através do Boletim Interno nº 252 de 11 de novembro de 1957, sendo estes, portanto, os primeiros bombeiros de Rondônia:

Comandante do Grupo de Bombeiros: Capitão Esron Penha de Menezes; Comandante do Núcleo de Bombeiros: 1º Tenente Antônio Jeferson de Sousa Brasil (sediado em Guajará-Mirim); Integrantes do Corpo de Bombeiros em Porto Velho: Chefe de Guardas nº 17 Anísio Ribeiro e, Guardas: nº 64 Agenor Alexandre de Lima, nº 132 Sebastião Francelino Lourêdo, nº 145 Antônio Melquiades Gomes, nº 148 Antônio Alves da Silva, nº 197 Joel Nunes de Freitas, nº 232 Francisco Alves dos Santos, nº 241 Raimundo Lourenço da Silva, nº 281 Antônio Galdino de Melo e nº 283 Manoel Felix da Silva; Integrantes do Núcleo de Bombeiros em Guajará-Mirim: Chefe de Guardas nº 16 Florêncio Fabiano Roque e, Guardas: nº 126 Francisco Nonato Tobias, nº 176 Abelardo Pinto de Figueiredo, nº 268 Luiz Sombra de Oliveira e nº 286 Maurity Chagas do Nascimento. (GRAVI; ASCENÇO, p. 26, 2012)

O Comando do Corpo de Bombeiros recebeu delegação para organizar de imediato um serviço de prevenção contra incêndios e, à medida que fosse adquirindo aparelhos técnicos e material, organizaria um serviço de combate ao fogo. Ainda recebeu as atribuições de fiscalizar as medidas preventivas definidas no Decreto e, no caso do descumprimento, poderia solicitar a interdição do prédio à Divisão de Segurança e Guarda. Segundo o Cap. Esron Penha de Menezes relatou em seu quadro “História Antiga”, publicado em 6 de julho de 1982, no Jornal “Alto Madeira”:

O Governo não dispendera nenhuma soma para a compra de equipamento e o então Comandante da Guarda Territorial, Oswaldo Távora Buarque, adquiriu pelas economias administrativas algumas latas vazias de gasolina que pintou-se de vermelho, mandou recuperar e recarregar velhos extintores de soda-ácido e de espuma, da madeira Mamoré, para equipar o Corpo de Bombeiros, o que nos valeu o apelido de “Lata d’água na cabeça” e deu para conduzir esse equipamento um velho Jeep que andava mais empurrado que sob a ação motora. Naturalmente que nessas condições não prestou bons serviços. (ALTO MADEIRA, 1982, p. 5)

Somente depois, na administração do Cel. João Carlos Mader, o governo adquiriu duas motobombas com cisterna e destinou uma para Porto Velho e a outra para Guajará-Mirim. Os bombeiros eram escalados periodicamente, as turmas em vigilância, tanto em Porto Velho como em Guajará-Mirim, tinham a missão de velar pelo bom emprego de tais exigências e expedir as notificações necessárias. Conforme Gravi e Ascenço (2012), o 1º Comandante do Corpo de Bombeiros em Rondônia, Capitão Esron Penha de Menezes, lhes relatou que:

Nessa época enfrentaram muitas dificuldades para dar uma estrutura mínima que permitisse combater incêndios; utilizavam basicamente “meios de fortuna”, termo utilizado no meio militar para definir adaptações de equipamentos ou utilização de recursos da própria natureza para fazer frente a situações diversas; neste sentido, a administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré emprestou as oficinas para construírem alguns equipamentos. Esses materiais

ficavam guardados no almoxarifado da GT. (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 26)

O Decreto nº 500, de 03 de fevereiro de 1967, deu nova redação ao Decreto Territorial nº 331, de 26 de outubro de 1957, subordinando o Corpo de Bombeiros diretamente à Divisão de Segurança e Guarda e vinculando-o às Prefeituras. O Comando passou a ser escolhido pelo Governador do Território, podendo ser exercido por um Oficial (de preferência superior) das Forças Armadas, das Polícias Militares ou do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. O efetivo do Corpo de Bombeiros aumentou, sendo previsto um total de 120 homens, sendo: um Comandante-Geral, um Subcomandante, três técnicos auxiliares, um almoxarife, um escrivário, cinco chefes de guarnição, cinco auxiliares de guarnição, dez chefes de linha e noventa e três ajudantes de linha. Dividido administrativamente em Comando, Diretorias e Tropa; a Diretoria tendo duas subdivisões: Diretoria de Contabilidade e Diretoria de Pessoal e Serviços Auxiliares.

O Serviço de Relações Públicas do Governador Coronel João Carlos Santos Mader informou, em Boletim do dia 08 de julho de 1965, publicado no Jornal “Alto Madeira”, que tendo em vista a constante ocorrência de incêndios na Capital e não contando o Governo do Território com elementos especializados para combatê-los, o Chefe do Executivo rondoniense determinou ao Comando da Guarda Territorial a formação de um grupo de elementos dessa corporação, para receber instrução de combate a incêndio, podendo assim preencher a lacuna que há muito se verificou no referido setor, prestados destarte serviços nos casos de sinistros, coisa que até aquele momento foi feita pela população, com graves riscos, em vista do tumulto que se estabelece nos locais de incêndio.

Até o ano de 1967, o Corpo de Bombeiros trabalhou precariamente, e Porto Velho, entre 1965 e 1967, viveu intensos incêndios que trouxeram muitos prejuízos ao comércio, entre os quais destacamos:

O prejuízo sofrido pelo seringalista Giácomo Cassara, que teve quase dez toneladas de borracha destruída pelo incêndio ocorrido na noite de 24 de junho de 1965 no armazém de carga do Serviço de Navegação do Guaporé. Em julho de 1965, um incêndio destruiu quase totalmente o almoxarifado da Estrada de Ferro.

Um incêndio destruiu parte do Cine Resky em 1966. Também, ainda 1966, o fogo devorou grande parte do Mercado Municipal, um incêndio de grandes proporções que deixou aquela área da cidade completamente devastada. Na data de 08 de julho de 1967, por volta das 13h20m, irrompeu um incêndio que devorou rapidamente três casas situadas à Rua Pinheiro Machado, nas imediações da Rua Guanabara.

Esses fatos forçaram o Governador João Carlos dos Santos Mader a adotar providências para colocar o Corpo de Bombeiros em condições de fazer frente aos sinistros. Entre algumas medidas, foram solicitados os serviços do Major José Ignácio de Melo Neto e do 2º Tenente Oséias Cardoso, ambos do Rio de Janeiro, para organizar o Corpo de Bombeiros; tendo, o Major, sido designado como Comandante e responsável pela modernização do Corpo de Bombeiros. Além disso, foi definido que as Prefeituras ficariam com o encargo de arcar com as despesas com equipamento e organização. Nesse período foram compradas as duas primeiras viaturas de combate ao fogo. Afirmam Gravi e Ascenço (2012):

Em 03 de agosto de 1967, pelo Decreto nº 517, o Governador passa para a administração da Prefeitura de Porto Velho a subordinação do Corpo de Bombeiros do Território. Em 11 de março de 1968, pelo Decreto nº 539, o Governador deu nova denominação ao Corpo de Bombeiros; passou a ter a denominação de Núcleo do Corpo de Bombeiros do Território Federal de Rondônia com atribuições estendidas ao Município de Guajará-Mirim e ficando diretamente subordinado à Divisão de Segurança e Guarda até a

criação da Polícia Militar de Rondônia, da qual ficou subordinado.

Com a criação do Estado de Rondônia o Corpo de Bombeiros ficou como uma fração da Polícia Militar. A primeira Fração foi denominada como GRUPAMENTO DE INCÊNDIO, subordinado à Companhia PM (Cia PM), a qual foi instituída na estrutura provisória em 02 de julho de 1976, permanecendo assim até que fosse definido através de legislação específica o efetivo e o quadro de organização da PMRO.

Na primeira fixação do efetivo e aprovação do quadro de organização da PMRO, que ocorreu em 08 de novembro de 1977, através do Decreto nº 872, com efeitos retroativos a 12 de janeiro de 1977, a fração de Bombeiros Militar foi definida como SEÇÃO DE INCÊNDIO subordinada à 1ª Cia PM; o efetivo previsto era de 41 homens para a capital. No interior do Estado eram previstas subseções de Incêndio, basicamente nas localidades de Guajará-Mirim e Ji-Paraná. (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 27)

As primeiras instalações do Corpo de Bombeiros em Porto Velho foram na parte baixa do prédio onde funcionou a Câmara Municipal, localizado em frente à Praça Jonathas Pedrosa, na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro (prédio que não existe mais). Em 1973, mudou-se para onde hoje funciona o Batalhão de Policiamento de Trânsito, Rua Benjamim Constante, nº 1147, no Bairro Olaria.

Por insistência e a pedidos do Cap. Esron ao Governo do Território, construiu-se um quartel para o Corpo de Bombeiros na área onde existiu a Olaria do Território. O terreno era totalmente inadequado para ser feita uma construção imediata, pois era alagadiço e todo esburacado, mas o General Luiz Felippe, Secretário-Geral, defendia a construção ali,

enquanto o Cap. Esron defendia que fosse construído na área da Guarda Territorial, onde estava implantada a Sub-usina da CERON. Venceu a opinião do Secretário-Geral e, para que fosse construído o quartel sobre aquelas crateras, precisou ser feito novo projeto, pois a verba destinada só daria para construir um prédio, como o que há atualmente. Assim mesmo foi preciso pedir ajuda do 5º BEC, na época Comandado pelo Cel. Inaldo Noronha, que determinou ao Ten. Wilson, Comandante da seção de máquinas pesadas, prestar colaboração para aterro de todos os buracos e abertura da rua da frente e da lateral esquerda. O projeto modificado foi executado pela firma do Eng. Wadih Darwich Zacarias.

No governo do Cel. Theodorico Gahyva, houve uma tentativa de destinar o prédio para ser sede da Secretaria de Segurança Pública, na época dirigida por Nélio Lins Guimarães. Mas o Cap. Esron, valendo-se do seu cargo de Secretário da Arena, intercedeu junto ao Governador, ao Secretário de Administração e ao Prefeito e conseguiu, já na segunda administração do Coronel João Carlos Marques Henrique Neto, que fosse o novo quartel dos Bombeiros, quando então a construtora Alfa, do Sr. Antonio de Matos, construiu a caixa d'água, de forma que os dois carros-pipas ficavam constantemente abastecidos.

Corpo de Bombeiros da Guarda Territorial (1972).



Fonte: Revista Vértice, de 1972.

Corpo de Bombeiros da Guarda Territorial no desfile de 07 de Setembro de 1976.



Fonte: Acervo da PMRO.

Quartel do Corpo de Bombeiros de Guajará-Mirim, década de 1970.



Fonte: Acervo da PMRO.

Corpo de Bombeiros do Território Federal de Rondônia,
instrução com extintores (1972).



Fonte: Revista Vértice, de 1972.

Ombreira do Uniforme de Gala do Corpo de Bombeiros do Território (década de 1970).



Fonte: Acervo da PMRO.

SGT Pedro Nobre, uniforme de Parada Militar do Corpo de Bombeiros da GT (1976).



Fonte: Acervo da PMRO.

BANDA DE MÚSICA DA GUARDA TERRITORIAL

I^a Formação da Banda de Música da Guarda Territorial, década de 1940 (Mestre Antônio Pires Dantas).



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

Banda de Música da Guarda Territorial em 1955
(Mestre José Neves Dantas, 1º Tenente GT).



Fonte: Acervo da PMRO.

Banda de Música, Av. Pres. Dutra na década de 1960
(Mestre José Neves Dantas, 1º Tenente GT).



Fonte: Grupo Facebook Saudosismo Portovelhense.

Banda de Música em 1974 (Mestre Valdenir de Andrade Costa, 1º sargento GT, Louro).



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

A Banda de Música da Guarda Territorial foi criada no dia 19 de setembro de 1944, através do Decreto nº 19, assinado pelo Governador Aluízio Ferreira, autor e incentivador da ideia. Durante o Comando do Coronel Milton Queiroz de Carvalho, aconteceu a primeira convocação, no mês de agosto de 1944, quando foram arregimentados dez elementos, entre músicos e aprendizes. O responsável pela formação foi o José Piedade, primeiro Mestre da Banda, depois foi o Mestre Antonio Pires Dantas. Os primeiros componentes foram: Joaquim Henrique de Souza, no trombone; José Piedade, no saxofone; Natalício, no pistom; Anastácio, na trompa; Manoel, no baixo; Pedro Afonso Alen, no baixo; Timóteo Trajano da Costa, tarolista; e Calazans, na caixa. Reuniam-se eles diariamente, para ensaiar no Clube Nacional, onde fica hoje a 17ª Brigada de Infantaria e Selva.

Em setembro de 1944, ocorreu a primeira apresentação da banda de música recém-formada. Não foi um simples desfile, mas uma formatura de grande porte, em frente ao Clube Internacional – a área hoje abriga

a sede social do Ferroviário Atlético Clube, na Avenida 7 de Setembro – por onde desfilaram tropas do Exército Brasileiro e alunos de diversos estabelecimentos de ensino.

A banda era constituída por seis músicos de 1^a classe, de oito músicos de 2^a classe e de onze músicos de 3^a classe, e um mestre. No final de 1944, a banda já contava com um efetivo de trinta integrantes. Durante 23 anos, ela teve grande participação na vida da comunidade rondoniense, sendo sempre aclamada e aplaudida de pé, onde quer que se apresentasse, tornando-se conhecida como “A Furiosa”. A banda foi incorporada à Guarda Territorial, no pelotão de Artífices. Ali, diariamente, tocava para o hasteamento do Pavilhão Nacional e para o desfile matinal, além de executar vários dobrados. Aos domingos e feriados realizava retretas nas praças e nos bairros da cidade, tocando, ainda, em igrejas e clubes (PMRO, 2018).

Deslocou-se a Guajará-Mirim, onde participou das festividades alusivas ao aniversário da Proclamação da Independência da República boliviana. Outro fato memorável foi a participação na solenidade de derrubada da última árvore da BR-364, no então distrito de Vilhena, hoje município, ao sul do Território. A solenidade contou com a presença do então Presidente Juscelino Kubitschek. Apesar de todo sucesso vivido, “A Furiosa”, como já era chamada, conheceu seus dias de decadência em virtude de diversos fatores, tais como falecimento de alguns de seus membros, aposentadoria de outros e a desmotivação de uns tantos que retornaram aos seus estados de origem. Em 1967, a banda chegou a ser extinta do quadro de organização da GT. Mas a abnegação de alguns de seus componentes, como Sebastião, Nézio de Almeida, Alair, Macedo, Carlos Sinfonte e alguns outros, não deixou que ela acabasse de vez e, sempre que a situação permitia, eles executavam algumas tocatas (PMRO, 2018).

No ano de 1977, já com a Polícia Militar criada e substituindo a GT, a banda de música foi reorganizada, passando a fazer parte do quadro de organização da PMRO, com um efetivo de vinte integrantes, sob a denominação de Banda de Música da Polícia Militar. A partir daí ela

ganhou um novo impulso e, novamente, garantiu o seu lugar de destaque no conceito popular rondoniense, tornando-se presença obrigatória em todos os grandes acontecimentos de Rondônia (PMRO, 2018).

A banda realizou grandes concertos no palco do Colégio Maria Auxiliadora e nas retretas que se realizavam nos domingos e feriados nas praças da cidade de Porto Velho. [...] Marchas militares, marchas fúnebres, dobrados foram compostos pelo mestre da nossa banda, inclusive Céus de Rondônia, cujo primeiro nome foi Céus do Guaporé. A inspiração partiu do Juiz José de Melo Silva, mas quem organizou as partituras foi o mestre Dantas, assim como a letra é trabalho dividido do ex-governador Joaquim de Araújo Lima e o professor Enos Eduardo Lins. (MENEZES, 1980, p. 46)

Os mestres da Banda de Música do Território, desde sua criação e respectivos períodos, foram:

- Guarda José de Matos Piedade foi quem iniciou sua estruturação, por ser músico e muito imbuído para atingir tal objetivo;
- Antônio Pires Dantas (1944 a 1950), Maestro da PMAM;
- José Neves Dantas (1950 a 1964);
- Nézio de Almeida (1965);
- Altair Magalhães (1965);
- Valdemir de Andrade Costa (1965 a 1974);
- Manoel Brito de Macedo (1974 a 1980).

PRÉDIO HISTÓRICO DA GUARDA TERRITORIAL

Em 1943, Porto Velho torna-se Capital do Território Federal do Guaporé, criado pelo Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro, constituído por áreas desmembradas dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso, sendo nomeado seu governador Aluízio Pinheiro Ferreira (Major de Artilharia do Exército Brasileiro). Ato do Presidente da República Dr. Getúlio Dornelles Vargas (CANTANHEDE, 1950).

A área constituída pelo Bairro Arigolândia era, na década de 1940, mata densa, derrubada em 1944 pelas máquinas da 2ª Companhia Rodoviária, que tinha à época como Comandante o Cap. EB Ênio dos Santos Pinheiro. Esse trabalho foi auxiliado pelo Instituto Agronômico do Norte, tendo como diretor o agrônomo Edgar de Souza Cordeiro. A limpeza da área visava à instalação das primeiras casas pré-fabricadas de madeira, para alojar as famílias dos Guardas nordestinos integrantes da recém-criada Guarda Territorial em 1944. Esses nordestinos, em sua maioria cearenses, foram apelidados de arigós (BORZACOV, 2007).

Em 1944, quando foi criada a Guarda Territorial, aquela área era mata bruta, desde a Farquhar até a beira do rio onde existiu o matadouro para onde se ia por um caminho que é agora o prolongamento da Avenida Pinheiro Machado, uma das mais movimentadas artérias da nossa Capital. Daí até a Maternidade havia outro lance de mato que se projetava até a casa onde reside o Conselheiro José Renato. Da Pinheiro Machado para o outro lado emendava mata bruta até Milagres que era na época seringal de Joaquim Bentes. (MENEZES, 1983, p. 6)

No local onde é hoje o quartel do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia, à Rua Major Amarante, nº 571, durante a Segunda Guerra Mundial foram construídos dois barracões cobertos de

palha com armação de trilhos em desuso da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a fim de abrigar os nordestinos migrantes, trazidos pela Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.), para trabalhar em seringais nativos da Amazônia como “soldados da borracha”, os primeiros Guardas Territoriais foram recrutados entre esses migrantes nordestinos. O Cap. BM Esron Penha de Menezes, em entrevista relata a Gravi e Ascenço (2012, p. 79): “[...] A gente escolhia o guarda, escolhia, chegava o navio aí, com aqueles que a gente chamava arigó, chegava esse pessoal aí que ia para os seringais, ia lá escolher alguns para a Guarda Territorial... principalmente se era solteiro”.

O Comando da GT ficou provisoriamente instalado na asa esquerda de uma construção da Madeira-Mamoré, chamada de fiscalização, lugar em que funcionou a primeira sede do Governo, localizado onde é atualmente o Mercado Central. Da Avenida Farqhuar, o Comando da GT foi para a Rua Barão do Rio Branco em frente à Praça Jonathas Pedrosa, local onde – na década de 1940 – foi construída a sede do Jornal “Alto Madeira”. Sob o comando do Cap. Milton Carvalho de Queiroz, a GT enfim mudou-se para o local que, em razão dos Guardas, passou a ser denominado de bairro Arigolândia. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os dois barracões da S.A.V.A. foram desocupados pois não estavam mais vindo nordestinos para os seringais. Informa-nos o Cap. BM Esron que, na década de 1940, o Governo do Território aproveitou os barracões para instalar o quartel geral da Guarda Territorial: “[...] o Coronel Aluízio mandou a gente arranjar sobra de tijolo, sobra de telhas, essas coisas. Não sei hoje, depois parece que reformaram, mas antes aquilo era todo coberto com pedaços de telha, serrava telha pra poder cobrir [...]” (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 80).

A Guarda Territorial foi transferida para os barracões da S.A.V.A., que foram adaptados para ser um quartel, com o passar do tempo foi construído um pavilhão central, onde está o Comando, e mais almoxarifado, armazém reembolsável, sala da banda de música, cadeia pública, cadeia militar (no pé de jambo) e enfermaria. No flanco direito desse pavilhão, foi construído o alojamento das praças: no esquerdo funcionavam

as oficinas de barbearia, alfaiataria, sapataria e carpintaria (MENEZES, 1980).

A ideia de localizar os Guardas perto do Quartel partiu do Ten. Sebastião Araújo Lima, que arranjou um trator; seu adjunto, na época o Ten. Buarque, com uma seção fez a derrubada da mata, arranjou uns topógrafos, demarcou as ruas principais e loteou as áreas para cada bloco de casas. As primeiras foram feitas com refugos de madeiras que foram cedidas pela “Serraria Tiradentes” e cobertas de palha caranaí tecidas pelo Sargento Waldemar Rebelo e seus ajudantes do Pelotão de Lenha Eduardo Ribeiro e Campo. O Ten. Sebastião tinha conhecimentos agrícolas e logo tratou de arborizar o “Bairro dos Guardas” com eucaliptos porque era uma árvore reguladora de umidade além de ter propriedades medicinais e saneadoras. Plantou também algumas seringueiras selecionadas que recebeu do Dr. Edgar Cordeiro, trouxe mudas de castanheiras, existindo a possibilidade da castanheira da calçada do estádio Aluízio Ferreira ser remanescente dessas mudas (MENEZES, 1983, p. 6).

Quartel da Guarda Territorial no final da década de 1940.



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

A respeito do pavilhão do Comando, foi iniciada a sua construção em 1948 no aniversário de 5º ano do Território do Vale do Guaporé.

Notícia do Jornal “Alto Madeira”, de 15 de setembro de 1948, sobre programa de comemoração do Governador Joaquim de Araújo Lima pelo 5º aniversário de criação do Território Federal do Guaporé:

Viaduto Guapindaia, Palácio do Governo e Pavilhão da Guarda Territorial. [...] Prosseguindo a série de inaugurações, pouco depois realizava-se na Guarda Territorial a aposição da cumieira de um grande pavilhão, medindo 20 por 12 metros, e que servirá para comando, alojamento da Banda de Música e almoxarifado. Ali sua excelência convidou o Capitão Antonio Madeira Campos a bater o primeiro prego da cumieira, o que foi feito debaixo de grande salva de palmas, com a presença de numeroso público, famílias, senhoritas, Oficiais da guarnição e da G.T. (ALTO MADEIRA, 1948, p. 1)

Em 1973, durante o período em que o Ten. PM Mendes foi almoxarife da GT, foram construídos a quadra poliesportiva e o rancho, com restaurantes para Oficiais e Praças, no prédio ao lado direito do bloco do Comando. O antigo Quartel Geral da GT também foi sede, a partir de 1969, do “Batalhão de Polícia Militar Marechal Arthur da Costa e Silva”. Em 2 de julho de 1976, a Polícia Militar passou a existir com uma estrutura provisória, aguardando a transição de Guarda Territorial para PM. O prédio passou a ser a sede da Companhia PM, responsável pela execução do policiamento em todo o Território Federal de Rondônia.

A CIA PM, embora já fosse identificada como 1ª CIA PM, passou efetivamente para tal designação em 12 de janeiro de 1977, ocupando as mesmas instalações pertencentes à Guarda Territorial. As instalações, em 19 de janeiro de 1983, passam a ser sede do recém-criado 1º BPM, pelo Decreto nº 717, de 07 de dezembro de 1982. Apesar de o 1º BPM ter ocupado outras instalações a partir de 1984, na atualidade ocupa o mesmo prédio histórico pertencente à antiga Guarda Territorial. No prédio

funcionaram também outros órgãos da PM/RO, como CFAP, DALF, Serviço de Apoio Administrativo (SAA) e a Associação Tiradentes (AS-TIR), entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

I^a CIA PM, em 1977.



Fonte: Acervo da PMRO.

Rancho com restaurantes de Oficiais e Praças (1973).



Fonte: Acervo da PMRO.

Restaurante de Oficiais no antigo Rancho da GT (1978).



Fonte: Acervo da PMRO.

Quadra Poliesportiva da GT (1975).



Fonte: Acervo da PMRO.

Bloco do Comando da GT, visita de uma Escola Salesiana (1975).



Fonte: Acervo da PMRO.

No Quartel da Guarda Territorial existiam vários prédios, barbeiro, dormitório para os Oficiais e a alfaiataria, que era a última sala, de fundo para o barranco do Rio Madeira, e subindo havia o “xadrez”.



Fonte: Acervo da PMRO.

Capítulo VI



A TRANSFORMAÇÃO DA GUARDA TERRITORIAL EM POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA

Podemos contextualizar e é válido dizer que o Território Federal de Rondônia, naquela época, estava sendo desbravado, estava sendo redescoberto, tal era o “maremoto” de migrantes oriundos de todos os estados do País, principalmente das Regiões Sul e Sudeste. A migração desenfreada mudou radicalmente o então Território Federal de Rondônia. A outrora pacata população residente viu, de uma hora para outra, a bucólica região transformada num vulcão em erupção, com invasões, roubos e assassinatos, que eram raros e passaram a ser frequentes. Diante desse cenário, os membros da Guarda Territorial também tiveram que se desdobrar para manter a ordem e o bem-estar da população nos dois municípios existentes, tanto nas cidades, nos distritos, como na zona rural.

As diligências para as áreas de garimpo e de invasão de terras se tornaram constantes. Os crimes nas regiões de garimpo, as denúncias a respeito de pistoleiros que eram trazidos de outras regiões para expulsar posseiros de terra se tornaram comuns, e comuns também eram as diligências policiais para combater tais desmandos (OLIVEIRA, 2020).

Na época em que comandou a Guarda Territorial, o Capitão Antônio Almeida Fernandes, comissionado como Tenente Coronel (03 de julho de 1968 a 01 de fevereiro de 1973), deu à corporação a forma militarizada e mandou muitos jovens de Rondônia cursarem a Escola de Formação de Oficiais e de Sargentos em vários estados. Tais jovens retornaram com formação Policial Militar.

Ele... eu alcancei um outro, que eu não me recordo o nome. Aí depois entrou o Comandante Fernandes. Então aí deu uma boa alavancada, que ele já tinha experiência do exército. Aí ele começou a fazer essa transformação. De guarda pra PM. Mas, começou a mandar em 1969 para fazer curso de Sargento em Goiânia, em Manaus. Depois de Oficial em Minas, em Goiânia. Aí depois fizeram só em Goiânia a orientação da IGPM. Ele mandava os telegramas, tudo. Deve estar tudo no arquivo de acervo da guarda.
(MENDES, 2020, p. 6)

Concordando com Mendes (2020), Gonçalves (2019), ao comentar sobre os Comandos que foram mais significativos para a transformação da GT em PM, refere-se ao Cap. Fernandes como “o baluarte”:

Vindo da GT mesmo, o Comandante mais importante foi o Capitão Fernandes, ele foi o baluarte, foi o criador da maior parte dos concursos e curso feito fora do território. Para a polícia militar foi ele que conseguiu. Tanto de Oficiais como de Sargento, tudo. E isso foi o

Capitão Fernandes. Um grande... administrador da GT. (GONÇALVES, 2019, p. 13)

Capitão Fernandes, desde o início de seu Comando, tratou os Guardas Territoriais como Policiais Militares e empreendeu uma série de mudanças no sentido de dar um caráter militarizado à instituição, com fundamento no Decreto-Lei Federal nº 411 de 08 de janeiro de 1969, que previa em seu Art. 77: “As atuais Guardas Territoriais serão transformadas em Polícias Militares, aplicando-lhes as disposições contidas no Decreto-lei nº 317, de 13 de março de 1967”, bem como diante da urgência de se definir a Guarda Territorial perante a sociedade rondoniense, por iniciativa própria e com base no dispositivo legal citado, embora sem a devida autorização do Governo Federal, adotou em 1971 a denominação de “POLÍCIA MILITAR”, montando uma estrutura semelhante a de um Batalhão de Polícia Militar, ao qual denominou “BATALHÃO MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA”.

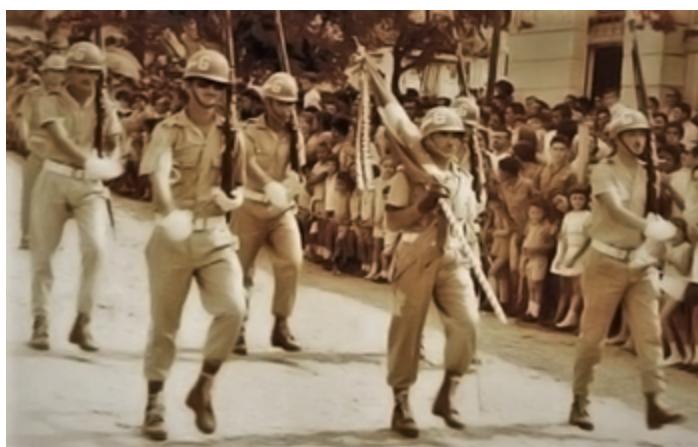
Capitão Fernandes, que era do exército e tava comandando, ele tinha assim, um... uma coisa que só tratava nós como policiais militares, mesmo sendo Guarda Territorial. Foi transformado capacete em PM, todo equipamento, tudo PM, na época, né? Só que não tinha assim, muito um apoio pelo estado, negócio de viatura e tudo, era muito... uma carência muito grande. Mas, essa parte aí nós ficamos, depois de 1970... 1974, quando formou os primeiros oficiais da Guarda Territorial, esse daí pra frente começou todo o ingresso na Polícia Militar através de concurso. (GONÇALVES, 2019, p. 3)

Aos poucos, a maior parte dos Guardas Territoriais se formou em cursos de formação de Oficiais e Sargentos da PM, então eles passaram a usar uniformes com insígnias correspondentes aos postos e graduações. E também continuaram a adotar os regulamentos do Exército Brasileiro,

tudo para exercer a incumbência de realizar a Segurança Pública do Território. Nesse período os Guardas, agora denominados Polícias Militares, esperavam ansiosos para a grande transformação de DIREITO, a qual somente ocorreu de FATO, após processo seletivo e transferência do acervo da GT para a PMRO, e não como estipulava o Decreto nº 411/1969, pois houve a criação da PMRO e depois a extinção da GT. Com o mesmo significado do termo usado na caserna, houve a “passagem de serviço” dos quartéis com todos os seus acervos patrimoniais e aproveitamento do efetivo através de processo seletivo interno.

Essa denominação, em princípio, foi digamos, um artifício utilizado pelo então Comandante ANTONIO DE ALMEIDA FERNANDES talvez no intuito de provocar uma reação nas autoridades do IGPM (Inspetoria Geral das Polícias Militares e Bombeiros Militares), que não se manifestavam diante dos argumentos e justificativas pleiteando a transformação da GTRO para PMRO. (OLIVEIRA, 2020, p. 2)

Guarda-Bandeira da Guarda Territorial, em frente ao Mercado Cultural na década de 1960.



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

Comando da GT - Cap. Fernandes (CMT) e Nélio Lins Guimarães (SUBCMT), na horta da GT.



Fonte: Revista Vértice, de 1972.

Guardas Territoriais em apoio à procissão do Círio, em Porto Velho (1972).



Fonte: Revista Vértice de 1972.

A TRANSFORMAÇÃO DA GUARDA TERRITORIAL EM POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA

2º Ten. PM Plácido, Comandante da tropa, em frente ao Batalhão “Marechal Arthur da Costa e Silva”.



Fonte: Revista Vértice, de 1972.

Sargentos na frente do Batalhão Marechal Arthur da Silva em 1972 (atual 1º BPM).



Fonte: Revista Vértice, de 1972.

A instalação do governo militar no Brasil, em 1964, foi determinante para as séries de transformações profundas na sociedade brasileira, além de ter sido decisiva para as mudanças que ocorreram em seguida nas Guardas Territoriais do País. O Governo Federal, por meio do Decreto nº 411, de 08 de janeiro de 1969, dispôs sobre a nova administração dos Territórios Federais. Previa, na nova estrutura, a criação da Secretaria de Segurança Pública (SSP), que teria como subordinada a Polícia Militar.

O processo de transformação da Guarda Territorial em Polícia Militar foi detalhadamente analisado e planejado. Os fatos históricos desse processo de transição levam à conclusão de que, embora não tenha ocorrido a transformação de DIREITO da Guarda Territorial de Rondônia em Polícia Militar de Rondônia, houve a transformação de FATO por situações distintas existentes naquele momento. Destacamos algumas a seguir:

O Governo do Território baixou o Decreto nº 611, de 23 de junho de 1971, visando preparar a GT para a TRANSFORMAÇÃO em POLÍCIA MILITAR. Estabeleceu norma para o sistema de promoções dos Guardas e Inspetores da GT [...] O Decreto nº 646, de 08 de janeiro de 1973, baseado no Decreto Federal nº 411, de 08 de janeiro de 1969, dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal de Rondônia, criando a Secretaria de Segurança Pública e atribuindo a esta: o policiamento de qualquer natureza; segurança e administração das prisões do Território; engenharia de tráfego; registro e licenciamento de veículos; e, fiscalização do trânsito. A legislação pertinente ao assunto da mudança na instituição responsável pela manutenção da ordem pública, bem como, os estudos realizados naquela época, a todo o momento tratam como TRANSFORMAÇÃO da Guarda Territorial em Polícia Militar; destacam-se os seguintes atos e fatos:

O Decreto-lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969, em seu artigo 77, estipula que as atuais (na época) Guardas Territoriais, SERIAM TRANSFORMADAS EM POLÍCIAS MILITARES, aplicando-lhes as disposições contidas no Decreto-lei nº 317, de 13 de março de 1967, do Governo Federal, o qual reorganizava as PM e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Em Setembro de 1972, foi elaborado um projeto de lei que previa a transformação da GT em PMRO, apresentado pelo Governador do Território;

A respeito do projeto acima, a Inspetoria Geral das Polícias Militares – IGPM-, manifestou a necessidade de um estudo mais aprofundado para cumprir o disposto no Decreto-lei nº 411/69, pois, existiam fatos omissos que necessitariam reavaliação em face de situação vivida na época, bem como, CRIAR UMA POLÍCIA SEM DEFORMAÇÕES E SEM ANOMALIAS CONGÊNITAS. (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 43)

Na época o Comando da Guarda Territorial encaminhou Ofícios aos prefeitos dos municípios de Rondônia, solicitando doações de áreas para as construções dos quartéis da PMRO. Em agosto de 1973, saiu o primeiro edital do concurso público para ingresso na PMRO, com vagas para o cargo de Oficiais PM, baseado nas orientações da IGPM.

Em 05 de janeiro de 1973, pela Portaria nº 010, o Governador Theodorico Gabyva, nomeia o Secretário de Governo Luiz Hygino Viana Paes Leme de Sá, o Major PM Uyratan Silva de Carvalho – Cmt da GT e o Cap PM Cezar Paes Mocelin – SubCmt da GT, para sob a presidência do primeiro, constituírem o grupo de trabalho incumbido de estudar e apresentar sugestões visando a EXTINÇÃO da Guarda Territorial e CRIAÇÃO, organização e

funcionamento do Batalhão de Polícia Militar do Território Federal de Rondônia;

Em 10 de Janeiro de 1973, a Seção Administrativa e de Finanças do Governo do Território, faz consulta ao Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, quanto à viabilidade legal dos Guardas e Inspetores regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União – EFPCU, optarem pelo regime da Polícia Militar de Rondônia, bem como, os procedimentos quanto ao processamento de TRANSFERÊNCIA do aludido pessoal para referida Corporação. Recebe como resposta, em 11 de Janeiro de 1973, que a viabilidade é positiva, desde que no ato de criação da Polícia Militar de Rondônia houvesse dispositivo para o PESSOAL DA GUARDA TERRITORIAL OPTAR PELO REGIME DA PMRO;

Continuando o estudo determinado pelo Governador do Território, o Comandante da GT solicita ao Comandante do Comando de Fronteira Acre-Rondônia colaboração para tal, visto determinação da IGPM; Concluído o estudo, a comissão citada acima apresentou um excelente relatório, definindo todos os passos necessários para a transformação-criação da PMRO e extinção da Guarda Territorial;

Novamente o Governo do Território envia ao Governo Federal, através do aviso nº 007/G, em 12 de março de 1973, um projeto de lei para transformação da GT em PMRO baseado no estudo feito pela comissão;

Em 12 de março de 1973, o Governador envia o ofício nº 066/G ao Comandante do CMA/MANAUS-AM solicitando autorização para localização, implantação e parecer sob o Batalhão de Polícia Militar do Território, recebendo resposta positiva em 22 de março de 1973, pelo ofício nº 11-SPC/CMA;

Em 12 de maio de 1973, o Cap PM Mocelin viajou para Brasília a fim de entrar em contato com a IGPM para tratar assunto referente à criação da PMRO; ao retornar em 24 de maio, elaborou um vasto relatório sobre os assuntos tratados e definidos pela IGPM. Aquele Órgão remeteu orientações para preparação de atos e procedimentos necessários para a criação da PMRO, abordando diversos aspectos: criação, organização, formação, etc. (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 44)

A Polícia Militar de Rondônia foi criada através da Lei Federal nº 6.270, de 26 novembro de 1975, e publicada no Boletim Interno (BI) nº 001, de 31 de maio de 1976. O jornal “Alto Madeira”, de 07 de janeiro de 1976, noticiou que o Governo concluirá os documentos básicos para a PM de Rondônia. Uma comissão composta pelo Tenente Mario da Costa Sarkis, Comandante da Guarda Territorial, Tenente João Maria Sobral de Carvalho, Diretor da Divisão de Trânsito, e Tenente Walter Luiz Garcia, Comandante do Corpo de Bombeiros, concluiu em menos de trinta dias um volumoso trabalho que se constitui nos documentos básicos para a transformação da Guarda Territorial em Polícia Militar. Os documentos foram entregues no dia 6 de janeiro de 1976 ao Governador do Território Federal de Rondônia, Coronel Humberto da Silva Guedes e, logo após terem sido devidamente revisados pelo Chefe do Executivo rondoniense, foram encaminhados para apreciação da Inspetoria Geral das Polícias Militares e do Estado-Maior do Exército em Brasília, para as conclusões finais. Dentre outros, destacam-se, dos documentos básicos que foram elaborados pela referida Comissão, os seguintes: Organização Básica da Polícia Militar de Rondônia, Código de Vencimentos, Estatutos, Regulamento de Uniformes, Quadro de Organização, Quadro de Dotação de Material, Quadro de Pessoal Civil e a minuta do Decreto para promoção de Oficiais.

A Lei Federal nº 6.270, de 26 novembro 1975, somente foi regulamentada através do Decreto Federal nº 79.108, de 11 janeiro 1977,

conforme publicação no Boletim Interno nº 14, de 20 de janeiro de 1977. Naquele dispositivo legal ficou estipulado que as Polícias Militares ficariam subordinadas às Secretarias de Segurança Pública dos respectivos territórios. Em seu art. 24, *caput* e § 1º e 2º, prevê a extinção, à medida que se instalarem as Unidades Operacionais das Polícias Militares, das Unidades das Guardas Territoriais, assegurados os direitos dos seus então componentes, que poderiam ser aproveitados, mediante processo seletivo, nos quadros da Corporação. O processo seletivo foi regulado em ato do Governador do respectivo Território, ouvido o Estado-Maior do Exército, através da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM). O pessoal integrante das Guardas Territoriais não aproveitado na conformidade desse artigo poderia ser lotado em outros Órgãos da Administração dos Territórios, desde que em funções compatíveis com os seus cargos ou empregos, devendo o remanescente, no caso de funcionários regidos pela Lei nº 1.171, de 28 de outubro de 1952, ser redistribuídos consoante o art. 99, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e, na hipótese de pessoal contratado, ter destinação de admitidos pela legislação trabalhista.

No dia 09 de setembro de 1977, através do Decreto nº 864, é considerada extinta a Guarda Territorial de Rondônia, transferindo-se para a Polícia Militar o acervo patrimonial, os recursos e créditos orçamentários, extra orçamentários e financeiros. Bem como, em seu art. 2º, ficou assegurado aos seus componentes o direito ao ingresso na Polícia Militar, de acordo com o Decreto nº 835, de 23 de junho de 1977, como pessoal militar ou civil, bem como o reaproveitamento em outras áreas da administração, desde que em cargo compatível.

Na data do dia 13 de setembro de 1977, aproximadamente às 07h15, aconteceu no quartel do Comando Geral da PMRO a solenidade cívico-militar de extinção da Guarda do Território e inclusão, na Polícia Militar, de seus integrantes aprovados no processo seletivo, contando com a presença de várias autoridades do território, convidados e familiares (GRAVI; ASCENÇO, 2012).

Formatura de Extinção da Guarda Territorial, QCG (1977).



Fonte: Acervo da PMRO.

INSTALAÇÃO DO COMANDO DA PMRO

O primeiro Comandante da corporação foi o Major de Infantaria do Exército Brasileiro Ivo Célio da Silva, comissionado no posto de Tenente-Coronel PM. Ele foi colocado à disposição do Território pelo Presidente da República, no dia 26 de fevereiro de 1976. A nomeação do Tenente-Coronel Ivo Célio da Silva para comandar a PMRO ocorreu no dia 26 de março de 1976 e sua posse aconteceu no dia 13 de abril de 1976, sendo publicada no jornal “Alto Madeira” em 14 de abril de 1976.

A solenidade contou com a presença de destacadas autoridades, e o Governador Humberto da Silva Guedes presidiu, no período da tarde, o ato de posse do Tenente-Coronel Ivo Célio da Silva no Comando da Polícia Militar de Rondônia.

Primeira sede do Comando-Geral da PMRO, Rua Benjamin Constante,
n° 1147, Bairro Olaria (1976).



Fonte: Acervo da PMRO.

O ato solene foi iniciado com a leitura do **Curriculum Vitae** do empossado:

O Tenente Coronel Ivo Célio da Silva, empossado 13 de abril de 1976, no Comando da Polícia Militar, nasceu em 19 de agosto de 1935, no Município de Blumenau, Santa Catarina, filho do casal Fridolino da Silva e Thekia da Silva, casado com Dona Fuchshuber da Silva.

Iniciou sua carreira militar na Escola Preparatória de São Paulo, em 19 de outubro de 1953, tendo sido transferido em 1955, para a Escola Preparatória de Porto Alegre – RS.

Em fevereiro de 1956, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, tendo sido declarado Aspirante, em 19 de dezembro de 1958.

Foi promovido a 2º Tenente em 25 de agosto de 1959, promovido a 1º Tenente em 25 de agosto de 1961, promovido a Capitão em 25 de abril de 1966, passando a Major em 30 de abril de 1975, sempre por merecimento.

Como Oficial serviu no 23º Regimento de Infantaria, onde permaneceu até o posto de Capitão, em seguida foi transferido para o Colégio Militar de Curitiba.

Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais onde obteve a menção “Muito Bem” a maior da referida escola.

Retornou após o curso para o 23º RI em Blumenau, onde exerceu as funções de Comandante e Instrutor Chefe do NPOR.

Finalmente foi transferido para CFAR onde se encontrava desde fevereiro de 1975, tendo agora passado à disposição do Governo do Território Federal de Rondônia para assumir o Comando Geral da Polícia Militar de Rondônia, na qualidade de Tenente Coronel PM. (ALTO MADEIRA, 1976, p. 3)

Em seguida foi feita a leitura do ato de posse do Tenente Coronel Ivo Célio, seguindo-se as palavras do empossado, adiante transcritas:

Distinguido que fui com o honroso convite do Excelentíssimo Senhor Governador Humberto Guedes, para ocupar o Comando Geral da Polícia Militar, recém criada neste Território sejam minhas palavras iniciais, um muito obrigado, pela confiança em mim depositada. Plenamente consciente da grande responsabilidade que me cabe, quero expressar os meus mais sinceros e firmes propósitos de realizar a realmente viável aqui, na atual conjuntura rondoniense.

Neste momento solene, que é de orgulho para todos nós e, principalmente, para Rondônia, pela criação da sua Polícia, limita-me a apresentar apenas algumas idéias que, embora não sejam novas, nem originais, me parecem importantes para a nossa meditação.

A implantação exigirá múltiplas etapas, cujas normas de ação deverão constar em um cronograma que, por sua vez, só poderá ser elaborado após a regulamentação da Lei de Criação das Policiais Militares nos Territórios. Alicerçar as bases jurídicas deverá ser a primeira etapa para servir de esteio à instituição policial militar tão almejada. Só com o apoio e a colaboração integrais de todos aqueles a quem cabe direta ou indiretamente uma parcela de responsabilidade, poderemos implantar uma polícia neutra, disciplinada e profissionalmente forte.

Esperançoso em poder manter estas características da Polícia Militar de Rondônia, que terá os seus homens e muito especial os seus Oficiais, completamente integrados nos labores da profissão, permanecendo, assim, militares em toda a sua plenitude.

Sem querer dar às minhas palavras uma aparência por demais sombria, é necessário acrescentar que uma Polícia Militar, como qualquer órgão eficiente, necessita de instalações físicas condizentes. Portanto, urge que se melhore as condições no quartel da Capital e, como o desenvolvimento está quase todo voltado para as BR's, é necessário que se construam aquartelamentos convenientes a necessidade e eficiência possíveis.

Outro fato de preocupação é a remuneração, que deve ser compatível e que, realmente, permita uma seleção criteriosa, para que os selecionados possam exercer suas funções, dentro da maior honestidade e eficiência possíveis.

Finalizando, não importa agora o tempo mínimo indispensável, para que o projeto se transforme em realidade. Que sejam quinhentos dias, mil dias. O que importa é que seja coerente e que atenda as

reais necessidades, começemos hoje, já, a partir deste momento, conjugando esforços, fazendo Rondônia crescer no nosso conceito e dos demais brasileiros.
(ALTO MADEIRA, 1976, p. 3)

Depois do discurso do empossado, o Dr. José Mário Alves da Silva, Secretário de Segurança Pública do Território, pronunciou a seguinte saudação, por ocasião da posse do Tenente-Coronel Ivo Célio da Silva, no cargo de Comandante da Polícia Militar:

O Governo do Território de Rondônia, consolida, neste ato, o cumprimento da Lei 6.270, de 26 de novembro de 1975, que criou a Polícia Militar dos Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia. O ato é histórico na vida do Território e está intimamente associado à própria transformação, como escala de sucessão, do Território ao almejado Estado. Reveste de magna importância, uma vez que amplia a dimensão do setor de segurança, através de uma orientação racional e recursos outros do Exército, através de sua Inspetoria Geral das Polícias Militares. Segurança é o anseio da massa, Segurança é um esteio do desenvolvimento. A força de que precisa o Território não chegará da noite para o dia, mas, aqui se realiza o primeiro ato oficial para que a Polícia Militar de Rondônia surja dentro dos melhores padrões, a fim que possa zelar pelo patrimônio que irá enriquecer o seu acervo.

Força Auxiliar, Reserva do Exército, destina-se à manutenção da ordem pública, na área do Território. Como competência, destaca-se a execução, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado,

planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos. O empossado é um brilhante Oficial Superior do Exército, identificado com a comunidade, através do Comando de Fronteira Acre-Rondônia. Recebeu o convite do Exmo. Senhor Governador, e aceitou o desafio. Na realidade, tem diante de si um grande desafio. Conhecemos e não escondemos, todos nós, as grandes dificuldades, mas, para superar as barreiras, a vontade de alcançar a vitória, a vontade de deixar a marca de sua presença no Governo do Território e na vida da Unidade que ora surge.

Teremos um rápido período de transição, pois, com a posse do primeiro Comandante da Polícia Militar de Rondônia, as medidas administrativas e de ordem legal poderão ser emanadas. Desejo ressaltar os relevantes serviços da briosa Guarda Territorial, com mais de trinta anos de vida em favor da ordem pública, quando o Território era um extenso seringal, até nossos dias, de intensa atividade ao longo das rodovias, de vilas e povoados que nascem como por encanto.

Senhor Comandante, na qualidade de Secretário de Segurança Pública do Território, tenho a honra e satisfação em dar as boas-vindas a Vossa Exª. O Governo de Rondônia está de parabéns e o seu povo também. Boa sorte, Comandante. (ALTO MADEIRA, 1976, p. 3)

O Governador Humberto Guedes fez uso da palavra para encerrar o ato solene que foi realizado na tarde de 13 de abril de 1976, no Salão Nobre do Palácio Presidente Vargas. O Estado-Maior da corporação

ficou assim constituído: 2º Tenente PM Carlos Alberto Giglio, 2º Tenente PM João Maria Sobral de Carvalho, 2º Tenente PM Octávio Pinto de Azeredo, 2º Tenente PM Izael de Lima Sales, 2º Tenente PM Walter Luiz Garcia, 2º Tenente PM José Pessoa Filho, 2º Tenente João Ricardo Cardoso, 2º Tenente PM Waldemir Almeida Monteiro e 2º Tenente PM Sérgio Henrique Zimmermann, além do Aspirante Oficial José Assis Silva.

A FORMAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES

Curso de Formação de Soldados (1976).



Fonte: Acervo da PMRO.

A primeira menção a ensino foi registrada em 31 de janeiro de 1958, na ficha de alteração do Tenente Guilherme Gouvêa de Sá, que foi designado para dirigir a Escola Regimental, foi o responsável por escolher os elementos para servirem como professores e organizou a Escola para ensino dos primeiros letramentos aos elementos da Guarda Territorial.

O Governo Federal, através do Decreto nº 411, de 08 de janeiro de 1969, dispôs sobre a nova administração dos Territórios Federais. A nova estrutura previa a criação da Secretaria de Segurança Pública e, em consequência, no artigo 77 do referido Decreto, estipulou que as Guardas Territoriais da época seriam transformadas em Polícias Militares.

Curso de Formação de Sargentos na Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás.
AL SGT PM J. Carlos, no campo de treinamento para instrução (1970).



Fonte: Arquivo particular do Maj PM RR J. Carlos.

Então o Governo do Território baixou o Decreto nº 611, de 23 de junho de 1971, visando preparar a Guarda Territorial para a sua transformação em Polícia Militar:

Estabeleceu normas para o sistema de promoção dos Guardas e Inspetores da Guarda Territorial, os quais concorreriam à proporção da classe "A" nível 14 e classe "B" nível 15, série de classe de Inspetores da Guarda Territorial equivalente aos postos de Tenente e Capitão respectivamente, somente os candidatos possuidores de certificado de curso de Oficiais, expedido por Escolas de Formação de Oficiais e para efeito de ingresso na Classe "A" nível 14 de Inspetor da GT, o Certificado de conclusão de curso de Oficial, o qual equivalia ao concurso público exigido por lei. A promoção a classe "D" nível 13 da série de classe de Guarda Territorial, equivalente às graduações de Sargentos e Músicos,

somente os candidatos que possuírem esses cursos feitos em Escolas de Formação. Para concorrer à promoção a classe “C” nível 12 era exigido o Curso de Cabo. Para efeito de ingressos nas classes especificadas, certificados pelos respectivos cursos de Formação teriam validade de concurso público. Ficando de competência do Comandante da Guarda Territorial fornecer, quando solicitado à comissão permanente de promoção, a relação dos candidatos a promoção em ordem cronológica, obedecendo aos critérios de merecimento e antiguidade. O Governador baixou este Decreto, visando a transformação da Guarda Territorial em Polícia Militar (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 42).

Em 1971, o Comandante da Guarda Territorial era o Capitão Fernandes, que desde sua posse, em 1968, tratava os Guardas Territoriais como Policiais Militares. Foi o responsável por conseguir diversas vagas nos cursos de formação nas Polícias Militares de Minas Gerais, Santa Catarina, Amazonas e principalmente Goiás.

Fundamentada no Decreto nº 611, de 23 de junho de 1971, a Guarda Territorial passou a se autodenominar de Polícia Militar, constituindo-se um Batalhão de Polícia Militar intitulado “Marechal Artur da Costa e Silva”. Porém, antes de 1971, como o Decreto-Lei de nº 317, de 13 de março de 1967, dispunha sobre a reorganização das Polícias e os Cargos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dava outras providências, não fez distinção entre Polícias Militares e Guardas Territoriais, inclusive no *caput* do art. 2º: “Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições”.

Dessa forma, em 1967 a administração da Guarda Territorial começou a preparar os Guardas para a transformação da GT em PM, foram

realizados diversos concursos de Oficiais e Praças, prova disso é o BI nº 219, do dia 24 de novembro de 1967, que publicou a informação que os candidatos ao curso de graduados deveriam se dirigir à Ajudância Geral para efetivar a matrícula. Em 1968, 1969, 1971 e 1972, foram realizados Cursos de Formação de Sargentos em Manaus e Goiânia; e em 1968 e 1969, foram realizados Cursos de Formação de Oficiais PM em Belo Horizonte, Goiânia e Florianópolis.

Em 1968, em processo seletivo interno, foram aprovados três candidatos para realizarem o Curso de Formação de Oficiais na Polícia Militar do Rio de Janeiro; contudo, antes do início foi mudado para a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, com duração de quatro anos. Após a conclusão do primeiro ano, o Comando da Guarda Territorial, com o objetivo de apressar a formação de Oficiais para comporem o quadro da futura Polícia Militar de Rondônia, decidiu pela transferência dos alunos Oficiais PM de Minas Gerais para o CFO na Academia da PM de Goiás, com duração de três anos. Porém, somente um aluno a Oficial terminou o curso, Antônio Plácido de Oliveira, retornando ao território em 1971, sendo declarado Aspirante e depois Oficial PM, o primeiro Oficial de Academia PM da Guarda Territorial.

Ao centro, Asp. PM Plácido; ao seu lado direito, Cap. Fernandes (CMT da GT); ao seu lado esquerdo, Maj. Nélvio Lins (SubCmt. da GT), em frente ao Palácio Getúlio Vargas, Porto Velho – RO (1971).



Fonte: Arquivo particular de Antônio Plácido de Oliveira.

Em 1969, foram selecionados mais dez candidatos para fazerem o Curso de Formação de Oficiais PM na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, retornando seis em 1972: Francisco Ferreira da Silva, Francisco Marques dos Santos, Izilmar Paraguassú Chaves, José Wanderley, Onofre Marques Mendes e Wilson Nicolau Caculakis. Em 1973 retornaram mais três (03), que concluíram o CFO em Florianópolis - SC, Israel de Lima Sales, José Garibaldi da Silva Barros e Walnir Ferro de Souza.

No diploma da Academia da Polícia Militar de Goiás, conferido a Onofre Marques Mendes por haver concluído com aproveitamento o Curso de Formação de Oficiais em 11 de dezembro de 1972, constam na grade curricular as disciplinas de Armamento e Tiro; I.P.B.I.; PM Campanha; Instrução Geral; Topografia; História Militar; Direito; Administração Militar; Comunicação; Relação Pública; G.Q.B. Nuclear; G. Regional e Ini. c/ Ini.

Na transição da Guarda Territorial para a Polícia Militar entre 1971 a 1977, foi lançado o edital, em 1973, do Curso de Adaptação de Oficiais R2 do Exército (CADOF), realizado em Brasília – DF. A formação dos Oficiais era feita através de processo de seleção de Oficiais da reserva das Forças Armadas (R-2); que, após aprovação do concurso, eram submetidos ao Curso de Adaptação de Oficiais (CADOF), o nível de escolaridade exigido era o segundo grau completo. O CADOF preparava os Oficiais do Exército Brasileiro para serem Oficiais da PMRO, e o concurso interno para as praças e/ou civis frequentarem as Academias de Formação de Oficiais em Polícias Militares em outros Estados exigia o nível de escolaridade de segundo grau, com duração de três a quatro anos. Destaca-se que nas Academias de Formação de Oficiais PM os militares se formavam bacharéis em Segurança Pública.

Também foram realizados os cursos de Cabo PM para o Detran em 1973 e, em 1974, 1975 e 1976, os Cursos de Formação de Soldados PM ministrados em Porto Velho no Quartel da Guarda Territorial, conforme publicou o jornal “Alto Madeira” de 1º de abril de 1976, noticiando a realização, às 7 horas, da solenidade de formatura da 3ª turma do Curso

de Formação de Soldados, presidida pelo Comandante da GT, Ten. PM Sarkis.

Em 15 de junho de 1973, a IGPM baixou as orientações sobre o concurso a ser realizado na Guarda Territorial para selecionar os candidatos ao curso de formação de Sargento PM que seria realizado no Estado da Guanabara, visando, assim, cumprir a primeira fase da implantação da PM. [...] O concurso foi realizado no período de 01 de agosto a 15 de dezembro de 1973. [...]. Inscreveram-se 236 candidatos e, destes, apenas 52 foram considerados aptos, [...]. Aos 06 de setembro de 1973, a Portaria nº 192/SSP, concede bolsa de estudo e passagens para 48 homens que foram aprovados no concurso e designados para frequentarem o curso de formação de Sargento PM no Estado da Guanabara. (GRAVI; ASCENÇO, 2012, p. 50).

A formação dos primeiros graduados (Sargentos) ocorreu em outras Polícias Militares até 1977, após essa data toda a formação das praças foi realizada na própria Polícia Militar de Rondônia, de forma centralizada no Centro de Formação de Praças (CFAP). O recrutamento era feito fora do Estado de Rondônia, realizava-se o processo de seleção em outros estados, como Pernambuco, Ceará, Bahia, São Paulo e Paraná, em consequência da falta de recursos humanos para integrar o efetivo da Corporação, tais recrutamentos ocorreram até o ano de 1990.

A Comissão de Seleção dos candidatos a Oficiais PM, nomeados pela Portaria nº 260/DSP de 08 de agosto de 1973, do Governador do Território Federal de Rondônia, Coronel Theodorico Gahyva, e de acordo com a orientação para a criação das Polícias Militares nos Territórios Federais baixada pela Inspetoria Geral das Polícias Militares, tornou público o edital que fixou as diretrizes para o concurso e curso dos

candidatos ao estágio de adaptação de Oficiais, que foi realizado em Brasília - Distrito Federal, destinados à futura Polícia Militar de Rondônia e deu outras providências.

O prazo para as inscrições foi até as 18 horas do dia 24 de agosto de 1973, realizadas em Porto Velho no Quartel da Guarda Territorial, Rua Major Amarantes, nº 571, bairro Arigolândia, e o período da seleção foi de 27 a 31 de agosto de 1973. Ao final, aproveitaram-se 25 candidatos do presente concurso. Foram realizados exames físicos, psicotécnico e de saúde. Em 1973, a “Revista Integração Brasileira”, publicou em sua página 42, a seguinte nota:

A Secretaria de Segurança do Território iniciou as inscrições para teste de seleção de jovens que deverão compor a futura Polícia Militar de Rondônia, uma das aspirações do Governador Theodorico Gahyva, que visa normalizar o setor de segurança. Neste sentido já se encontram realizando cursos de formação de Sargentos e Oficiais R-2, em Brasília – Academia Nacional de Polícia – e Rio de Janeiro – Polícia Militar do Estado da Guanabara – um total de 64 jovens que foram recrutados em vários estados da Federação, depois de rigorosa triagem. (REVISTA INTEGRAÇÃO BRASILEIRA, 1973, p. 42)

O Curso de Adaptação de Oficiais foi realizado no Centro de Formação de Oficiais no Distrito Federal, entre os meses de setembro de 1973 e fevereiro de 1974, tendo sido marcado por grandes dificuldades. A maior das adversidades foi justamente a incerteza quanto ao ingresso na Polícia Militar de Rondônia, pois ninguém garantia quando isso iria acontecer, porque o projeto de lei se arrastava no Congresso Nacional, sem uma previsão de quando seria convertido em lei. Em fevereiro de 1974, uma turma de 25 candidatos foi declarada Aspirante Oficial PM, como prova o Boletim Interno nº 030/Comando de 14 de fevereiro 1974,

que publicou a apresentação de todos os Oficiais e a classificação por antiguidade (FRANCO, 2008).

Com a aprovação da Lei Federal nº 6.270, de novembro de 1975, que criou as Polícias Militares do Território, a preocupação do legislador (e particularmente do governador) consistia no aproveitamento dos servidores da Guarda Territorial no novo organismo. Enquanto aguardavam o processo seletivo, foi regulamentada a Lei no dia 02 de fevereiro de 1976, pela qual todos os Oficiais e Praças que se encontravam na Guarda Territorial de Rondônia foram incluídos no efetivo da Polícia Militar, conforme Portaria nº 251/SSP-76, publicada no BI 004/CG (FRANCO, 2008).

Durante aquele período, os Oficiais R/2 que haviam sido recrutados do Exército e formados para fazer parte do quadro de Oficiais de PMRO, recém-chegados da PM do Distrito Federal, foram contratados como empregados CLT no cargo de Estagiário Referência II e obrigados a permanecer na Guarda Territorial.

Em entrevista a Franco (2008), o último Comandante da Guarda Territorial, Tenente Sarkis, recorda que aquela fase foi de muitos sacrifícios e indefinições, pois além de prestarem o serviço policial sem as mínimas condições, não tinham o respaldo da instituição Polícia Militar propriamente dita, a qual na verdade ainda não existia. Se não bastasse, os novos policiais eram obrigados a suportar a desconfiança e até o desdém da comunidade, pois o povo sabia que a PMRO até aquele momento ainda não havia sido criada.

Enquanto aguardavam o processo seletivo para a inclusão, permaneciam adidos à PM/RO. Devido a todas as incertezas, somente 16 dos 25 Oficiais R/2 que haviam concluído o Curso de Adaptação Oficial PM desistiram ou migraram para outros estados.

Pela Portaria de Pessoal nº 531/SSP-1976, de 23 de dezembro de 1976, o Secretário de Segurança Pública, José Mário Alves da Silva, tendo em vista a descentralização dos serviços, exercendo as normas administrativas delineadas pelo Governo Federal, delega poderes ao

Tenente-Coronel PM Ivo Célio da Silva para autorizar o início de processamentos administrativos como: solicitação de contratações, rescisões de contratos, requisições de licença para tratamento de saúde, comunicação de férias, concessão de diárias inicial, prorrogação de diárias, prestação de contas, portarias de deslocamento de pessoal PM, requisição de passagens, ajuda de custo, etc. Passando, em diante, ao controle respectivamente, da 1^a e 4^a Seção do Estado-Maior da PMRO.

Por ocasião da regulamentação da Polícia Militar de Rondônia em janeiro de 1977, restavam apenas os seguintes Oficiais oriundos do Curso de Adaptação de Oficiais de 1973: Walter Luiz Garcia, Octávio Pinto de Azeredo, João Maria Sobral de Carvalho, Oribel Francisco da Silva, Mario Jorge da Costa Sarkis, Carlos Alberto Giglio, José Pessoa Filho, João Ricardo Cardoso, Josias Ferreira Lima (FRANCO, 2008).

Baseado no Decreto nº 832, de 16 de junho de 1977, que regulava o ingresso de Oficiais e Praças nos Quadros da PMRO, foi publicado no BI nº 113, de 20 de junho de 1977, designação da Comissão constituída pelo Cap. PM Péricles de Souza Fourex (Presidente), 2º Ten. PM Octávio Pinto de Azeredo e 2º Ten. PM Oribel Francisco da Silva (Membros), para procederem aos exames necessários à inclusão de candidatos a Aspirante a Oficial PM.

Pelo Decreto nº 835, de 23 de junho de 1977, as Comissões e o Comando-Geral da PMRO nortearam seus trabalhos, para avaliar e decidir sobre o aproveitamento dos Guardas Territoriais.

O ingresso nos Quadros da Polícia Militar foi facultativo e mediante processo seletivo, sendo definidas como condições iniciais:

- Ser brasileiro nato para ingressar no Quadro de Oficiais PM e nato ou naturalizado para ingressar no Quadro de Praças PM;
- Estar em dia com suas obrigações militares, eleitorais e fiscais; possuir bons antecedentes;
- Ser considerado apto em exame físico, médico e psicotécnico;
- Apresentar comportamento ideológico e moral que não colidissem com os princípios fundamentais da Organização Policial Militar;

- Ter realizado curso de formação policial militar ou estágio de adaptação policial militar aprovado pela Inspetoria Geral das Polícias Militares, devendo ser comprovado;

- Estar, na data de inclusão na PM, dentro dos limites de idade fixados na lei.

Foi previsto também que, ao pessoal que havia sido recrutado para a formação da Polícia Militar de Rondônia antes de sua criação, seria facultado requerer sua nomeação ou inclusão para os postos e graduações da Corporação, ficando o deferimento condicionado às condições iniciais, exames médico, físico e psicotécnico e documentação estabelecidos da mesma forma para os Guardas Territoriais.

A comissão de seleção constituída de Oficiais oriundos do Exército Brasileiro e já integrantes da PMRO responsável pela seleção de Oficiais PM avaliou como aptos 9 Segundos Tenentes. E através do Decreto nº 073/DSP, de 09 de setembro de 1977, foram nomeados por terem sido considerados aptos no processo seletivo, de acordo com o Decreto nº 835/77, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 1977: Walter Luiz Garcia; Octávio Pinto de Azeredo; João Maria Sobral de Carvalho; Oribel Francisco da Silva; Sérgio Henrique Zimmermann; João Pessoa Filho; Walnir Ferro de Souza; João Ricardo Cardoso; e Josias Ferreira Lima.

A Comissão de Seleção de Praças teve sua nomeação publicada no BI nº 138, de 25 de julho de 1977, e no BI nº 159, de 23 de agosto de 1977, composta pelo Presidente 2º Ten. PM Walter Luiz Garcia e pelos membros 2º Ten. PM João Maria Sobral de Carvalho e 2º Ten. PM Oribel Francisco da Silva, que iniciaram a seleção e registraram a primeira Ata em 26 de agosto de 1977, a segunda Ata em 22 de novembro de 1977, a terceira Ata em 31 de dezembro de 1977, a quarta Ata em 27 de janeiro de 1978, a quinta Ata em 15 de fevereiro 1978 e a Ata final em 25 de fevereiro de 1978.

Concluídos os exames, avaliada a documentação individual, os registros funcionais e as informações complementares, decidiram sobre

aqueles Guardas Territoriais que poderiam envergar a farda da Corporação PM. Dos 168 Guardas Territoriais que se inscreveram para o processo até a terceira Ata, foram considerados aptos 24 Sargentos, 9 Cabos e 87 Soldados, com um total de 71,42% de aprovação. Os demais, que não foram considerados aptos para integrarem a Polícia Militar, foram designados para outros órgãos da Administração Federal e muitos deles optaram por permanecer na área de Segurança Pública, mas como membros da Polícia Civil (GRAVI; ASCENÇO, 2012).

Porém, a PMRO formou sua primeira turma de Soldados PM anteriormente à regularização do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), o curso foi realizado na 1^a CIA PM/PMRO, sob a direção do Comandante daquela OPM, 2º Ten. PM Sérgio Henrique Zimmermann. Iniciando no dia 25 de abril de 1977, composto por 93 alunos, sendo 80 recrutados em Recife/PE, formaram-se apenas 82 Policiais Militares em 30 de junho de 1977. A grade curricular se limitava quase à exclusividade de disciplinas práticas e operacionais, como ordem unida, policiamento ostensivo, tiro e selva (GRAVI; ASCENÇO, 2012).

2º Ten. PM Zimmerman apresentando o Curso de Formação de Soldado PM (1977).



Fonte: Acervo da PMRO.

O Centro de Formação de Praças (CFAP) iniciou e formou a primeira turma do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar de

Rondônia em 1978, em decorrência do baixo interesse dos homens pela profissão, em razão do baixo status e dos salários ruins. Os rondonienses preferiam se dedicar às atividades extrativistas, de garimpo e agropecuária, por isso eram formadas comissões para recrutamento, em outros estados, de interessados ao cargo de Soldado PM de Rondônia. As comissões trouxeram efetivos de vários estados do Brasil, que realizavam uma prova escrita de Nível Primário, exames médicos, psicotécnicos e físicos. Como não havia concorrência, em raros casos o candidato era eliminado.

O Decreto nº 872, de 08 de novembro de 1977, o qual também fixou o efetivo inicial da PMRO em 750 homens, criou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Sua ativação ocorreu somente em 14 de fevereiro de 1978, funcionando, inicialmente, no quartel da 1º CIA PM, no bairro Arigolândia. Em 1979, transferiu-se para o quartel da Rua Benjamim Constant, nº 1147, e em 28 de junho de 1982, o CFAP passou para as instalações especialmente destinadas às atividades de ensino situadas na Rua Buenos Aires, nº 2907, Bairro Pedacinho de Chão, em área anexa ao QCG/PMRO. Seu primeiro Comandante foi o 2º Ten. PM Walnir Ferro de Souza.

Última formatura do CFAP no quartel da Rua Benjamim Constant nº 1147, bairro Olaria (1982).



Fonte: Acervo da PMRO.

O QUARTEL DO COMANDO-GERAL DA PMRO

Em 13 de maio de 1976, foi inaugurado o prédio do Comando-Geral da PMRO, situado à Rua Benjamim Constant, nº 1147, bairro Olaria em Porto Velho, de forma provisória. Em 11 de junho de 1979, o Comando-Geral (QCG) mudou-se para as atuais instalações, situadas à então Rua Padre Ângelo Cerri, hoje chamada de Avenida Tiradentes, nº 3360, bairro Embratel.

A imponência da evolução e modernização da PM pode ser avaliada pela grandiosidade do prédio onde se instalou o Comando-Geral da Corporação, numa obra superior a 3.600 m² de construção. Na época foi uma obra moderna, com revestimento de mármore, vidros coloridos e todas as instalações necessárias a sua finalidade, possuindo uma arquitetura nos moldes do Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal da década de 1960 (QCGPMDF).

A obra foi iniciada em julho de 1977, na gestão do então Governador Humberto da Silva Guedes, fruto da luta de seu primeiro Comandante. Localizada na época à Rua Padre Ângelo Cerri, hoje Avenida Tiradentes no Bairro Embratel. A inauguração ocorreu no dia 11 de julho de 1979, com a presença do Governador Jorge Teixeira de Oliveira, acompanhado do Comandante-Geral da PM, o Tenente Coronel Ivo Célio da Silva, descerrando-se a fita de inauguração.

Construção do telhado do Comando-Geral da PMRO (1978).



Fonte: Acervo da PMRO.

Inauguração do Comando-Geral da PMRO (11 de junho de 1979).



Fonte: Acervo da PMRO.

Inauguração do Comando-Geral da PMRO (11 de junho de 1979).



Fonte: Acervo da PMRO.

Inauguração do Comando-Geral da PMRO (11 de junho de 1979).



Fonte: Acervo da PMRO.

COMPANHIA PM

A Polícia Militar de Rondônia passou a existir com a criação da Companhia de Polícia Militar, através do Boletim n° 004 de 02 de julho de 1976, com uma estrutura provisória, esperando sua regulamentação. O efetivo da Guarda Territorial foi passado à PMRO na situação de adido até a realização do processo seletivo, para definir aqueles que poderiam ingressar nos quadros da nova Corporação, quando fosse regulamentada. O primeiro Comandante da CIA PM foi o 2º Ten. PM Mário Jorge da Costa Sarkis (também último Comandante da Guarda Territorial), responsável por conduzir o processo de transição. Em 27 de dezembro de 1976, passou o Comando para o 2º Ten. PM Sérgio Henrique Zimermann, que deu continuidade ao processo de transição da GT para PMRO. A CIA PM, embora já fosse identificada como 1ª CIA PM, passou efetivamente para tal designação em 12 de janeiro 1977, ocupando as mesmas instalações na Rua Major Amarantes, e teve como responsabilidade territorial o policiamento da Capital e do interior do Território Federal de Rondônia. Situação que se estendeu até a ativação da 2ª CIA PM (Ji-Paraná).

Companhia PM criada em 1977.



Fonte: Acervo da PMRO.

Capítulo VII



PIONEIROS DA GUARDA TERRITORIAL

Aluízio Ferreira Lopes, Guarda Territorial 01 (De Córoras).



Fonte: Revista Vértice de 1972.

O PRIMEIRO RECRUTA

N o mesmo dia em que o Governador Aluízio Ferreira criou a Guarda Territorial, recebia em seu gabinete um Ofício solicitando a incorporação do Guarda Aluízio Ferreira Lopes. Tal incorporação contrariava todos os padrões físicos exigidos nas Forças Armadas, pois, o referido requerente, de maneira nenhuma poderia fazer parte de uma corporação militar; dado o seu pequeno físico, já que o aspirante à Guarda, Aluízio Ferreira Lopes, media aproximadamente um metro e vinte e cinco centímetros e o mínimo exigido pelas Forças Armadas era de um metro e quarenta e dois centímetros (VÉRTICE, 1972).

Guarda Aluízio (69 anos) recebendo a medalha Forte Príncipe do CMT Geral Cel. PM Carvalho (1989).



Fonte: Acervo da PMPO.

Mas o Governador, surpreendido com tal pedido, no mesmo dia em que criava a Corporação Militar, fez questão de deferir o pedido de Aluízio Ferreira Lopes, que atendia pela alcunha “De Cócoras” devido a sua diminuta estatura. Aluízio “De Cócoras” prestou relevantes serviços à Corporação, ingressou na Guarda Territorial em 15 de fevereiro de 1944, com 23 anos de idade, e se aposentou em 1977.

Guarda Aluízio contou, segundo Gravi e Ascenço (2012), que:

Certo dia, estava eu de guarda no Palácio do Governo. O Governador Aluízio Pinheiro Ferreira havia viajado. Uma Secretaria de Governo do Território ligou:

- *Alô – disse o Guarda Aluízio.*
- *Alô. Quem fala? – perguntou a Secretária.*
- *Aqui é o Aluízio Ferreira.*
- *Bom dia, Coronel! ...*
- *Não é o Governador. É o outro Aluízio Ferreira. Ele me deixou aqui tomando conta do Palácio, sou o 2º Governador.*
- *Como? Tem dois Governadores?*
- *Tem. Ele e eu. Sai um e o outro fica... (GRAVI; ASCENÇO 2012, p. 32).*

Guarda número 01, Aluízio Ferreira Lopes nasceu em 24 de agosto de 1920, natural do Amazonas, filho de Vicente Ferreira Lopes e de Dalvina Conceição Lopes. Foram 33 anos de valiosos serviços prestados à instituição desde seu início até a transição para a PMRO. Aluízio faleceu em 13 de abril de 1995.

CAPITÃO ALÍPIO

Capitão Alípio, década de 1950.



Fonte: <http://www.banzeiros.com.br/2011/03/21/Capitao-alipio/>

Acesso em: 07 dez. 2020.

O COMANDANTE DE GUAJARÁ-MIRIM

O primeiro posto da Guarda Territorial de Guajará-Mirim foi criado no dia 1º de março de 1944, por ato do Governador do Território Federal de Rondônia, Aluízio Ferreira. Dentre os Comandantes, destacou-se o Capitão Alípio, que chegou a exercer a função de Delegado de Polícia da cidade de Guajará-Mirim.

Manoel Alípio Evangelista da Silva ficou conhecido por CAPI-TÃO ALÍPIO, com carreira militar iniciada na Polícia Militar de Mato Grosso (1927); passando, depois, a integrar os quadros da extinta Guarda Territorial (1944), do então Território Federal do Guaporé, depois Rondônia. No desempenho da função de Delegado de Polícia (1948-1968) em Guajará-Mirim, esse cidadão chegou a ser condecorado com a meda-lha do Mérito do Marechal Rondon.

Nasceu em 15 de agosto de 1898, na cidade de Riachuelo, Estado de Sergipe. Em companhia de seus pais, chegou a Samuel em 1919. Viveu na região do Vale do Jamari a maior parte de sua juventude. Trabalhou

para duas grandes empresas do lugar. De uma delas, a Sadock Maciel & Cia. foi gerente por vários anos. Seu pai, João Evangelista da Silva, era gerente do seringal Guarany.

Capitão Alípio ingressou como Soldado da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso no dia 16 de janeiro de 1927, onde fez uma brilhante carreira que o conduziu das então terras mato-grossenses à região da Madeira-Mamoré em 1929; onde, a partir dessa data, assumiu o Comando da Guarda Territorial do recém-criado Território Federal do Guaporé. Poderia ter aceitado a transferência para Aripunã, mas optou por permanecer no município de Guajará-Mirim, tornando-se Comandante local da Guarda Territorial e depois Delegado de Polícia. Ele rejeitou promoção ao posto de Capitão da PMMT oferecida por seus superiores para que ali permanecesse. Mais tarde, tornou-se Capitão da GT, desempenhando importante trabalho de combate aos criminosos da época na fronteira do Brasil/Bolívia (FRANCO, 2012).

Em Guajará-Mirim, Capitão Alípio tornou-se uma personalidade lendária, estimado e respeitado por todos pela sua conduta. Seu nome jamais foi associado a qualquer escândalo. Sua fala era mansa, mas as suas respostas contra os bandoleiros eram contundentes. Ao dirigir-se às pessoas, o fazia com um timbre de voz pequenino, que escondia o quão vigorosa era a sua ação contra os meliantes. Sempre com um fulgurante charuto na boca, quantas e quantas vezes transmitia as suas ordens com o fumegante entre os dentes.

Segundo Franco (2008), Matias Mendes, em seu livro “As Malvinas do Jamari”, narra um episódio inusitado protagonizado pelo Capitão Alípio. Matias Mendes informa que no início do Território vivia em Guajará-Mirim um “capoeira” que fora excluído da Marinha de Guerra do Brasil. O marinheiro proscrito era conhecido pelo apelido de Casquete, pelo fato de usar um boné do tipo casquete. Ele tinha o hábito de beber nas feiras aos fins de semana. Em um certo dia, Casquete desentendeu-se com um Guarda Territorial. Ao receber voz de prisão, resistiu e ainda travou luta corporal contra o Guarda. Enfrentou o reforço e espancou todos os Guardas. Preocupado com a situação, o Comandante

da guarnição ordenou que seus subordinados atirassem no capoeira. No cumprimento da ordem, surge o Tenente Alípio, que examinou a situação de sua tropa arrasada e gritou, “Um homem desse não se mata!”. E aproximando-se do capoeira, somente deu-lhe voz de prisão, sendo imediatamente acatado. Os Guardas espancados levantaram-se do chão e, a contragosto, obedeceram à determinação do Oficial, levando o capoeira preso para a Delegacia de Polícia.

O Capitão Alípio castigava os criminosos com rigor, tinham que pagar pela estadia na cadeia. Caso não tivessem dinheiro, eram obrigados a carpir em um terreno cheio de “formigas de fogo”. Quando o punido começava a se debater, o Capitão Alípio gritava: “Não mate nas minhas criações. Eu gosto muito delas!”. Ladrão era obrigado a caminhar pelas ruas da cidade com o objeto do roubo na cabeça. Em cada esquina, o Capitão Alípio determinava ao criminoso repetir o que tinha feito. “Eu sou ladrão, eu roubei!”, bradava para toda a população ouvir. Foram homens de confiança do Capitão Alípio, os Guardas Territoriais: Pordeus, Mói de Ferro, Tenório, Pau Quebrado e Vacabrabá (FRANCO, 2008).

CAP. GUILHERME CAVALCANTI DE SÁ GOUVÉA

Cap. Guilherme Cavalcanti de Sá Gouvêa (1953).



Fonte: Arquivo particular do Sr. João Cavalcanti de Sá Gouvêa.

O BRAÇO DIREITO DO COMANDO

Guilherme Cavalcanti de Sá Gouvêa, nascido em 23 de março de 1918, natural do Estado do Amazonas, filho de Cavalcanti de Sá Gouvêa e Joaquina Acioli Gouvêa, em 04 de maio de 1944, foi nomeado Assistente de classe “J”, de acordo com o art. 4º do item IX do Decreto-Lei Federal nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, para exercer o Cargo de Datilógrafo da Guarda Territorial, cargo criado pelo Decreto nº 01 de 11 de fevereiro de 1944. O cargo de Assistente da GT era o equivalente ao cargo de Tenente do Exército Brasileiro. Foi um dos melhores Oficiais da Guarda Territorial, poucos tiveram em suas fichas tantos elogios, sendo admirado e respeitado por Comandantes e subordinados pela forma tranquila, comprometida e eficiente de seu trabalho em favor da corporação.

Em Certidão de seus assentamentos, cedida pelo seu filho João Cavalcanti de Sá Gouvêa, do dia 04 de maio de 1944 a 05 de fevereiro de 1958, estão registrados vários elogios, comissões de que fez parte, períodos em que foi Subcomandante e respondeu pelo Comando da GT, de forma a entendermos a importância do Cap. Guilherme, principalmente no que se refere às finanças da Administração da GT, setor onde exerceu a função de tesoureiro por duas décadas. Citaremos suas principais contribuições.

Em 18 de setembro de 1947, foi elogiado pelo 1º Ten. Antônio Madeira Campos, ao deixar o Comando da Guarda Territorial, nos seguintes termos:

*O Assistente “J” Guilherme Cavalcante de Sá Gouvêa, tesoureiro desta corporação, Titulado honesto, trabalhador incansável, disciplinado, franco, leal na verdadeira acepção da palavra, fazendo ao trabalho que lhe estão afetos durante minha gestão, desde sua inclusão nesta corporação, muito eficiente tornando-se um elemento precioso, louvo-o e agradeço.
(CERTIDÃO, 2020, p. 3)*

Em 09 de outubro de 1947, recebeu gratidão e louvor do Cap. Moacir Gaia, ao deixar o Comando da Guarda Territorial, nos seguintes termos: “Tem sido um dos mais eficientes cooperadores do Comando, desempenha suas funções com inteligência e rapidez, competência e honestidade” (CERTIDÃO, 2020, p. 4).

Em 19 de janeiro de 1948, foi louvado pelo Sr. Subcomandante da Guarda, pela sua dedicação e: “[...] ao serviço, trazendo sua repartição em ordem, sua escrituração em dia, facilitando qualquer conferência, demonstrando assim, perfeita empreenção de seus deveres procurando assim levantar sempre o nome da corporação.” (CERTIDÃO, 2020, p. 4).

Em 19 de fevereiro de 1948, foi designado para constituir a Comissão que avaliou as casas da Vila Arigolândia, lavrando o seu respectivo terreno. Vila Arigolândia ou bairro dos Arigós é, na atualidade, o bairro Arigolândia.

Em 20 de dezembro de 1948, foi promovido por antiguidade ao cargo da classe “K”, carreira de Assistente da Guarda, pelo Decreto de nº 01 de 1948.

Em 10 de abril de 1951, foi nomeado para compor como membro da comissão examinadora de material do almoxarifado, sendo no dia 15, pelos seus bons serviços prestados, elogiado pelo Comandante da GT, 1º Ten. do Exército Lourenço da Veiga Lima, nos seguintes termos:

Ao Assistente Guilherme auxiliar compenetrado de suas funções, acatando com todo apreço as determinações regulamentares, contribuindo desta para o seu conceito que experimenta esta Guarda, reúne meus agradecimentos pelo concurso sadio de que foi alvo nesta curta temporada que comandei a Guarda. Desejando que o mesmo continue pensando em tudo que venha facilitar o encargo do novo comandante. (CERTIDÃO, 2020, p. 5)

Em de 30 de janeiro de 1952, foi designado para fazer parte da Comissão de exame dos candidatos ao concurso para Chefe de Guarda, missão que cumpriu com primor. Entre 07 de janeiro de 1953 e 21 de agosto de 1957, nas ausências dos titulares, respondeu por várias vezes pelo Subcomando da GT, e muitas das vezes cumulativamente com a tesouraria, função que exerceu na maior parte de sua carreira, sendo encarregado também de se deslocar até a cidade de Guajará-Mirim para pagamento do efetivo local da Guarda Territorial.

Em 14 de abril de 1954, foi elogiado pelo Comandante da GT, Edson de Freitas, pelo modo correto de ser Oficial, sempre desempenhando seus afazeres com inteligência e atividade, demonstrou dedicação aos serviços, tornando-se, dessa maneira, auxiliar de grande apreço cuja lealdade foi a sua maior virtude

Pela Portaria nº 221/S.P. de 06 de julho de 1954, o Governador Paulo Nunes Leal, usando das atribuições que lhe conferia o art. 4º item IX, do Decreto-Lei Federal nº 5.839 de 21 de setembro de 1943, resolveu: designar o Assistente da Guarda Classe "K", Guilherme Cavalcante de Sá Gouvêa, para responder pelo Comando interinamente da corporação durante o impedimento do titular efetivo. Em 22 de setembro de 1954, pela Portaria nº 284/S.P, foi dispensado de exercer a função de Comandante da GT, voltando à tesouraria.

Em 27 de setembro de 1954, foi designado para proceder à coleta de dados à repartição competente para o processo de registro do Estatuto da Caixa Beneficente da Guarda Territorial.

Em 29 de dezembro de 1954, assumiu o Subcomando da GT, e em 08 de janeiro de 1955, passou a responder pelo Comando da unidade até 14 de janeiro quando foi dispensado em virtude de ter o titular reassumido o cargo. Voltando a responder novamente pelo Comando da GT de 22 a 31 de janeiro de 1955, data em que reassumiu as funções de Subcomandante, exercendo-as até 08 de março de 1955. Em 19 de fevereiro de 1955, foi elogiado pelo Comandante da GT, Osvaldo Buarque, pelo brilhantismo e eficiência com que atuou na festa comemorativa do

11º aniversário da GT, demonstrando a verdadeira união e elevando o conceito da corporação.

Em 08 de março de 1955, ao deixar as funções de Subcomando, recebeu elogios do Comandante Osvaldo Távora Buarque, nos seguintes termos:

Ao deixar o Subcomando desta G.T. para reassumir digo retornar do serviço à tesouraria desta unidade, cumpro o dever de elogiá-lo pela sua competência lealdade eficiência e pelo seu alto espírito de sacrifício e dedicação a causa comum da nossa corporação, o engrandecimento na disciplina e no trabalho honesto e produtivo. (CERTIDÃO, 2020, p. 8)

Em 26 abril de 1955, recebeu louvor e gratidão do Comandante da Guarda Territorial Osvaldo Távora Buarque, ao deixar o Comando, nos seguintes termos: “Competente convededor de grandes problemas da unidade e que em abnegação e sacrifício emprestou o concurso da sua colaboração como SubCmt. E que com zelo e prioridade tem ao seu cargo os valores da GT” (CERTIDÃO, 2020, p. 8).

Pela Portaria nº 410 de 09 de agosto de 1955, o Governador do Território, Ten. Cel. José Ribamar de Miranda, usando as atribuições que lhe conferia o art. 4º item IX do Decreto-Lei Federal nº 5.839 de 21 de setembro de 1943, resolveu: designar o Assistente Classe “K”, Guilherme Cavalcante de Sá Gouvêa, para em Comissão proceder ao inventário de todo material existente no almoxarifado, registrando-o em livro competente.

Em 20 de março de 1956, foi designado para presidir a Comissão de organização de uma cooperativa dos servidores da Guarda Territorial que substituiria o armazém reembolsável, na mesma data foi designado ainda para presidir a Comissão para reforma no Estatuto da C.B.G.T., para registrá-lo no juízo da Comarca, a fim de adquirir personalidade jurídica.

Em abril de 1956, do dia 14 ao dia 23, foi designado e respondeu pelo Comando da GT cumulativamente com as funções de Tesoureiro. De 20 de dezembro de 1956 a 03 de janeiro de 1957, foi designado para responder pelo Subcomando da GT, em virtude de o seu titular ter passado a responder pelo Comando.

Pela Portaria nº 186 de 08 de agosto de 1957, do Exmo. Sr. Governador do Território, foi designado e respondeu pelo Comando da GT do dia 08 de agosto a 09 de setembro, durante o afastamento para gozo de férias do 1º Ten. Ramiro Ramos de Carvalho. De 11 a 26 de setembro de 1956, voltou novamente a responder pelo Comando na ausência do Comandante.

Em 31 de janeiro de 1958, foi designado e dirigiu a Escola Regimental, sendo responsável pela organização para ensino dos primeiros letramentos aos elementos da GT, escolhendo os elementos que serviram de professores.

O Assistente Guilherme foi promovido ao equivalente a Capitão do Exército, sendo portariado Comandante-Geral da Guarda Territorial por duas vezes. De 03 de dezembro de 1959 a 15 de abril de 1961 (BIGT 268/59), e de 11 de setembro de 1961 a 26 de dezembro de 1962 (BIGT 203/61; BIGT 64/62).

Carteira de Trabalho do Cap. Guilherme.



Fonte: Arquivo particular do Sr. João Cavalcanti de Sá Gouvêa.

Cap. Guilherme e família (1949).



Fonte: Arquivo particular do Sr. João Cavalcanti de Sá Gouvêa.

TENENTE VALENTIM

Tenente Valentim Armenteiro Dirge Gonçalves, da GT, e família (1952).



Fonte: Arquivo pessoal do Maj. PMRR José Carlos.

TENENTE VALENTIM E SEU FILHO, MAJOR PMRR JOSÉ CARLOS

O Major PMRR José Carlos comenta a foto do álbum de família, ele ainda bebê, sua mãe e seu pai, Valentim Armenteiro Dirge Gonçalves:

Essa foto pelo menos assim, o local eu não tinha lembrança pela idade, mas essa foto hoje está fazendo 68 anos, que foi tirada. Nessa época eu tinha dois anos de idade, que estou constando na foto junto com o meu pai, Tenente Valentin e a minha mãe, Arlinda Bentes. Nessa época aí eu não tinha como recordar nada ((acha graça)) só simplesmente fiquei com essa lembrança. (GONÇALVES, 2019, p. 1)

Valentim Armenteiro Dirge Gonçalves, descendente de espanhóis, fez parte da primeira turma de Oficiais da Guarda Territorial, foi incluído no cargo de Assistente, equivalente a Tenente do Exército Brasileiro, na década de 1940. Em 1958, o Ten. Valentim, como era politicamente da oposição, foi transferido para a cidade de Guajará-Mirim, para ser o Comandante do destacamento. Na época era um pelotão de aproximadamente trinta Guardas Territoriais. Ficou no Comando do destacamento por volta de quatros anos; quando houve mudanças no cenário político do Território de Rondônia, ele retornou para Porto Velho. Antigamente, no Território existiam duas facções políticas: os “Cutubas”, formados por uma colisão dos partidos PSD e do PTB, liderados por Aluízio Ferreira, e os “Peles Curtas”, dissidentes do PTB, liderados por Vicente Rondon.

Na época em que sua facção política assumiu o poder no território, ele foi empossado como Delegado de Polícia da Capital. Porém, logo em seguida, por volta de uma semana, iniciou a Ditadura Militar de 1964, então foi demitido da função de Delegado de Polícia e, assim como os demais Guardas Territoriais, posto à disposição de outros órgãos, retornou à Guarda Territorial, onde ficou a vida toda na administração da GT. Em todo esse período, trabalhou somente na parte administrativa, aposentando-se em 1970. Faleceu em 1984 em decorrência do mal de Parkinson.

O filho do Ten. Valentim, hoje Maj. RR José Carlos Bentes Gonçalves, nasceu em Porto Velho em 18 de junho de 1949. Logo após o serviço obrigatório no Exército Brasileiro, entrou na Guarda Territorial em 29 de julho de 1969. Segundo Gonçalves (2019, p. 2), “[...] os jovens que saíam do Exército Brasileiro tinham livre entrada na Guarda Territorial, pois, no final da década de 1960, não havia um recrutamento permanente, pois, havia poucos graduados”. Depois de seis meses como Guarda, foi fazer o Curso de Formação de Sargento da PM em Goiânia – GO, com duração de onze meses. Ao final foi promovido a Terceiro Sargento PM, sendo a terceira turma de Sargentos PM organizada pela Guarda Territorial.

Na transição da Guarda Territorial para a Polícia Militar, participou do processo seletivo e foi incluído na recém-criada PMRO. Trabalhou a maior parte do seu tempo no serviço público na administração, foi sargenteante no Comando-Geral da Guarda Territorial e depois da PM, nas seções na época chamadas CSM e SAA, compra, venda e manutenção de viatura. Além disso, administrador do presídio da Ilha de Santo Antônio, entre 1976 e 1977, também trabalhou em Cacoal e no Distrito de Calama (Baixo Madeira), aposentando-se em 1994.

MAJ PM J. Carlos aos 5 anos de idade; ao fundo,
bloco do Comando do Quartel da GT (1954).



Fonte: Arquivo particular do MAJ PMRR J. Carlos.

3º SGT PM J. Carlos, Delegado da Vila de Calama; ao fundo, a delegacia (1974).



Fonte: Arquivo particular do MAJ PM RR J. Carlos.

Ao fundo, o presídio da Ilha de Santo Antônio,
3º SGT PM J. Carlos, Administrador (1975).



Fonte: Arquivo particular do MAJ PMRR J. Carlos.

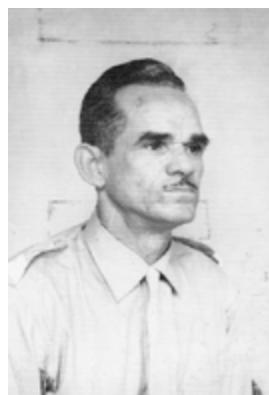
AL SGT PM J. Carlos; ao fundo, Academia da Polícia Militar de Goiás (1970).



Fonte: Arquivo particular do MAJ PMRR J. Carlos.

EDUARDO LIMA E SILVA

Eduardo Lima e Silva, Comandante da Guarda Territorial entre 1964 e 1966.



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

O professor Dudu

O professor Eduardo Lima e Silva foi Comandante-Geral da Guarda Territorial entre 11 de dezembro de 1964 e 27 de julho de 1966; ainda jovem, foi das pessoas mais conhecidas dentre os estudiosos de Porto Velho. Mestre em História, ex-presidente da Associação Rondoniense de Professores, estudioso e conhecedor da vida de Rondônia, do seu potencial e dos seus problemas, como bem se pode verificar na sua Dissertação de Mestrado, volume encadernado, que traz muito da nossa história desde os primórdios aos idos de 1978, pique da migração que penetrou Rondônia, alargando horizontes e implantando o progresso. Político atuante, Dudu, tão conhecido nos meios esportivos, fundador dos clubes Moto e Flamengo da Capital, ex-Comandante da Guarda Territorial, ex-prefeito de Porto Velho, ex-vereador, aposentou-se como funcionário do Governo.

Desfile de Sete de Setembro na Av. Sete de Setembro,
Comandante Eduardo Lima e Silva (1965).



Fonte: Grupo de Facebook Saudosismo Portovelhense.

Teve sua inteligência reconhecida por meio do General Osvaldo Muniz Oliva, ex-Comandante do 3º GEFRON, ex-Comandante do 17º BIS, que recomendou-o ao Governo de Rondônia, para cursar a Escola Superior de Guerra, onde poderia ter aperfeiçoado seus conhecimentos, tornando-se mais um rondoniense otimamente preparado a dar efetiva parcela de colaboração à terra, onde estão mesclados valores regionais e outros aqui chegados. É possível que Rondônia carecesse muito de uma pessoa, além de culta, inteligente, idealista e humana como o Eduardo.

Na sua Dissertação de Mestrado, encadernada pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus, da cidade de Bauru, Estado de São Paulo, intitulada “Rondônia: a História, a Terra, o Homem e a Educação”, coligiu dados, emitiu opiniões e mostrou caminhos enfocando o modo como percebia a viabilização da mudança política do Território de Rondônia em Estado, por exemplo: É necessário, para eliminar as atuais limitações, que entravam o desenvolvimento, e impedem a transformação racional em Estado, que a Constituição seja alterada no sentido de dar ao Território: patrimônio próprio, competência tributária (SILVA, 1978, p. 20)

Mais adiante, a terceira meta de sua dissertação é justificada pela natureza da ocupação dos espaços vazios através da colonização, que exigiu a existência de núcleos urbanos dotados de infraestrutura social e econômica capaz de apoiar o pequeno agricultor em todo o processo de ocupação e desenvolvimento (SILVA, 1978). Professor Eduardo Lima e Silva, além de tudo, reconhecemos nele um inegável talento e uma pessoa vocacionada a ajudar a sua terra a alcançar, sem demora, seu futuro de grandeza predestinada, faleceu em 03 de julho de 1981.

CAP. ESRON PENHA DE MENEZES

Assistente da Guarda Territorial Esron Penha de Menezes (1951).



Fonte: Acervo da PMRO.

Primeiro Oficial Bombeiro Militar da Guarda Territorial

Esron Penha de Menezes, nascido na barranca do Rio Madeira, em Humaitá (AM), no dia 13 de dezembro de 1913, é pioneiro, filho de pioneiro, chegou a Porto Velho trazido pelo pai quando tinha apenas 8 anos de idade. Fez o curso primário e, aos 14 anos, passou a trabalhar na lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré como office boy. Alguns anos depois, trabalhou na Fordlândia por cinco anos. Esron Penha trocou o interior paraense pela capital, Belém, alistando-se como voluntário no Exército Brasileiro durante a Revolução Constitucionalista de 1932;

serviu e voltou a Porto Velho em 1933, onde passou a trabalhar na Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários e na Madeira-Mamoré.

Em 1944, após a criação do Território Federal do Guaporé, foi convidado pelo Ten. Madeira Campo para ajudá-lo na organização da Guarda Territorial, onde nos primeiros anos foi Fiscal Administrativo, encarregado do Armazém Reembolsável e Comandante do Pelotão de Lenha. Chegou a exercer o Subcomando da GT por algumas vezes e, posteriormente, em 1952, foi designado pelo Governador do Território, Petrônio Barcelos, para realizar no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) o curso de Bombeiro Técnico destinado a Oficiais. Promovido a Capitão Esron, ao retornar, foi encarregado de dar os primeiros passos para a organização do Corpo de Bombeiros, da qual foi o primeiro Comandante.

Ainda em 1953, foi Delegado de Polícia na área dos garimpos, escrivão eleitoral em 1958, assistente militar do Governador Paulo Nunes Leal e, em 1960, Delegado do Governo do Território junto às firmas construtoras da BR 029 (atual BR 364). Veio a se aposentar no serviço público em 1962, quando passou a exercer atividades diversas em empresas privadas.

Em 1969, voltou a comandar o Corpo de Bombeiros, foi Secretário da extinta ARENA entre 75/76 e, a partir de 1977, exerceu as funções de assessor especial para assuntos legislativos na Prefeitura Municipal de Porto Velho. Desde 1954, escreveu crônicas em “O Guaporé” e no “Alto Madeira”, intitulando-as de “História Antiga”, autêntico retrato de Rondônia em diferentes períodos. É autor dos dois volumes do livro “Retalhos para a História de Rondônia” (1980; 1981), no qual aborda diversos assuntos, como a evolução dos transportes em Rondônia, os homens que fizeram a história, desde Rondon até Jorge Teixeira, os municípios que já existiam e os criados, a criação do Território e a elevação deste a estado.

TEN. PM ANTÔNIO PLÁCIDO DE OLIVEIRA

2º Ten. PM Antônio Plácido de Oliveira (1972).



Fonte: Arquivo particular de Antônio Plácido de Oliveira.

Primeiro Oficial PM de Academia da Guarda Territorial

Antônio Plácido de Oliveira é descendente de quilombolas do quilombo do “Piolho”, na região de Vila Bela em Mato Grosso. Seus pais migraram para as terras onde depois seria constituído o Território Federal do Guaporé. Nascido em 05 de setembro de 1944, na Região de Costa Marques, Vale do Guaporé Rondoniense no distrito de 3 de Julho, município de Guajará-Mirim. Foi criado em Costa Marques até os 14 anos quando então passou a residir em Guajará-Mirim.

Prestou serviço militar na 6ª CIA de Fronteira, em Guajará-Mirim. Porém, não se engajou no Exército. Na época, o então Capitão Godoy era o comandante, nesse período Antônio Plácido de Oliveira fez

o curso de Cabo, obtendo o primeiro lugar na Região Amazônica. Em 1968, foi selecionado em Guajará-Mirim com a finalidade de ser enviado para o Curso de Oficial na Academia da Polícia Militar no Rio de Janeiro a fim de ingressar na Guarda Territorial de Rondônia. Ao se apresentar em Porto Velho, juntamente com os outros dois candidatos aprovados, Sérgio Santos de Azevedo e José Assis Silva, foram informados de que o Curso não mais seria no Rio de Janeiro, e sim na Academia de Polícia Militar Minas Gerais.

Por não resistir ao ritmo pesado e às dificuldades, que eram muitas, o Aluno a Oficial PM Sérgio Santos de Azevedo desistiu do curso. A regra, na Academia, era que o Aluno reprovado seria excluído, como o Aluno a Oficial PM José Assis Silva foi reprovado no primeiro ano, foi desligado. No grupo de “Estrangeiros”, como eram chamados os alunos dos outros estados, havia alunos do Distrito Federal, Pará, Mato Grosso, Espírito Santo e os alunos de Rondônia.

O Curso de Formação de Oficiais da PM em Minas Gerais tinha a duração de quatro anos para os alunos que ingressavam com o 2º grau completo e de cinco anos para os que não o tinham concluído. Por outro lado, o curso de Formação de Oficiais PM do Estado de Goiás durava três anos para alunos com o 2º grau. Sendo portador do diploma de 2º grau, o Comando da Guarda Territorial, na intenção de apressar a formação de Oficiais para composição do quadro da futura Polícia Militar de Rondônia, decidiu pela sua transferência de Minas Gerais para o CFO no Setor Universitário em Goiânia - GO.

Plácido se formou e foi declarado Aspirante Oficial PM, apresentando-se em Porto Velho (1971), em uma grande formatura militar em sua homenagem, em frente ao Palácio do Governo, onde recebeu uma espada de Oficial das mãos do então Governador do Território Federal de Rondônia, Coronel Marques Henrique. Em 1972, foi promovido ao posto de 2º Ten. PM, sendo o primeiro Oficial PM da GT.

Governador do Território Federal de Rondônia, Marques Henrique, entrega uma espada ao Aspirante Oficial PM Antônio Plácido de Oliveira em frente ao Palácio Getúlio Vargas (1971).



Fonte: Arquivo particular de Antônio Plácido de Oliveira.

Plácido foi Chefe de almoxarifado, Secretário e designado para assumir o comando, em substituição ao então Cap. do Destacamento em Guajará-Mirim, não tendo assumido em vista da designação para a função de Comandante-Geral da Guarda Territorial, de 26 de abril de 1974 a 11 de março de 1975, substituído pelo Cap. PMDF Cezar Paes Mocelein, teve como Subcomandante o 2º Ten. PM Wilson Nicolau Caculakis

Filho e em seguida o 2º Ten. PM Mendes. Depois que saiu da função de Comandante, assumiu a função de Ajudante de Ordens do Governador Humberto da Silva Guedes, ficando um ano, de onde saiu para estudar na Universidade Federal do Acre, em Rio Branco. Ainda no Acre, recebeu o chamado para fazer o processo seletivo para incorporação na PMRO. Não aceitou porque se julgava apto por ter feito a academia de Polícia Militar, recusando o chamado. Essa seleção foi motivo de discórdia. Oliveira (2020) recorda acerca do chamado Grupo dos Sete – formado entre os Oficiais de Academia e R2:

Recusei-me a participar do tal processo seletivo por considerá-lo arbitrário e descabido, uma vez que eu era detentor de um curso, especificamente policial militar, com nível universitário, com a duração de mais de 03 (três) anos, ministrado por um Centro de Formação de Oficiais sob a responsabilidade de renomada corporação Policial Militar. Aliado a isso, naquela ocasião, aquele processo seletivo não me pareceu confiável, pois a Psicóloga que avaliaria os participantes, era amiga de alguns dos oficiais R2 e fora sugerida por eles para a comissão do processo seletivo. Esse mesmo oficiais R2 que sempre demonstravam não aceitar que os oficiais oriundos do CFO permanecessem no Quadro da PMRO, com a possibilidade de assumir cargos de comando.

Será que eu estava errado em não acreditar na lisura do dito processo, ao desconfiar de que aquele processo seletivo era um “jogo com cartas marcadas”?

Admitindo-se que eu estivesse errado, por que então, dos 10 (dez) oficiais oriundos de academia de Polícia Militar que se submeteram ao processo seletivo, exceto o hoje Cel. Walnir Ferro, foram reprovados no dito processo? Será que mesmo tendo todos eles sido

AVALIADOS e APROVADOS por professores do Quadro de Universidades, em disciplinas técnicas diversas, de exatas, de humanas como, matemática, física, estatística, criminologia, sociologia, psicologia aplicada à atividade policial, primeiros socorros, técnicas de bombeiros, direito civil, direito constitucional e tantas outras, durante 3 (três) ou 4 (quatro) anos. Será que TODOS eles não estavam APTOS a ingressarem no Quadro de Oficiais da recém criada PMRO? (OLIVEIRA, 2020, p 4)

Depois de concluir os cursos de Letras/Português, Tecnólogo em Heveicultura (Engenharia Operacional), Administração, pós-graduação em Administração Financeira e Metodologia do Ensino Superior, foi redistribuído para a Universidade Federal de Rondônia onde assumiu alguns cargos, como: Administrador do Campus, Diretor de Orçamento e Custo e Pró-Reitor de Administração. Como administrador, foi presidente do CRA-RO/AC, a princípio interino e depois por dois mandatos. Foi eleito conselheiro federal do CFA por dois mandatos. Cumprido seu tempo de permanência no serviço público, aposentou-se em 1998.

Espada do Ten. PM Plácido entregue pelo Governador do Território.



Fonte: Arquivo particular do Cap. PM Tarciso (2020).

CORONEL FERRO

Cel. PM Ferro.



Fonte: Acervo da PMRO.

Primeiro Oficial de Academia da PMRO

Walnir Ferro de Souza, nome de guerra - Ferro, de Guarda Territorial ao Comando da PMRO. Cel. PM Ferro nasceu em Guajará-Mirim no dia 02 de maio de 1948. Filho de José Mariano de Souza, um dos pioneiros da Guarda Territorial, o nº 03 da corporação, e de Odinéia Ferro

de Souza. José Mariano de Souza veio de Quixeramobim (CE) para Porto Velho em 1943, para trabalhar como soldado da borracha. Ainda solteiro, foi recrutado para ser Guarda Territorial, casou quando servia em Guajará em 1946, falecendo em março de 1993, em Porto Velho.

Coronel PM Ferro hoje está na reserva remunerada da Polícia Militar, foi o primeiro Oficial nascido em Rondônia a exercer a mais elevada função da PM, Comandante-Geral (1990/1992). Oficial PM de carreira, possui formação de Academia de Polícia Militar (SC), chegou ao Comando da Corporação com apenas 42 anos de idade, bastante jovem, portanto, por deferência do Governador Osvaldo Piana, que o escolheu para a árdua e difícil missão de sequenciar o crescimento, a modernização e a expansão física da PMRO em todos os quadrantes do estado.

Extremamente respeitado no seio da tropa, além de Oficial PM de carreira, teve sua vida profissional pontilhada de brilhantismo pela forma correta e eficaz com que sempre se ateve quando de suas missões.

Terminou o 1º grau em 1967 e o 2º grau em 1970, ingressou na Guarda Territorial como Guarda em fevereiro de 1969. Foi o nº 56, na época a Guarda Territorial era comandada pelo Cap. Antônio de Almeida Fernandes. Cel. PM Ferro é da primeira turma da Guarda Territorial que fez curso de Sargento em Goiânia - GO, preparando a transformação da GT em PM. O curso terminou em outubro, no dia 10 ele foi promovido a Sargento.

Em 1970, o então Sargento Ferro ingressou na Academia de Oficiais. Como cadete, passou mais três anos na academia da PM de Santa Catarina. Foi declarado aspirante em Florianópolis, no dia 14 de dezembro de 1973.

Ao voltar para Rondônia, foi nomeado Delegado Especial de Polícia na então Vila de Vilhena de 1974 a 1975. Em 1976, comandou o Corpo de Bombeiros da Capital em substituição ao Capitão Eson. Ainda em 1976, foi Delegado Especial de Polícia na então Vila de Cacoal.

Cel. PM Ferro passando o Comando da PMRO, QCG (1992).



Fonte: Acervo da PMRO.

Com a transformação da Guarda Territorial em Polícia Militar, Cel. PM Ferro ocupou todas as funções importantes da instituição até chegar a Comandante-Geral da corporação de 1990 a 1992, durante o Governo de Osvaldo Piana.

Foi Subcomandante e Comandante da 1ª CIA PM em Porto Velho em 1977; 1º Comandante do CFAP em 1978/1979 e em 1985/1986; Fiscal Administrativo no QCG em 1981/1982; Chefe da PM-3 em 1982/1984; fez o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na PMCE em 1983; Subcomandante do 1º BPM em 1984/1985; Comandante do 1º BPM em 1986; Assessor de Assuntos Penitenciários do Comando da PMRO em 1986/1987; Assessor Especial para Assuntos Militares junto ao Secretário de Segurança Pública em 1988; Chefe da Casa Militar em 1989; Inventariante da Secretaria Estadual de Trabalho e Promoção Social em 1990; Secretário Estadual de Trabalho e Promoção Social em

1990; Secretário Estadual de Cultura, Esporte e Turismo em 1990; Assessor Especial da PMRO junto ao Gabinete do Prefeito de Porto Velho em 1990.

Coronel PM Ferro assumiu como Secretário de Segurança em 2002, no último ano do Governador José de Abreu Bianco, quando trabalhou para restabelecer a ordem no sistema penitenciário e na própria Capital.

Amante dos esportes por natureza, o Cel. PM Ferro destacou-se como atleta de futebol, chegando, inclusive, a defender em várias oportunidades o selecionado Rondoniense. Também nos esportes deixou sua marca registrada, pois foi o principal mentor da construção do Parque Social e Esportivo do Moto Clube, situado na rodovia que dá acesso a Guajará-Mirim, cujo patrimônio é simplesmente invejável. E também foi presidente da mencionada agremiação.

TEN. PM MENDES

2º Ten. PM Mendes (SubCmt da GT); Padre João Carlos e 2º Ten. PM Sarkis (CMT da GT) na Guarda do Quartel da GT em 1976.



Fonte: Arquivo da PMRO.

O ÚLTIMO SUBCOMANDANTE DA GUARDA TERRITORIAL

Em 18 de dezembro de 1967, através da Portaria nº 683/SSP, Onofre Marques Mendes, nascido em 23 de outubro de 1946, foi incorporado à Guarda Territorial para prestar serviço como Guarda, onde permaneceu até 1977 após a transformação da GT em PMRO. Como Guarda, trabalhou na residência do Governador, no serviço de guarda do Palácio do Governo, nos plantões da delegacia central e também nos policiamentos ostensivos a pé na “Zona da Baixo Meretriz”. Desde o início de sua carreira, se destacou pelo profissionalismo, como podemos comprovar através da leitura do elogio publicado no BI nº 237 em 16 dezembro de 1968, assinado pelo Comandante-Geral da GT, Cap. Antônio de Almeida Fernandes, nos seguintes termos:

Agradeço e louvo pela impecável noção de responsabilidade no cumprimento do dever, pela pontualidade, pela disciplina e lealdade para o Comando. Com esta atitude que acabo de mencionar, estes mesmos elementos, multiplicaram o crédito e a confiança do Comandante da GT deixando patente aos demais componentes o espírito patriótico e o amor à farda que veste. (BI 237, 1968, p. 4)

Em 19 de maio de 1969, se apresentou em Porto Velho – RO, por conclusão do curso de formação de Sargento na cidade de Manaus em 14 de maio, na Polícia Militar do Estado do Amazonas (BI 091). Mendes também foi um grande desportista da cidade de Porto Velho. De acordo com a publicação em 02 de setembro de 1969 (BI 166), ficou à disposição do Ferroviário Atlético Clube no período de 03 a 07 de setembro, com a finalidade de acompanhar a delegação do clube ao Estado do Acre.

O então 3º SGT PM Mendes foi comandante de Pelotão e instrutor de ordem unida, assumiu a função de almoxarife da corporação em 16 de dezembro de 1969, sendo publicado no BI nº 239. Em razão disso, em 20 de janeiro de 1970, participou como membro da comissão de recebimento e exame de material para almoxarifado.

Em 04 de fevereiro de 1970, foi submetido à inspeção médica e julgado apto para cursar o Curso de Formação de Oficiais, matriculando-se no dia 24 de fevereiro de 1970 no CFO da Polícia Militar de Goiás. Durante o curso em Goiânia, foi promovido, em 06 de maio de 1970, à graduação de 2º SGT PM (BI 083) a contar de 01 de maio, por ter completado o interstício regulamentar para preenchimento de vagas. Concluiu com aproveitamento o Curso de Formação de Oficiais PMGO em dezembro de 1972, juntamente com mais cinco companheiros, apresentando-se no dia 21 e sendo publicado em 26 de dezembro de 1972 (BI 240).

Como Aspirante a Oficial PM, foi designado para estagiar, de 06 a 21 de fevereiro de 1973, no 5º BEC nas funções de tesoureiro, almoxarife e aprovisionador. Ao se apresentar no Quartel da Guarda Territorial, assumiu o exercício das funções de aprovisionador e almoxarife da corporação; ainda em 1973, foi responsável pela construção de estruturas físicas de destaque mesmo nos dias atuais. A quadra poliesportiva, palco de grandes competições no Território, local utilizado pela elite da Capital, na qual, aos finais de semanas, o Governador Humberto Silva jogava futsal, e o rancho, dividido em restaurantes dos Guardas, Sargentos e Oficiais, também fornecia alimentação aos policiais da delegacia central e aos presos.

De 22 de outubro a 11 de novembro de 1973, deslocou-se até o Estado de Mato Grosso na missão de arregimentar homens para servirem no Curso de Formação de Sargento. Em 20 de novembro de 1973, foi classificado no grupamento de instrução (BI 174). Em 15 de janeiro de 1974, assumiu as funções de Chefe da GT-3. Em 26 de março de 1974,

foi designado instrutor da matéria de Defesa Pessoal para a turma Especial de Soldados (BI 010).

Em 02 de abril de 1974, ficou à disposição do Corpo de Bombeiros, conforme Portaria 069/SSP/74 (BI 060). Em 20 de maio de 1974 (BI 091), foi elogiado pelo Sr. Capitão PM Mocelin, ao deixar o Comando da Guarda Territorial, nos seguintes termos: “Pelo ótimo trabalho desenvolvido, demonstrando ser possuidor de elevado grau de funcionalidade, destreza e segurança no trabalho, cumprindo suas missões com camaradagem, procurando ser profissionalmente educado”.

Em 23 de maio de 1974, foi designado para representar a corporação numa competição esportiva realizada no CFAR no dia 25 de maio, em comemoração ao Dia da Infantaria (BI 094).

Em 23 de setembro de 1974, na função de Subcomandante, foi designado para responder pelo Comando da Guarda Territorial durante o afastamento do titular, que havia se deslocado ao Vale do Rio Guaporé (BI 178). Em 06 de agosto de 1975, assumiu novamente o Comando da Guarda Territorial, durante o impedimento do titular efetivo, que viajou com destino a Manaus – AM (BI 144).

Na data de 17 de dezembro de 1975, no BI nº 236 consta que o Ten. PM Mendes, Subcomandante da GT, foi elogiado pelo Sr. Secretário de Segurança Pública do Território, nos seguintes termos:

[...] pela atuação destacada, quando na realização da IV Olimpíada, realizada pela Guarnição Federal de Porto Velho, demonstrando preparo físico e interesse nas disputas, contribuindo de forma decisiva para aumentar o conceito cada vez maior da Guarda Territorial, no seio da população. (BI 236, 1975, p. 9)

Conforme o BI nº 007 de 12 de janeiro de 1976, o Ten. PM Mendes foi designado para responder pela terceira vez pelo Comando da GT até a data do dia 20 de janeiro de 1976. Durante esse período, conforme o BI nº 008 de 13 de janeiro de 1976, também foi designado para exercer a função de instrutor da matéria Ordem Unida no Curso de Formação de Soldado PM (CFSD PM/3); e no BI nº 021 de 30 de janeiro, foi designado Instrutor da matéria Defesa Pessoal. Em 23 de janeiro, foi matriculado no Curso de Criminologia nível I e Noções de Direito Processual Penal Militar, sendo concluído com aproveitamento e recebido o respectivo certificado, expedido pelo Campus Avançado de Rondônia em 10 de fevereiro (BI 016).

Em 18 de março de 1976, ainda como Subcomandante da GT, acumulou funções, passando a responder pelo expediente da Administração da Colônia Penal “Cel. Énio Pinheiro” e pelo presídio da Ilha de Santo Antônio. Por meio do BI nº 044 e do BI nº 049, respondeu pela quarta vez pelo Comando da GT, de 08 a 15 de março. Em 22 de março, foi designado para exercer a função do Chefe da GT/2. Em 02 de abril, conforme BI nº 063, apresentou a Ata referente ao Exame final do CFSD PM/3. Pelo BI nº 083, foi designado para se deslocar até Manaus – AM, em serviço para a SSP.

Após a publicação do Decreto Estadual nº 832 de 16 de junho de 1977, que tratava sobre o ingresso de Oficiais e Praças nos Quadros da Polícia Militar de Rondônia, o Ten. PM Mendes deu entrada com seu requerimento para participar da seleção do concurso da “nova” Polícia Militar do Território Federal de Rondônia. No entanto, o Comandante-Geral da PM, Ten. Cel. PM Ivo Célio, indeferiu seu requerimento. Foi então reaproveitado em outra área da administração do Território, embora em cargo não compatível com o cargo que exercia na GT (2º Ten. PM), conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 864, de 09 de setembro de 1977, e no Decreto nº 835, de 23 de junho de 1977.

TENENTE MÁRIO JORGE SARKIS

Ten. PM Sarkis (com o microfone) entregando premiação (1976).



Fonte: Acervo da PMRO.

O último Comandante da Guarda Territorial

O Ten. PM Mário Jorge da Costa Sarkis foi o último Comandante da Guarda Territorial em busca da efetivação da PMRO. Filho de Clóvis Nazaré Sarkis e Celina da Costa Sarkis, nasceu em Manaus - AM, no dia 09 de fevereiro de 1951. Prestou serviço militar obrigatório no 1º Batalhão de Infantaria de Selva em Manaus, Estado do Amazonas, concluiu o Curso de Infantaria, classificando-se em 9º lugar, e foi declarado Aspirante a Oficial R/2 em 18 de dezembro de 1970. Podemos localizar a história do Ten. PM Sarkis nos anais do Ministério da Justiça, em Brasília, numa peça jurídica em que, com fundamento na Medida Provisória

de nº 65, de 28 de agosto de 2002, expôs e requereu que fosse “DECLARADO COMO ANISTIADO POLÍTICO” (FRANCO, 2008).

No pedido, Ten. PM Sarkis narra que em 1971, participou do estágio de instrução no 1º Batalhão de Infantaria de Selva em Manaus, sendo destaque, o que contribuiu para a sua convocação para o serviço ativo do Exército Brasileiro. Em fevereiro de 1972, foi convocado para o serviço ativo no posto de 2º Tenente R/2 da Arma de Infantaria, no Comando de Fronteira Acre-Rondônia. Desempenhou as funções de Chefe da Primeira Seção, Ajudante Geral do Comando do CFAR, Comandante de Pelotão de Segurança, Comandante do Pelotão de Transporte e Comandante da Companhia de Comando e Serviços, chegando inclusive a responder pelo comando do CFAR.

Em 25 de setembro de 1973, apesar de ainda poder permanecer nas Forças Armadas por mais três anos ou quatro, Ten. PM Sarkis escolheu solicitar licença do Exército Brasileiro para ingressar no Quadro de Oficiais da futura Polícia Militar do Território Federal de Rondônia, que naquele momento estava na iminência de ser criada. Ele tinha o desejo de tornar-se um dos primeiros Oficiais da nova instituição. Ao ser desligado pelo Exército Brasileiro, Ten. PM Sarkis foi elogiado pelo Comandante do CFAR, nos seguintes termos:

Após um ano e meio de trabalho dedicado e profícuo, afasta-se hoje de nossa Organização Militar e das fileiras do Exército Brasileiro para ingressar na futura Polícia Militar de Rondônia. Em rápido retrospecto, podemos analisar a vida militar desse jovem nesse período, e concluir que seu trabalho foi de grande valia, sua colaboração foi inestimável e sua contribuição foi marcante para vida da unidade. Aqui chegou inexperiente e temeroso, preocupado talvez com um futuro diferente e desconhecido. Tomou sua posição de verdadeiro soldado, buscou dentro de si uma força de vontade que ele mesmo não sabia,

talvez, que possuisse. E superou-se. E surpreendeu-se. Inicialmente na função de Comandante do Pelotão de Segurança, depois sucessivamente, Oficial de Relações Públicas, Chefe da Primeira Seção, Comandante da Companhia e finalmente Comandante do Pelotão de Transporte, função essa em que soube coroar de êxitos seus últimos dias no CFAR. Em todas funções exercidas desincumbiu-se com desprendimento, dedicação e acerto e teve destaque especial na CCS e Pelotão de Transporte. Ano e meio, pouco tempo, sem dúvida, mas hoje não podemos nos referir ao Ten. Sarkis como inexperiente ou novato, porque, buscou e conseguiu mercê de sacrifício voluntário, determinação de vencer, multiplicação de horas de aprendizagem, FIRMEZA DE CARÁTER, SERIEDADE E RESIGNAÇÃO, TORNAR-SE UM OFICIAL DE ESCOL, desses cujo afastamento origina lamento e traz sabor de perda. Hoje estamos lamentando, Ten. Sarkis, por essa lacuna que ficará; resta-nos um consolo de saber que o CFAR foi grande escola, da qual fostes excelente aluno. (FRANCO, 2008, p. 13)

No pedido encaminhado ao Ministério da Justiça, Ten. PM Sarkis relata que em agosto e setembro de 1973, participou de Concurso Público promovido pelo Governo do Território Federal de Rondônia, para o preenchimento do Quadro de Oficiais PMRO, de acordo com o edital de 07 de agosto de 1973, concorrendo com Oficiais R/2 do Exército Brasileiro de outros Estados da Federação. Na seleção submeteu-se a exame de aptidão física, exame médico e psicotécnico, alcançando, no último teste, a classificação no nível superior na maioria dos itens avaliados. Os candidatos também tiveram que apresentar o Conceito do Comandante da última unidade militar em que serviram, Ten. PM Sarkis foi elogiado

e afirmado que possuía as condições de honorabilidade indispensáveis à situação de Oficial da Polícia Militar (FRANCO, 2008).

Realizou CADOF no Centro de Formação de Oficiais no Distrito Federal, de setembro de 1973 a fevereiro de 1974. No dia 14 de fevereiro, foi publicada a apresentação de todos os Oficiais e o resultado do curso, no qual Ten. PM Sarkis obteve o 7º lugar na classificação final. Foi contratado como empregado CLT, no cargo de Estagiário Referência II e obrigado a permanecer na Guarda Territorial, sendo que no período de transição da Guarda Territorial para Polícia Militar, em fevereiro de 1976, todos que se encontravam na Guarda Territorial de Rondônia foram incluídos no efetivo da Polícia Militar. Na ocasião de sua apresentação, Ten. PM Sarkis ocupava o cargo de Comandante da Guarda Territorial, da qual foi exonerado em 30 de dezembro de 1976.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço que constituiu o Território Federal do Guaporé surge, durante a Segunda Mundial, da necessidade da criação de instituições estatais que pudessem garantir o fluxo constante da produção de borracha no oeste amazônico, para os países “Aliados”, em um esforço de guerra descomunal que movimentou capital, produtos, serviços e milhares de trabalhadores do nordeste para os confins da Selva Amazônica, numa viagem sem volta. Esses homens foram chamados de arigós, em referência à pequena ave do nordeste brasileiro, que destrói as plantações.

Dentre os arigós recém-chegados a Porto Velho, foram feitos os primeiros recrutamentos de homens para comporem as fileiras da Guarda Territorial, constituída, em sua maioria, por semiliterados, pobres, negros, pardos e mestiços de todas as variações de cor da pele. Juntamente com os seringueiros, os guardas desbravaram o Território Federal do Guaporé: os seringueiros em busca do látex para a Grande Guerra, e os guardas na missão de estabelecer a ordem pública e a paz social. Foram os guardas até a última picada no meio da mata onde houvesse alguém, realizando policiamento às vezes individual em localidades com centenas

de pessoas, e também construindo obras públicas em Porto Velho e Guajará-Mirim, obras imprescindíveis para o funcionamento dos Poderes instituídos.

Nos primeiros dois anos da GT, os Guardas trabalharam diretamente para o funcionamento da indústria da borracha para a guerra, trabalharam como cortadores de lenha para os trens da EFMM e como estivadores no embarque e desembarque de borracha e de outras mercadorias. Nunca pensamos assim, mas os Guardas Territoriais também são dignos de serem enquadrados como soldados da borracha, lutando na Amazônia pelos países Aliados.

A Guarda Territorial fez a sua primeira apresentação para a população do Território Federal em solenidade cívico-militar comemorativa ao Dia do Presidente em 19 de abril de 1944, recebendo especial elogio do Governador Aluísio Ferreira. Foi a primeira instituição criada através do Decreto nº 001 de 11 de fevereiro de 1944, e a sua importância para constituição do Território foi incontestável, garantindo a segurança pública da população e das demais instituições criadas.

Pelo Decreto de criação, teria caráter civil, porém logo adotou regulamento do Exército Brasileiro para disciplinar seus componentes, efetuando prisões, fazendo guardas de presos, executando policiamento ostensivo a pé, armados de revólver e cassetete, à noite, principalmente aos finais de semana em patrulhas mistas motorizadas em auxílio aos militares da 3^a CIA de Fronteira. Embora ainda nos primeiros anos os Guardas fossem empregados na construção de diversas obras públicas, desde redes de esgoto, calçamento, até edifícios, estádio, pista de pouso e outros. Além de plantio de arroz, de seringueiras, corte de lenha para abastecimento dos trens da EFMM e usina de energia de Porto Velho e Guajará-Mirim.

Dentre as diversas obras realizadas pela Guarda Territorial, podemos mencionar: assistência, com intuito de barateamento, à empreiteira que construiu o Palácio Getúlio Vargas, do Governo Estadual, e o Hotel Porto Velho, hoje em dia prédio central da Universidade Federal

de Rondônia, ambos localizados na Avenida Presidente Dutra; também as primeiras casas dos bairros Arigolândia e Caiari; a Praça Aluísio Ferreira; o antigo campo de aviação; o plantio das seringueiras no Parque Circuito; a Construção no Quartel do Comando da Guarda Territorial, entre outras obras.

O que pretendemos destacar, trazendo nestas últimas páginas as informações sobre os serviços prestados pelos Guardas Territoriais, é a importância dessa organização para a constituição de Rondônia. O nosso objetivo, ao escrever esta obra, foi executar o primeiro passo, apresentar o volume 1 do projeto “A História dos Heróis da Terra de Rondon”, que será um conjunto de obras que contará toda a história, a cultura e a memória da Polícia Militar de Rondônia. Precisamos deixar registrada a história desses homens e mulheres que diariamente se colocam em risco para proteger a vida de outras pessoas, executando seu dever constitucional.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Pólicia Militar do Amazonas.** Manaus. Disponível em: <https://pm.am.gov.br/portal/> Acesso em: 09 nov. 2019.

BALIEIRO, Almir. **Dos Homens do Mato aos Homens e Mulheres da Cidade:** Por uma escrita dentro da Nova História sobre a trajetória da Polícia Militar em Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT. Revista Territórios e Fronteiras v.2, n.2 - jul/dez 2009.

BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira:** Ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho – 100 anos de História.** Porto Velho, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 667**, de 02 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0667.htm Acesso em: 02 fev. 2020.

CANTANHEDE, Antonio. **Achegas para a História de Porto Velho.** Manaus, 1950.

COSTA, Naldson Ramos da. **Violência policial, segurança pública e práticas civilizatórias no Mato Grosso.** Porto Alegre: RS. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2000.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

FRANCO, Dalton de. **Agentes da Lei.** Porto Velho, 2008. Disponível em: <http://agentesdalei.blogspot.com/> Acesso em: 10 dez. 2018.

GRAVI, Carlos Alberto Vivian; ASCENÇO, Carlos Alberto Alves. **Transição da Guarda Territorial de Rondônia para a Polícia Militar**

do Estado de Rondônia: 68 anos de proteção. Porto Velho, 2012.

GUAPORÉ. Decreto n° 001. De 11 de fevereiro de 1944. Cria a Guarda Territorial do Território Federal do Guaporé. Porto Velho, 1944

LIMA, Abnael Machado de. **Porto Velho:** de Guapindaia a Roberto Sobrinho 1914 -2009. Porto Velho: Gráfica Primmor Formulário da Amazônia Ltda., 2012.

MARCINEIRO, Nazareno; GIOVANNI, C. Pacheco. **Polícia Comunitária:** Evoluindo para a Polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005.

MENDONÇA, Manoel Roberto Lima. **DIGESTO** - Manaus/AM-1993, Polícia Militar do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 2003.

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história. História Antiga: Carta aos deputados dos ex-Território.** 31 de março de 1996. Porto Velho: Alto Madeira, Coluna Colaboradores, p. 03.

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia.** Volume II. Porto Velho, 1981.

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia.** Porto Velho, 1980.

MONTEIRO, Ubaldo. **A Polícia de Mato Grosso – História e evolução – 1835 a 1985.** Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985.

SILVA, Amizael Gomes. **Amazônia Porto Velho.** Porto Velho, 1991.

SILVA, Eduardo Lima e. **Rondônia:** a História, a Terra, o Homem e a Educação. Dissertação de Mestrado pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus, da cidade de Bauru, Estado de São Paulo, 1978.

SILVA, Jorge. **Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Ordem Constitucional.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

SOUZA, Pedro Sidney Figueiredo de. **A legitimidade da atividade do policiamento ostensivo nas polícias militares com ênfase nos seus fundamentos axiológicos.** Várzea Grande: UNEMAT, 2008. Monografia. Universidade Estadual de Mato Grosso. 2008.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues; FONSECA, Dante. **História regional (Rondônia).** 3. ed. Porto velho, RO: Rondoniana, 2002.

Palavras do Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia

É uma grata satisfação poder participar do lançamento do livro, “A história dos heróis da terra de Rondon: A Guarda Territorial”, que é um marco inicial para as produções historiográficas na área. Agradeço ao Cel PM Almeida, Comandante-Geral da PMRO, pelo incentivo às pesquisas históricas em desenvolvimento de tanta valia para a instituição. Parabenizo o pesquisador, Cap PM Tarciso, historiador que vem se dedicando a trazer a luz e compartilhar os seus achados, que é de suma importância para todos, que formamos a Polícia Militar; e para toda a sociedade rondoniense, porque aqui não se trata apenas sobre a história da Polícia Militar, aqui se trata, também, sobre a história do Estado do Rondônia.

Ler os resultados dessa pesquisa é fazer uma viagem ao passado pelos seus anos de existência e encontrar personalidades que marcaram nossa história. Foram resgatadas e registradas em poucas páginas, a história e a cultura da Polícia Militar, dos seus primórdios com a criação da tão famosa G.T., carinhosamente assim chamada pelos moradores mais idosos de Rondônia.

A memória de uma instituição é o fundamento para a manutenção de suas tradições, da confirmação do cumprimento das missões impostas aos seus integrantes e do fortalecimento do seu povo. Por fim, destaco ainda que a Polícia Militar de Rondônia é uma instituição que efetivamente faz parte da história do nosso Estado e de todos nós.



MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agradecimentos

Agradeço a todos os policiais militares e civis que contribuíram em nossa pesquisa para a construção da história da PMRO:

Exmo. Governador do Estado de Rondônia Marcos José Rocha dos Santos; Exmo. Cel. PM Almeida (Comandante-Geral da PMRO); Cel. PM RR Ronaldo (ex-Comandante-Geral da PMRO); Cel. PM RR Carvalho (ex-Comandante-Geral da PMRO); Cel. PM RR Carlos Alberto Vivian Gravi; Maj. PM Miranda (Diretor do DCOMS); Maj. PM Mendes (Comandante do 6º BPM); Maj. PM RR J. Carlos; 1º Ten. PM Laerte (Funrespom); 3º SGT PM Jarde (DCOMS); CB PM Elaine (Funrespom); SD PM Furtado (1º BPM); Sr. Antônio Plácido de Oliveira; Sr. Onofre Marques Mendes; Dr. Mário Jorge Sarkis; Sr. Aldenir Courinos; Sr. João Cavalcanti de Sá Gouvêa; Grupo de facebook Saudosismo Portovelhense; e em especial ao Exmo. Deputado Estadual Eyder Brasil, que colaborou de forma decisiva para a produção deste livro.



O Policial Militar, vinte e quatro horas por dia, exerce uma atividade de alto risco e de pouco reconhecimento, não só de grande parte da sociedade que é por ele protegida, mas também, muitas vezes, por parte das autoridades que deveriam ser os “guarda-chuvas” para que o bom policial se sinta fortalecido e protegido para o exercício do seu mister.

Por conhecer muito bem a lida desse grande profissional, é que nas minhas singelas palavras, PARABENIZO a todos os Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia. PARABENIZO a Corporação Polícia Militar, pelo seu crescimento e desenvolvimento ao longo dos anos.

A sociedade é a destinatária dos serviços, portanto, a maior beneficiada de uma Polícia Militar laboriosa. Assim sendo, parabéns a todos.

Antônio Plácido de Oliveira (2020).

ISBN: 978-65-993798-0

A standard linear barcode representing the ISBN number.

9 786599 379802